UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

MAIARA CONCEIÇÃO CASTRO

PANORAMA DO TURISMO RURAL NO ESTADO DA BAHIA E NAS SUAS REGIÕES TURÍSTICAS

ILHÉUS - BA
2022

MAIARA CONCEIÇÃO CASTRO

PANORAMA DO TURISMO RURAL NO ESTADO DA BAHIA E NAS SUAS REGIÕES TURÍSTICAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas – PERPP, do Departamento de Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas Públicas.

Orientadora: Profª Drª. Carla Regina Ferreira Freire Guimarães.
Co-orientadora: Prof.ª Drª. Zina Angélica Cárceres Benavides.

ILHÉUS- BA
2022

C355 Castro, Maiara Conceição.
Panorama do turismo rural no Estado da Bahia e nas suas regiões turísticas / Maiara Conceição Castro. – Ilhéus, BA: UESC, 2022.
114f. : il.

Orientadora: Carla Regina F. Freire Guimarães.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas – PERPP
Inclui referências.

1. Turismo rural. 2. Economia regional – Bahia. 3. Desenvolvimento rural. 4. Política pública de trabalho e renda. I. Título.

CDD 338.4791

MAIARA CONCEIÇÃO CASTRO

PANORAMA DO TURISMO RURAL NO ESTADO DA BAHIA E NAS SUAS REGIÕES TURÍSTICAS

Ilhéus-BA, 31 de Maio de 2022.

Carla Regina Ferreira Freire Guimarães

Profª. Drª. Carla Regina Ferreira Freire Guimarães
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
Orientadora

Profª. Drª. Zina Angélica Cárceres Benavides
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
Co-orientadora

Aline Conceição Souza

Profª. Drª. Aline Conceição Souza
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
Examinadora Externa

Profª. Drª. Denise Rissato
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu
Examinadora Externa

Dedico aos meus familiares, minha avó Amélia (*in memoriam),* mãe Maria Ilza (*in memoriam*), pai Geraldo, irmãos Vinicius e Maic, e esposo Fernando.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por ter me guiado e me amparado por toda a minha caminhada.

À UESC, pelo acolhimento, atenção e por me proporcionar conhecer pessoas incríveis e excelentes professores que me possibilitaram obter conhecimentos imprescindíveis para minha formação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas, pelo apoio, comprometimento e pelos ótimos momentos de aprendizado.

À minha orientadora, Profª Drª. Carla Regina Ferreira Freire Guimarães por todas as oportunidades e norteamentos e à minha Co-orientadora Prof.ª Drª. Zina Angélica Cárceres Benavides. Estendo também a minha gratidão à Profª Drª. Aline Conceição por todos os direcionamentos e também pelas oportunidades. Agradeço por todos os aprendizados que obtive com vocês e pela fundamental importância que vocês tiveram para a elaboração deste estudo e para a minha formação.

À banca examinadora por terem acompanhado todo o desenvolvimento deste estudo, por terem colaborado para a construção do mesmo e por aceitarem participar da banca de avaliação.

À CAPES pela concessão da bolsa sendo essencial para o pleiteio deste curso e para o desenvolvimento deste estudo.

Aos técnicos administrativos universitários, em especial Katia Bezerra, por todo suporte, atenção e paciência, estando sempre disponível e auxiliando em todo o processo estudantil.

Aos meus familiares, amigos e todos que me apoiaram, mãe (*in memoriam*) Maria Ilza e avó (*in memoriam)* Amélia Gregório, Geraldo Castro, Vinicius Castro, Maic Castro, Cristiane Soares, Luiza Soares, Rosália Castro, Iracy Castro, Fernando Lima (esposo) e Thor, aos quais sou grata e detenho imenso amor.

Aos excelentes docentes por todos os conhecimentos transmitidos no decorrer do curso: Drª Carla Regina Ferreira Freire Guimarães, Drª Zina Angélica Cárceres Benavides, Drª Andrea de Silva Gomes, Drª Aniram Lins Cavalcante, Drª Cristiane Aparecida de Cerqueira, Drª Mônica de Moura Pires, Drª Christiana Cabicieri Profice, Dr. Gustavo Joaquim Lisboa, Drª Lessi Inês Farias Pinheiro, Dr. Marcelo Inácio Ferreira Ferraz e Dr. Carlos Eduardo Iwai Drumond.

Por fim, agradeço sinceramente e humildemente a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização, desenvolvimento e conclusão dessa jornada.

PANORAMA DO TURISMO RURAL NO ESTADO DA BAHIA E NAS SUAS REGIÕES TURÍSTICAS

RESUMO

O turismo rural apresentou os primeiros indícios no estado da Bahia em 1980 emergindo como uma alternativa para promover o desenvolvimento rural, revitalização econômica e minimização das dificuldades encontradas nos espaços rurais. Na Bahia, o turismo rural conseguiu despertar o interesse tanto do governo quanto de comunidades locais e setor privado, desencadeando a expansão de incentivos, ações e políticas públicas, acarretando em melhorias qualitativas e crescimento contínuo da oferta desse segmento. O referido estudo tem como objetivo geral analisar o panorama do turismo rural no estado da Bahia e nas suas regiões turísticas entre os anos de 1998 à 2018. Especificamente, buscou-se: i) descrever as políticas públicas voltadas para o turismo rural do Brasil e da Bahia; e, ii) caracterizar o turismo rural no estado da Bahia e nas regiões turísticas. Para tanto, adotou-se uma postura metodológica bibliográfica, por meio da utilização de artigos, livros, textos dissertativos e teses, de modo a levantar reflexões em torno do recorte temático, e documental, em que foram consultados documentos oficiais de órgãos institucionais e sites oficiais e não oficiais, por meio da abordagem qualitativa de caráter exploratório. Os resultados dessa pesquisa possibilitaram constatar que, foram as políticas públicas incipientes que impulsionaram e permitiram o surgimento e crescimento do segmento no estado da Bahia e que entre os estabelecimentos rurais da Bahia, poucas adotaram o turismo rural como atividade econômica, sendo registrados também estimativas que indicam a possibilidade de fluxos insuficientes de visitação aos estabelecimentos rurais nesse estado. Verificando-se ainda uma importante relação de causa e efeito entre as políticas públicas, oferta e demanda turística. Além disso, foi possível notar que, os estabelecimentos rurais têm buscado se ajustar ao referido segmento, no entanto precisam de melhorias, no que abarca a interação com a comunidade local e meio ambiente, e por fim, pode-se concluir que o turismo rural na Bahia apresenta-se como segmento ainda pouco difundido, heterogêneo e descontínuo, sendo necessário que os atores envolvidos promovam esforços, políticas públicas e investimentos.

Palavras-chave: Turismo**.** Áreas rurais. Território Baiano. Zonas Turísticas. Políticas Públicas.

OVERVIEW OF RURAL TOURISM IN THE STATE OF BAHIA AND ITS TOURIST REGIONS

ABSTRACT

The rural state presented the first signs in the emerging development of Bahia in 1980 as an alternative to promote the rural, economic and economic revitalization of the particular conditions in rural spaces. In Bahia, rural tourism managed to boost the interest of local communities and the private sector, triggering an offer of incentives, public policy actions, boosting the segment of these improvements and continued growth. This study has as its general objective the panorama of rural tourism in the state of Bahia and in its tourist regions in 1998. da Bahia; and, finally, ii) Characterization of rural tourism in the state of Bahia and in tourist regions. Therefore, books recognized as a methodological method, referred to through the use of articles, dissertation texts of articles and articles on the subject, and documentary documents, in which theses of institutional bodies and official and unofficial websites, through the qualitative approach of exploratory character. The results of this research make it possible for incipient public policies to verify and allow them to also seek growth in the state of Bahia and that among rural establishments in Bahia, they choose rural tourism as an economy, being recorded without activity estimates The possibility of insufficient flows indicates visits to rural establishments in that state. There is still an important cause and effect relationship between public policies, tourism supply and demand. In addition, it was possible to note that rural establishments have to adjust to the local segment, however, it seeks to achieve interaction with the community and environment, it can be in the environment and finally reach the rural in Bahia. necessary as a segment that is still not very widespread and discontinuous, and the actors involved promote exercises, public policies and investments.

Keywords: Tourism. Rural areas. Bahia Territory. Tourist Zones. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões turísticas do estado da Bahia, em 2019.....46
Figura 2 - Número de estabelecimentos que desenvolvem o turismo rural na Bahia entre 1998 à 2018.....61
Figura 3 – Costa do Cacau.....65
Figura 4 – Costa do Descobrimento.....68
Figura 5 – Baía de Todos os Santos.....71
Figura 6 – Costa dos Coqueiros.....74
Figura 7 – Costa das Baleias.....77
Figura 8 – Chapada Diamantina.....79
Figura 9 – Costa do Dendê.....82
Figura 10 – Caminhos do Sudoeste.....84
Figura 11 – Caminhos do Jiquiriçá.....85
Figura 12 – Caminhos do Sertão.....88
Figura 13 - Visitação nos estabelecimentos rurais das zonas turísticas.....90
Figura 14 - Estabelecimentos rurais que oferecem hospedagem aos turistas.....91
Figura 15 - Estabelecimentos rurais que oferecem alimentação.....91
Figura 16 -Estabelecimentos rurais que oferecem opções de entretenimento para os visitantes.....92
Figura 17 - Estabelecimentos rurais que apresentam recursos naturais.....92
Figura 18 - Estabelecimentos rurais que apresentam recursos histórico-culturais.....93
Figura 19 - Estabelecimentos rurais que oferecem serviços adicionais.....93
Figura 20 - Estratégias de divulgação e comercialização dos estabelecimentos rurais.....94
Figura 21 - Interação dos estabelecimentos rurais com a comunidade local.....95
Figura 22 - Interação dos estabelecimentos rurais com o meio ambiente.....95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos estabelecimentos rurais nas regiões brasileiras no ano de 2001...41
Tabela 2 - Número de estabelecimentos, área, população total, estabelecimentos que adotaram o turismo rural e as receitas oriundas da atividade turística- 2006.....42
Tabela 3 - Números de estabelecimentos e números de estabelecimentos que recebem receitas advindas do turismo rural- 2017.....43
Tabela 4 - Distribuição dos estabelecimentos rurais incluídos no Programa de Turismo Rural (TR), segundo as Zonas Turísticas- 2002.....59
Tabela 5 - Número de estabelecimentos que desenvolvem o turismo rural e estimativa de visitantes entre os anos de 1998 a 2002.....62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bases de dados utilizadas para elaboração do estudo.....48
Quadro 2 - Iniciativas e Ações incipientes governamentais direcionadas a implementação do Turismo Rural no Brasil.....52
Quadro 3 - Instituições, Ações e Programas fomentadores do Turismo Rural na Bahia.....56
Quadro 4 - Distribuição dos estabelecimentos rurais incluídos no Programa de Turismo Rural (TR), segundo as Zonas Turísticas- 2018.....60
Quadro 5 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa do Cacau, Município, Iniciativa e Descrição.....67
Quadro 6 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa do Descobrimento, Município, Iniciativa e Descrição.....70
Quadro 7 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Baía de Todos os Santos, Município, Iniciativa e Descrição.....72
Quadro 8 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa dos Coqueiros, Município, Iniciativa e Descrição.....75
Quadro 9 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa das Baleias, Município, Iniciativa e Descrição.....78
Quadro 10 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Chapada Diamantina, Município, Iniciativa e Descrição.....81
Quadro 11- Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa do Dendê, Município, Iniciativa e Descrição.....83
Quadro 12 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Caminhos do Sudoeste, Município, Iniciativa e Descrição.....84
Quadro 13 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá, Município, Iniciativa e Descrição.....86
Quadro 14 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Caminhos do Sertão, Município, Iniciativa e Descrição.....89

LISTA DE SIGLAS

ABATTUR	Associação Baiana de Turismo Rural
ABTR	Associação Brasileira de Turismo Rural
BAHIATURSA	Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia
BIMT	Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo
CABRUCA	Sistema Ecológico de Cultivo Agroflorestal
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CITURDES	Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Do Parnaíba
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GAMBÁ	Grupo Ambientalista da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDESTUR	Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MTUR	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial de Turismo
PAC	Política Agrária Comum
PDTIS	Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PIB	Produto Interno Bruto
PNT	Política Nacional de Turismo
PNTRAF	Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PRODER	Programa Operativo e Desenvolvimento e Diversificação Econômica de Zonas Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIMT	Rede de Inteligência de Mercado de Turismo
RURALTUR	Feira Internacional de Turismo Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULTBA	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEFAZ	Secretária da Fazenda
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
TRAF	Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar
TR	Programa de Turismo Rural
TRC	Rede Turismo Rural Consciente
TRIR	Turismo Rural Interpretativo e Regenerativo
UE	União Europeia
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **16**
1.1.Problemática 18
1.2. Justificativa 21
1.3 Objetivos 22
1.3.1. Objetivo Geral 22
1.3.2. Objetivos Específicos 22
2. REVISÃO DE LITERATURA 24
2.1 Turismo: breve abordagem 24
2.2 Turismo Rural: conceituações e características **26**
2.3 O turismo rural como agente de desenvolvimento local 29
3. TURISMO RURAL NO MUNDO E NO BRASIL 35
4. PERCURSO METODOLÓGICO: estruturando o corpus 45
4.1 Área de Estudo 45
4.2 Métodos de abordagem e técnicas de pesquisa 46
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES 51
5.1. Políticas para o turismo rural do Brasil e da Bahia 51
5.2. Turismo Rural na Bahia 57
5.3. Turismo rural nas regiões turísticas da Bahia 64
5.3.1. Zona turística Costa do Cacau 64
5.3.2. Costa do Descobrimento 68
5.3.3. Zona Turística Baía de Todos os Santos (BTS) 70
5.3.4. Zona Turística Costa dos Coqueiros 74
5.3.5. Zona Turística Costa das Baleias 76
5.3.6. Zona Turística Chapada Diamantina 78
5.3.7. Zona Turística Costa do Dendê 81
5.3.8. Zona Turística Caminhos do Sudoeste 83
5.3.9. Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá 85
5.3.10. Zona Turística Caminhos do Sertão 87
5.4. Retrato descritivo dos estabelecimentos rurais das regiões turísticas da Bahia 90
5.5 Pandemia Covid-19 e turismo rural no Brasil e na Bahia 96
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 101

REFERÊNCIAS 105

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades que mais influenciam a economia mundial sendo, muitas vezes, imprescindível para o desenvolvimento da economia de um país, despertando o interesse tanto dos governos nas vertentes federal, estadual e municipal quanto de empresas por possibilitar significantes rendimentos e inúmeras oportunidades econômicas. Em 2018, o setor global de viagens e turismo cresceu 3,9% ao contribuir com o dígito recorde de US$ 8,8 trilhões e ao gerar 319 milhões de postos de emprego em todo mundo. No Brasil, no mesmo ano, a contribuição do Turismo ao PIB foi de US$ 152,5 bilhões (8,1%), gerando 6,9 milhões de empregos, correspondendo a 7,5% do total de trabalhos gerados no Brasil (WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL-WTTC, 2019).

Essa atividade, caracteristicamente transformadora nas vertentes social, econômica, ambiental, política e cultural, vem consolidando-se continuamente como uma alternativa para promover o desenvolvimento local/regional. O desenvolvimento desse setor é capaz de provocar a integração territorial e transformá-los em espaços mais difundidos, comercializáveis e competitivos em um mundo cada vez mais globalizado.

Com as mudanças trazidas pela globalização, o turismo vem passando por diversas transformações territoriais, sociais, culturais e econômicas e se reinventando. A busca por novas experiências e vivências acarretou no aumento da procura por turismo em áreas rurais, pela necessidade de desfrutar de paisagens naturais, pela aventura ou tranquilidade que pode ser encontrada nesses lugares.

Os relatos acerca das origens e princípios do turismo rural no mundo são variados. Os primeiros indícios de atividades turísticas no espaço rural foram registrados (4.000 a.C.) na antiga Roma, a agitação das cidades fazia com que os povos da Babilônia migrassem para os campos pastoris em busca de uma maior tranquilidade. No Egito mil anos depois, o rio Nilo e as pirâmides passaram a ser visitadas por turistas que se deslocavam de diversos lugares para conhecê-las. Já o Grand Tour, como eram denominadas as longas viagens, ocorreram na Idade Média, quando a aristocracia se refugiava no campo. Anos depois no início do século XI, no

trajeto para o caminho de Santiago de Compostela notou-se o surgimento de hospedarias rurais espanholas (ROQUE, 2004).

No Brasil, o turismo rural emergiu tardiamente, quando se faz uma comparação com outros segmentos do turismo (RODRIGUES, 2001). O turismo rural foi inicialmente identificado no estado de Santa Catarina, entre os anos de 1984 e 1986, quando os moradores do município de Lages decidiram receber turistas aproveitando a estrutura que existia para variar as atividades desenvolvidas. No caso brasileiro, a instauração do turismo rural ocorreu vinculada a políticas públicas e com a finalidade de gerar renda e benefícios sociais (TULIK, 2003).

A gênese do turismo rural no território brasileiro deu-se intrinsecamente atrelado aos vários ciclos do processo de ocupação territorial. Esses ciclos econômicos foram responsáveis pela formação de vários patrimônios culturais e históricos em espaços rurais do país. Dentre os ciclos estão: o ciclo do ouro e do diamante no estado de Minas Gerais, o ciclo do café na região sudeste e o ciclo da cana-de-açúcar na zona da mata nordestina, que desencadeou a constituição de um vasto patrimônio arquitetônico rural e urbano; e o ciclo do gado que foi difundido em todo Brasil e deu origem ao folclore, a diversificada gastronomia e a grandes rotas turísticas (SANTOS; ALCANTARA; SILVA, 2010).

Atualmente, o turismo rural está inserido em todas as unidades da federação, concentrando-se especificamente no sudeste e sul do país, todavia em estilos, escalas e distribuição distintas, apresentando-se de maneira difusa, pontual, irregular e adaptando-se as particularidades pertinentes as heranças culturais remanescentes regionais e locais (TULIK, 2010).

Segundo Lane (2014), o surgimento da oferta do turismo rural no país desencadeou-se pela estratégia de dinamização de atividades nos espaços rurais e de empreendedores e pequenos agricultores rurais, de modo a aumentar os ganhos derivados dessas áreas. A demanda, por sua vez, foi motivada pela busca de experiências diferenciadas de férias pelos turistas, passando a ser um segmento que permite a contemplação de aspectos emocionais, culturais e naturais.

As concepções em torno do turismo rural como segmento turístico capaz de reduzir os impactos no meio natural e manter-se como gerador de lucro, promover o desenvolvimento local/regional, e valorizar as culturas locais, acarretou um crescimento em incentivos privados e públicos para a inserção de circuitos, empreendimentos e roteiros de turismo rural em várias localidades do Brasil e mundialmente (CANDIOTTO, 2013).

No território brasileiro, podem ser encontradas muitas regiões que possuem as características e potencialidades necessárias para que o turismo rural possa ser desenvolvido de maneira eficiente. O estado da Bahia configura-se como região com potencial de desenvolvimento desse segmento, sendo reconhecido pelas belezas naturais, riqueza cultural e arquitetônica, tendo o turismo rural um segmento que ganhou notoriedade com o passar dos anos, sobretudo sendo difundido em algumas regiões baianas como a Chapada Diamantina, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, entre outras.

Nessas regiões turísticas, o turismo rural foi estabelecendo-se gradativamente, sem que as potencialidades turísticas disponíveis para o segmento fossem satisfatoriamente aproveitadas. Desse modo, a difusão ocorreu em diferentes períodos, celeridades e contextos, levando em consideração os aspectos culturais, sociais, ambientais, econômicos e políticos referentes a cada região, de modo a retratar as vivências rurais específicas inerentes a esses lugares.

Para tanto, mesmo sendo uma atividade propulsora do desenvolvimento e apresentando resultados positivos na região, a atividade turística é capaz de provocar tanto impactos positivos quanto negativos, acarretando em uma dualidade dos efeitos do turismo nesse estado, em que há um desequilíbrio dos fatores, com a melhoria de certas questões em detrimento de outras. Assim, para que o turismo rural na Bahia possa promover cada vez mais o desenvolvimento regional, torna-se necessário a implementação de um processo consistente e sustentável da atividade, em que se possa possibilitar a competitividade, elevação das oportunidades econômicas e sociais, assegurar a conservação dos recursos naturais e a viabilidade da economia regional.

1.1. Problemática

O turismo configura-se em uma atividade que quando implantada provoca efeitos tanto positivos quanto negativos seja nos âmbitos sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos. Sabe-se que embora o turismo seja dotado de um efeito multiplicador, fomentando a geração de emprego e renda, também é capaz de desencadear impactos negativos como, a marginalização dos povos tradicionais, disparidades sociais e regionais, degradação da natureza, entre outros.

Todavia, sob uma perspectiva econômica e social, o turismo se bem planejado e monitorado torna-se uma das possibilidades de desenvolvimento econômico e social podendo

reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, refletindo diretamente em melhorias na qualidade de vida e bem estar da sociedade (CASIMIRO FILHO, 2002).

Nessa conjuntura, a exploração e configuração do turismo ocorre por meio das concepções de múltiplas segmentações turísticas, que são dimensionadas e incorporadas a partir de distintos aspectos. Entre esses segmentos, está o turismo rural configurando-se uma atividade dinâmica que consiste em uma cadeia produtiva capaz de mobilizar uma infinidade de setores produtivos e colaborar com o fluxo de renda na cadeia de valor em que está inserida, fortalecendo o reconhecimento dos atrativos rurais, dos produtos desenvolvidos no meio rural, e propiciando a geração e diversificação de empregos nos mais distintos segmentos, tendo um alcance social significativo.

Segundo Blomgren e Sorensen (1998), a atividade turística é capaz de propiciar às zonas rurais, preservação do patrimônio, modelos de vivências, a criação e continuidade de postos de trabalho, conseguindo possibilitar melhores condições de vida e a manutenção dessas populações nesses espaços.

Por ser uma atividade econômica capaz de promover uma infinidade de benefícios, algumas oportunidades de investimentos foram inicialmente direcionadas para o desenvolvimento do turismo rural em quase toda a extensão do território brasileiro, apresentando-se como uma possibilidade de diversificar a economia regional e como uma atividade altamente rentável.

Apesar de não ser um segmento novo, o turismo rural é um segmento pouco difundida no território brasileiro e sua implementação é uma oportunidade de diversificar a atividade e ampliar os efeitos benéficos do turismo.

Nos dias atuais, o estabelecimento do turismo no âmbito rural tornou-se crucial para a expansão de áreas que apresentam desenvolvimento sociocultural e econômico limitado, sendo capaz de promover a aceleração econômica e o incremento nas áreas social, cultural e ambiental. No entanto, deve-se antes de tudo, buscar por um desenvolvimento amparado na sustentabilidade, necessitando, assim, de políticas públicas eficazes para que este possa se tornar sustentável em longo prazo.

Não obstante, essa atividade em áreas rurais apresenta perspectivas positivas em relação às vertentes econômicas, sociais, ambientais e culturais, e do reconhecimento a respeito das vantagens oferecidas pelo turismo rural, esse segmento ainda não possui um investimento relevante do poder público, tanto a nível nacional quanto municipal, apresentando carência por parte do governo, da comunidade e dos empresários, no que diz respeito a valorização da cultura regional e local por intermédio da prática alternativa do turismo.

Além da não valorização dos fatores da cultura local e regional, soma-se a questão do abandono de muitas instalações e casarões que estão alocados nessas áreas, como é o caso da situação encontrada em diversas zonas turísticas da Bahia, que mesmo possuindo fazendas que expressam a dinâmica ambiental, cultural e histórica que desenham o contexto histórico/ cultural do território baiano em meio a narrativa dos diferentes ciclos de produção econômica, apresentam em um cenário em que o patrimônio natural e construído, encontram-se, em sua maioria, abandonadas pelas incertezas dos empresários e pela falta de alternativas (CAIRO, 2003).

A prática do turismo em áreas rurais possibilita o crescimento econômico local e regional, preservação do meio ambiente e dinamização histórico-cultural, sendo capaz de gerar emprego, criando novos postos de trabalho e renda, incrementando a oferta de serviços e produtos, aquecendo os vários setores da economia dessa região.

Além dos serviços e produtos básicos ofertados no estado baiano, nesse território são ofertados nos espaços rurais uma infinidade de opções, já que a Bahia consiste em um espaço amplo e diversificado.

Nesse viés, o turismo rural surge como uma alternativa/ estratégia eficaz para que as áreas rurais das zonas turísticas do território baiano alcancem um crescimento econômico diversificando com a implantação de micro e pequenos negócios, intrinsecamente relacionados, tanto com o agronegócio, como com as fazendas históricas, a agricultura familiar, os seus engenhos de açúcar, minimizando os impactos negativos no meio ambiente.

Logo, mesmo o turismo rural sendo um segmento viável, rentável e benéfico, de acordo com exemplos já implementados, esse segmento não conseguiu consolidar-se, verificando-se um crescimento gradativo e inconstante nos diversos estados do território brasileiro, a exemplo da Bahia, apesar de ser visto como uma possibilidade para diversificar a atividade produtiva e explorar novas tendências de negócios.

Outro fator que se deve levar em consideração, é que a esse segmento atribui-se a recuperação de áreas mitigadas e que o território baiano possui muitos estabelecimentos rurais que poderiam adotar o turismo rural como atividade econômica, de modo a diversificar e promover renda para as comunidades locais.

Além disso, houve uma modificação no comportamento dos turistas devido as transformações incididas na sociedade pelas novas tecnologias e globalização. Esses turistas, passaram a adotar novas motivações e optar por espaços mais alternativos que possibilitassem afastar-se dos centros urbanos e do cotidiano dinâmico, experimentar vivências diferentes da sua realidade, conhecer novas culturas e ter contato com a natureza.

Partindo-se do princípio de que o estado da Bahia consolida-se como um dos estados mais promissores para a atividade turística, sendo um dos estados com mais destinos indutores e por ser dotado de riquezas tanto naturais quanto culturais, oferecendo o turismo rural como um de seus segmentos, e que possui extensão territorial abrangente e compartimentalizada em regiões turísticas que apresentam distintas características, este estudo visa compreender: qual o panorama do turismo rural da Bahia e nas suas regiões turísticas? Nesse aspecto, considera-se a hipótese de que o turismo rural na Bahia está em fase inicial possuindo políticas públicas insuficientes direcionadas para esse segmento e poucos quantitativos de estabelecimentos rurais que adotaram o turismo rural como atividade econômica.

1.2. Justificativa

O turismo tem sido visto como uma alternativa praticável e eficiente para o desenvolvimento local e regional em algumas regiões do Brasil. Em muitos países europeus e asiáticos, o turismo rural vem ganhando ênfase como uma estratégia de diversificação da atividade turística e promoção do desenvolvimento econômico para espaços rurais, apresentando resultados positivos tanto nas esferas socioculturais quanto econômicas (ROQUE, 2009). Nesse contexto, no Brasil foram desenvolvidas diferentes abordagens desse segmento, no entanto não houve uma difusão efetiva.

Por ser um segmento que se configura em um dos poucos segmentos turísticos capazes de minimizar os efeitos negativos da atividade, essa torna-se essencial para um desenvolvimento pautado na sustentabilidade. O turismo rural, além de proporcionar efeitos econômicos, promove a proteção ambiental, reforçando a premissa de que os pilares inerentes ao crescimento econômico e bem-estar das comunidades podem ser atrelados a minimização da degradação ambiental, sendo o turismo rural um segmento rentável e viável a curto e longo prazo, fato que justifica a relevância da presente pesquisa.

Assim, o desenvolvimento de estudos sobre o turismo rural, tais como gênese, características, impactos, estabelecimentos, políticas públicas, organização, entre outros, possibilitam tecer reflexões acerca da importância e benefícios desse segmento para as comunidades, locais, regiões e países, além de possibilitar visualizar o retrato e os avanços do turismo rural no decorrer dos anos.

Dada a importância do turismo rural para o desenvolvimento local/ regional e sustentável torna-se primordial promover o fortalecimento desse segmento no estado da Bahia,

levantando-se discussões que possam despertar e estimular o interesse do governo, dos empresários e da comunidade local acerca das vantagens intrínsecas a essa atividade.

Por conseguinte, a abordagem de temas como esse se faz de suma importância por se tratar de uma alternativa crucial para o desenvolvimento econômico, cultural e social de diversas regiões fundamentado em práticas sustentáveis que possibilitam a minimização dos impactos socioambientais e potencializem os efeitos econômicos, o desenvolvimento local/regional e o fomento da economia regional. A presente pesquisa justifica-se por se tratar de uma investigação que aborda uma temática ainda pouco explorada dentro dos limites definidos.

Para tanto, o desenvolvimento desse estudo propiciará a construção de uma visão panorâmica holística e específica dessa atividade no estado da Bahia e nas suas zonas turísticas abarcando os anos de 1998 à 2018, a partir da aglutinação de distintas e importantes informações sobre o turismo rural. Nesse aspecto, possibilitará reflexões e contribuições para a discussão da temática na comunidade científica, bem como estabelecerá o retrato desse segmento na região adstrita, podendo ser instrumento de consulta para os formuladores de políticas públicas e para aqueles que estão inseridos no referente segmento.

1.3 Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar o panorama do turismo rural no estado da Bahia e nas suas regiões turísticas.

1.3.2. Objetivos Específicos

i) Descrever as políticas públicas voltadas para o turismo rural do Brasil e da Bahia;
ii) Retratar o turismo rural no estado da Bahia e nas regiões turísticas;

Quanto à estruturação, este trabalho está compartimentalizado em seis seções, a contar da introdução findando-se com a contextualização das considerações finais. Na segunda seção, será apresentado a revisão de literatura que abarca preliminarmente, o turismo e, por seguinte o turismo rural, realizando a abordagem das conceituações e caracterizações, além de salientar

os benefícios promovidos por esse segmento e a práxis desenvolvimentista do turismo rural em múltiplas vertentes.

Na terceira seção, será aludido o turismo rural no mundo e no Brasil, buscando elucidar a trajetória e os avanços desse segmento no decorrer dos anos, e ainda traçar concepções quantitativas referentes ao número de estabelecimentos rurais no país. Na quarta seção, serão dissertados os caminhos trilhados, detalhando os métodos e procedimentos técnicos utilizados para a construção deste estudo.

Na seção seguinte, que trata a respeito da discussão dos resultados serão abordados a princípio, as políticas públicas no Brasil e na Bahia, no qual será possível verificar os avanços do turismo rural no território brasileiro e no estado baiano. Nessa seção ainda serão analisados o turismo rural na Bahia, com a abordagem da oferta e do fluxo turístico, estendendo-se em seguida, a uma análise panorâmica qualitativa nas 10 zonas turísticas onde estão inseridos estabelecimentos rurais que adotaram a atividade turística e, por fim, serão abordadas as perspectivas do turismo rural para o período pós pandêmico tanto para o Brasil quanto para a Bahia, buscando tecer um entendimento do cenário porvindouro para o referente segmento.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, preambularmente, será realizada uma breve abordagem sobre o turismo, tecendo uma compreensão acerca da atividade, ao abordar as definições e elucidar alguns dos principais aparatos referentes. Por seguinte, a abordagem será em torno do turismo rural abarcando as conceituações e particularidades do segmento, ressaltando as potencialidades e a multiplicidade de benefícios acarretados pela atividade. Logo após, será enfatizado os efeitos positivos do turismo rural e sua atuação como agente de desenvolvimento, evidenciando as oportunidades trazidas pelo segmento e as transformações incididas nas comunidades locais, regiões e países a partir da sua implementação, de modo a propiciar o entendimento acerca do segmento.

2.1 Turismo: breve abordagem

O turismo configura-se como um dos mais influentes e promissores fenômenos mundiais por ser capaz de gerar postos de trabalho e divisas, desenvolvendo regiões em diversas partes do mundo. O turismo tem como características promover a propagação de informações sobre determinadas regiões, países, cidades e comunidades, diagnosticar potenciais de desenvolvimento econômico através da realização da atividade, acionar novas expectativas nos âmbitos socioculturais e econômicos, além de promover a socialização (DIAS, 2006).

Essa atividade apresenta uma multiplicidade de vertentes, com isso uma infinidade de definições por órgãos relacionados com a atividade e por autores que buscam compreender a totalidade da atividade. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT),

> O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

Segundo Dias (2003), por turismo pode-se entender as atividades realizadas pelas pessoas em viagem ou estadia em locais diferentes do seu habitual, por um período determinado de

menos de um ano, com objetivo de lazer, negócio e outros motivos. Além do mais, o turismo envolve, sazonalidade, bens, serviços, agentes turísticos, estrutura, envolvimento comunitário e motivação.

A motivação da viagem e o perfil do consumidor consistem em um dos fatores essenciais para que o mercado possa ser segmentado. A segmentação turística surge como estratégia de planejamento para a atividade prevendo a contemplação das mais variadas motivações e demandas potencializando o fluxo turístico nos destinos. Esse setor possui uma infinidade de segmentações, tais como: sol e praia, turismo cultural, turismo de aventura, ecoturismo, turismo de negócios, turismo científico, turismo ecológico, ecoturismo, turismo rural, entre outros (BRASIL, 2010).

A potencialidade do turismo como fenômeno complexo que se desdobra em dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais desenvolve uma reflexão interessante acerca dos lugares, ou seja, dos destinos turísticos, países, regiões e cidades (VALLS, 2004). Dessa maneira, compreende-se o turismo como fenômeno abrangente que contempla vertentes atuantes na sociedade como: a social, econômica, política, ambiental e cultural promovendo modificações positivas e negativas nos presentes âmbitos.

A atividade pode ser considerada um dos fatores de desenvolvimento e gerador da intensificação dos processos de integração sociocultural e econômico. Por apresentar um contexto paradoxal, a atividade turística mostra-se cheia de incertezas onde a pluralidade e a contradição são características marcantes (SPINOLA, 2008). Assim, Spinola (2008, p.1), afirma que:

> aparentemente não existem certezas absolutas. Pelo contrário, a dualidade e a contradição entre as diversas tendências manifestadas, assim como a complementaridade e a relação de causa-consequência, entre as mesmas tendências, e entre elas e as ações implementadas pelas esferas pública e privada, formam um todo indissociável e de difícil análise.

A partir da concepção e valorização da importância do turismo, as comunidades tentam desenvolver a atividade de maneira a buscar a potencialização dos benefícios da prática turística na localidade, essa mobilidade turística das comunidades autóctones pode ser analisada como uma cultura turística (BRASIL, 2007).

Almeida (1999) afirma que o turismo configura-se como sendo um fenômeno de difusão e expansão, no entanto devido ao movimento de ocupação, essa atividade também promove a degradação humana e física. O turismo quando não possui planejamento adequado pode trazer uma infinidade de impactos negativos, fazendo com que a atividade torne-se um agente degradante do local/região em que está inserida, acarretando na desestruturação dos costumes

tradicionais e da cultura podendo, em situações mais graves proporcionar elementos destrutivos para comunidades como o desemprego, prostituição, escassez de recursos, entre outros.

Nessa conjuntura, para que o turismo possa ser implementado de modo a trazer benefícios para o local/região torna-se necessário realizar o planejamento eficiente, buscando visualizar os impactos positivos e negativos que serão causados pela atividade quando instalada, nas vertentes sociais, políticas, ambientais, econômicas e culturais, buscando levar em consideração as particularidades de cada local/região, adequando as potencialidades que representam a cultura local, sendo esses elementos endógenos transformados em produtos de comercialização turística, seja em outros segmentos de turismo ou no turismo rural, que vêm mostrando-se como um segmento em que os impactos negativos são minimizados (BRASIL, 2007).

2.2 Turismo Rural: conceituações e características

O turismo rural vem consolidando-se como um segmento turístico, que possui possibilidade de transformar-se em turismo sustentável, por apresentar características peculiares que agregam um viés alternativo e o distingue do turismo de massa/convencional. Essa definição alternativa/ sustentável abarca maneiras de turismo mais voltadas para a promoção da minimização dos impactos socioambientais resultantes do desenvolvimento da atividade do turismo, sendo implementada e concebida diferentemente do turismo convencional (CANDIOTTO, 2013). Esse segmento do turismo apresenta-se como uma oposição ao turismo de massa, paradigma de turismo agressivo, duro, irreflexivo e dominado pelas grandes empresas capitalistas (SOLLA, 2002).

Campanhola e Silva (1999) abarca que, a prática de atividades não-agrícolas em espaços não urbanos consiste em alternativas e /ou complementações para o incremento de renda e desenvolvimento local cada vez mais evidentes. Entre essas atividades estão as que são vinculadas ao turismo e lazer em áreas rurais. O autor ressalta que muitos pequenos agricultores e empreendimentos rurais buscam meios de renda que ultrapassam as atividades convencionais desenvolvidas nesses espaços, buscando incorporar novos meios de estratégias não agrícolas. Essas estratégias têm sido vistas como um subterfúgio econômico para esses espaços sendo utilizadas em diversos países.

Para Souza (2019), a gênese do turismo rural, e as múltiplas motivações atreladas a esse segmento, principalmente em relação ao aprovisionamento das necessidades econômicas dos produtores rurais, ocorreram em diversas partes do mundo, não apenas no território brasileiro.

As conceituações do turismo rural no Brasil são amplas, sendo direcionadas à sua incorporação mercadológica com a prática de vários segmentos do turismo em caráter de complementação (TULIK, 2003). As muitas terminologias utilizadas por diversos pesquisadores de diferentes países em torno do termo turismo rural, acabam por assumir distintas designações genéricas ou peculiares.

De acordo com Tropia (1998), por turismo rural pode-se entender o conjunto de atividades turísticas que ocorrem na zona não urbana, incorporando a atividade pecuária e agrícola a essa atividade, tendo como característica básica promover o resgate e valorização do patrimônio natural e cultural da comunidade autóctone, e agregando valor aos serviços e produtos abarcados. Esse segmento configura-se em um fenômeno social suscitando uma multiplicidade de inter-relações de relevância econômica, social e cultural por meio da integração da comunidade. De acordo com o Ministério do Turismo do Brasil-MTUR, Turismo Rural consiste no:

> Conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003, p. 11).

Já o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 1994, p. 07) descreve o turismo rural como sendo:

> Um turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde. O turismo rural inclui todas estas variedades. É o turismo 'do País', um turismo concebido por e com os habitantes deste País, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo da zona rural em todas as formas.

Um outro conceito desse segmento é abordado pela OMT (2001, p. 34) como sendo, “um tipo de atividade turística na qual a experiência do visitante está relacionada a uma ampla gama de produtos geralmente relacionados a atividades vinculadas à natureza, agricultura, ruralidade, cultura, pesca e passeios turísticos”.

As atividades turísticas desenvolvidas em áreas rurais são denominadas por diversos termos, em diferentes países e por diferentes autores (SANTOS, 1998, apud PERINOTTO, 2008).

No meio não urbano, podem ser encontrados diversos segmentos mercadológicos do turismo, como o turismo de natureza, ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, turismo de negócios, turismo esportivo, turismo de saúde, turismo cultural, atividades estas que podem se complementar ou não. Esse segmento também denominado como agroturismo, recebe essa

nomenclatura apenas no estado da Região Sul do país, especialmente em Santa Catarina e no estado do Espírito Santo, configurando-se como um dos poucos sinônimos estabelecidos pelo Ministério do Turismo (SEBRAE, 2013), embora seja uma designação que possui certas particularidades distintas do turismo rural.

Para Beni (2001), esses segmentos distinguem-se por dois aspectos: no agroturismo, o turista é convidado a participar das atividades rurais desenvolvidas na propriedade e os equipamentos e instalações podem ser adaptados para receber o turista desde que as características arquitetônicas e originais sejam preservadas; no turismo rural, o hóspede usufrui somente do ambiente agrícola e a estrutura pode ser construída ou modificada para receber o hóspede.

A atividade turística voltada para os espaços rurais configura-se como uma alternativa para o desenvolvimento local, em que cabe às comunidades locais tomar decisões e controlar os processos para que seja possível alcançar o desenvolvimento. Esse deve ser voltado para um turismo direcionado pela comunidade autóctone e voltado para turismo local, em que o foco é o território (GROULLEAU et al., 1994, CAMPANHOLA; SILVA, 1999). Esse tipo de turismo local ocorre em cinco níveis, sendo eles: i. de iniciativa local; ii. de gestão local; iii. de impacto local; iv. marcado pelas paisagens locais; e, v. valorizador da cultura local.

De maneira a facilitar a caracterização do turismo rural é primordial levar em consideração determinadas particularidades, tais como: estrutura agrária, os tipos de empreendimentos, o processo histórico de ocupação, as características da paisagem regional, as atividades econômicas da atualidade, a estrutura fundiária e as características da demanda. Esse segmento está interligado com as atividades agrárias estabelecidas no passado e no presente (RODRIGUES, 2001).

Para além das particularidades pertinentes ao turismo rural, Rodrigues (2001), estabelece duas categorizações amplas desse segmento: o turismo rural tradicional e o turismo rural contemporâneo. Na primeira classificação, os produtos turísticos referentes à história do país são abarcados, sendo essa categoria compartimentalizada em: Turismo Rural de Colonização Europeia, que está ligada à história da imigração europeia para o território brasileiro, principalmente as histórias que são derivadas da Alemanha e da Itália; e Turismo de Origem Agrícola, que é aquele em que as propriedades estabeleceram-se como lugares de exploração agrícola durante os ciclos do ouro, café e açúcar. Já o Turismo Rural Contemporâneo, caracteriza-se como uma alternativa ao segmento de sol e praia, estando atrelada ao modo de vida e a tradição do meio rural. Nessa categoria estão inseridos os campings rurais, pousadas rurais, hotéis- fazendas, segundas residências e *spas* rurais.

Nas funções inerentes ao segmento do turismo rural, podem ser citadas três classificações: a função ambiental e espacial, a função econômica e a função psicossocial. Essas funções estão intrinsecamente vinculadas ao emprego, à educação e recreação, tanto de populações urbanas quanto de populações rurais, a ativação de áreas rurais, o descanso, a conservação do meio ambiente e a renda (SZNAJDER; PRZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009).

Cabe ao turismo rural e a gestão local, utilizar a mão-de-obra proveniente da própria comunidade, estimular a preservação do patrimônio cultural, respeitando sua diversidade, assegurar a manutenção da família rural nesses espaços rurais, realizar o uso dos recursos, conservar as atividades agrícolas tradicionais, além de ser uma atividade estratégica para a proteção ambiental do espaço rural (NOVAES, 2004).

O desenvolvimento do turismo rural atrelado às atividades agrícolas deve sempre ocorrer a partir de quatro pilares primordiais: a) ser verdadeiramente rural; b) ser economicamente viável; c) ser socialmente justo; e d) ser ecologicamente correto (VEZZANI, 2008).

Para a viabilização da implementação desse segmento de turismo, Vezzani (2008) salienta que, torna-se necessário: promover a instituição de ações que sejam harmônicas com o meio ambiente, sem que haja a necessidade de grandes espaços para serem viáveis, sendo essas voltadas para o desenvolvimento da agropecuária, estabelecendo vínculos com a cultura regional, meio ambiente e comunidade local; possuir instalações e propriedade adequadas para o recebimento dos turistas, devendo ser quando necessário, moderadamente alteradas em sua estrutura.

Além disso, as atividades a serem desenvolvidas nesses espaços devem atender de maneira familiar e pessoal; resgatar a riqueza e as multiplicidades culturais do meio rural e promover agregação de valor aos produtos derivados do campo; assim como sua verticalização; não serem atividades massivas; possibilitar a fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural; e facultar a criação de postos de trabalho especializado no meio rural. Assim, ao ser implementada é crucial que essa atividade vise desempenhar ações viáveis que possam fomentar o desenvolvimento local desses espaços.

2.3 O turismo rural como agente de desenvolvimento local

O turismo configura-se como sendo uma atividade reconhecida pelos seus efeitos multiplicadores e desenvolvimentistas fundamentais, sendo capaz de promover o incremento

nas indústrias associadas, aumento da demanda por produtos locais, incremento na entrada de divisas para equilibrar a balança comercial, elevação na demanda por mão-de-obra para serviços turísticos e da indústria da construção, aumento na urbanização e maior arrecadação de impostos e taxas (LIMA FILHO, 2007) desenvolvendo plenamente economias e injetando novas perspectivas nas esferas políticas, sociais, econômicas e sociais.

No âmbito rural, essa atividade transforma-se em um importante agente dinamizador de atividades produtivas em estabelecimentos rurais, se estabelecendo como estratégia de desenvolvimento, segundo Guerreiro (2001, apud ELESBÃO, 2010, p. 156), a atividade do turismo rural contribui para o desenvolvimento rural em três níveis: a. demográfico, por meio da fixação da população, sobretudo, a mais jovem; b. cultural, pela promoção e recuperação do patrimônio arquitetônico, de hábitos, usos e costumes, e dinamização dos diversos produtos regionais; e c. socioeconômico, pela criação de emprego, melhoria dos rendimentos e diversificação das atividades econômicas.

Nessa conjuntura, atenta-se para o fato de que a atividade turística pode estar profundamente associada ao desenvolvimento local em sua amplitude das comunidades rurais. Forte (1999) corrobora que, as tendências mundiais apontam que o turismo funciona como uma forma de conexão entre o meio ambiente e o homem e que está intrinsecamente ligado a outros segmentos econômicos, culturais e sociais.

Candiotto (2010, p. 16) afirma que, o turismo "é agente de produção/transformação e consumo do espaço", pois esse segmento caracteriza-se como um agente que possui plenas capacidades de promover impactos nos territórios onde são desenvolvidos, sobretudo quando promove a inserção de outros meios de rendas alternativas para aqueles que desempenham atividades agrícolas. Para o funcionamento dessa atividade os recursos podem ser despendidos tanto pelos atores públicos e privados quanto pelos produtores rurais (KLOSTER; CUNHA, 2014).

O contexto histórico dos espaços rurais, quando comparado com a área urbana é caracterizado pela desigualdade de recursos que possam possibilitar o desenvolvimento regional. Essas disparidades acarretaram em uma infinidade de impactos negativos nessas áreas como: êxodo rural, encarecimento dos meios produtivos, empobrecimento da população rural e endividamento dos proprietários rurais. Esses impactos acabaram por agravar os aspectos ambientais e sociais, por vezes, em longo prazo (SILVA et. al., 2010).

O turismo rural, entre as atividades existentes, apresenta-se como aquela que detém possibilidades positivas de avanços, pois pode colaborar para a implementação de um efeito multiplicador da economia dos espaços rurais, reduzindo a pobreza dos produtores rurais,

despontando como uma alternativa para a geração de renda do espaço rural (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002). Nesse aspecto, essa atividade econômica surge como um importante agente promotor do desenvolvimento local nessas áreas, propiciando a revalorização dos meios locais sejam eles patrimoniais, humanos ou naturais.

Nesses espaços, o turismo colabora para o desenvolvimento regional e local dando-se por meio de encadeamentos, e apresentando-se como um instrumento que supera a complementaridade das atividades agropecuárias por possuir inter-relações com as autoridades locais, com organizações agrícolas e agentes de viagens (SILVA; PENNA; MEDEIROS, 2020). Segundo Blos (2000, p. 220), "uma das características fortes do turismo rural é o fato de ser uma atividade econômica complementar a uma outra principal primária".

A esse segmento turístico atribui-se a estratégia de promover o desenvolvimento local, por meio da produção associada ao turismo, que busca agregar valor ao produto turístico a partir de qualquer atividade que possua características culturais e/ou naturais de uma região ou localidade específica. Essas atividades podem ser o comércio, cultura, indústria, artesanato e agronegócios (SEBRAE, 2013).

> [...] as atividades associadas ao turismo rural – como, por exemplo, a fazenda-hotel (aqui diferenciada do hotel-fazenda), o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo – podem ser consideradas uma estratégia de diversificação produtiva das propriedades rurais no intuito de gerar rendas não-agrícolas para fazer frente à queda de rentabilidade dos seus negócios tradicionais. O importante é que são atividades internas à propriedade (*on farm*) que gerem ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade (GRAZIANO; GROSSI, 1999, p. 32).

De acordo com Goveia, Fernandes e Maganhotto (2011), as atividades produtivas que não tem um caráter agrário propriamente relacionadas e originadas do turismo rural devem ser vistas como sendo parte integrante do processo de valorização do patrimônio natural e de cooptação de serviços aos produtos agrícolas, sendo incorporadas constantemente nessas áreas em intensidades diferentes.

O turismo rural configura-se uma atividade em plena ascensão, atraindo cada vez mais recursos, trabalhadores e investidores, sendo caracterizada pelo dinamismo e por amplos desafios. Esse é formado pelo estabelecimento de uma cadeia natural produtiva que abarca os atores envolvidos nessa atividade e serviços qualificados, como lazer, alimentação, hospedagem, entre outros. Além disso, nesse segmento diversos setores produtivos são mobilizados, potencializando o reconhecimento dos atrativos e produtos rurais, colaborando

com o incremento de renda no decorrer da cadeia e promovendo a geração de empregos para os mais distintos segmentos da sociedade (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002).

Destarte, Goveia, Fernandes e Maganhotto (2011) enfatizam que, a atividade turística propicia uma renovação dos espaços rurais, que pelo uso indiscriminado do solo e de pesticidas, teve sua potencialidade produtiva reduzida ou exaurida. O desenvolvimento e o futuro do desempenho dessa atividade estão diretamente relacionadas à qualidade do produto oferecido, pela estabilidade da autenticidade cultural e da proteção ambiental e promoção dos valores locais e propiciando à comunidade rural um avanço nas suas condições de vida de maneira a integrar os elementos sociais, ambientais, econômicos e culturais.

O crescimento do turismo em espaços rurais pode ser explicado, a partir de duas perspectivas: pela vontade da população urbana de voltar para suas raízes, resgatando os seus costumes, modos de vida, tradições; e pela necessidade do produtor rural de agregar valor aos seus produtos e diversificar sua fonte de renda (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002).

Wanderley (2000) ressalta que, quando o turismo rural é abordado, é imprescindível levar em consideração que a ascensão da atividade consiste em um ganho adquirido devido às diversas transformações ocorridas na sociedade que fizeram com que houvesse uma modificação das percepções em torno do espaço rural, além disso esse crescimento é também um reflexo dos programas estritamente voltados para essas áreas, buscando promover o desenvolvimento turístico.

Para além disso, há nesse segmento o desenvolvimento de festejos, produtos e rotas, tais como rota da cachaça, rota do vinho, rota do chocolate, entre outras que concomitantemente com outras ações estratégicas visam fomentar o desenvolvimento desse segmento.

A ampliação do turismo desencadeia novas estratégias mercadológicas. Santos, Alcântara e Silva (2010) ressaltam que, é visando enfrentar as transformações culturais, sociais e econômicas que os proprietários rurais buscam novos mecanismos de gerenciamento para a criação de novos projetos e programas para essas áreas. Esses produtores, levando em conta os recursos disponíveis, identificam novas oportunidades de negócios que sejam viáveis e possam ser implementadas. Essas oportunidades são geradas a partir de determinadas circunstâncias, são elas: fornecimento de um novo serviço ou produto; implementação de melhorias na oferta de um serviço ou produto; e, ao verificar a escassez de um serviço ou produto.

Candiotto (2013) ainda salienta que, o crescimento do turismo rural no mundo foi impulsionado pela implantação de cursos profissionalizantes, informação e de equipamentos turísticos e melhorias em infraestrutura (energia elétrica, saneamento, estrada, meios de transporte, comunicações) permitindo uma maior tecnização dessas áreas.

As zonas rurais possibilitam que diversas atividades sejam criadas, oferecendo ao turista a participação e contato direto com os costumes, tradições, cultura e nas atividades rurais desenvolvidas nesse espaço, por serem ricas em paisagens e em patrimônios históricos e culturais. No segmento do turismo rural, o desenvolvimento local ocorre por meio de três ações primordiais: atuar como catalisador de trocas e de sinergia entre o urbano e o rural; promover a criação e melhorias de infraestruturas; e gerar empregos e renda (SANTOS; ALCANTARA; SILVA, 2010). Nesse aspecto, atenta-se para a necessidade do enfoque sistêmico sobre o turismo quando aborda-se a questão da infraestrutura, sendo primordial para o funcionamento da atividade.

A respeito dos efeitos multiplicadores do turismo rural, Oliveira (1997) ressalta que, os aspectos que explicitam esse segmento como agente de desenvolvimento local são: a. os atores locais desenvolvem uma consciência a respeito das possibilidades oferecidas pelo turismo rural devido ao seu efeito multiplicador, seja de possibilitar alianças e sinergias, produzir rendas complementares, ou de provocar uma demanda de infraestruturas e de serviços de apoio, no interesse comum dos turistas e da comunidade local; b. responde a um crescente interesse pela ecologia, cultura rural, patrimônio natural, e por parte do público originário dos centros urbanos.

Além dos aspectos supramencionados, Oliveira (1997, p. 5) ainda cita como aspectos:

> i. as despesas de hospedagem que são acompanhadas por compras na região, o que representa uma soma muito mais significante, fundamental para o desenvolvimento e manutenção do artesanato local, das micro e pequenas empresas e dos pequenos comércios; ii. este segmento de turismo satisfaz a procura por espaços abertos à prática de atividades lúdicas, desportivas e culturais; e, iii. engloba visita às explorações agropecuárias, explicações sobre os processos produtivos, suas origens, tecnologias e mercados, assim como a degustação de frutos, sucos, café, vinhos, aguardentes, etc., ou ainda a participação em certos tipos de trabalhos, como por exemplo a colheita de café ou algodão, e o processamento da farinha de milho ou rapadura.

As transformações incididas nos espaços não urbanos, como ressalta Wanderley (2000), são consequências das muitas discussões em torno desse segmento e da conexão entre a área urbana e rural, abarcando temáticas como a urbanização do campo, a origem dos neo rurais e a industrialização da agricultura.

A retomada de enaltecimento do espaço rural inserida nas práticas de visitação nesse meio, as outras diversas formas de sua utilização e consumo, as atividades de lazer e os veraneios, vêm se amparando nesses últimos tempos na grande repercussão e preocupação em torno do ambientalismo. As preocupações e ressignificações em torno do meio ambiente presente nos discursos, têm demonstrado a crise sem limites e a ideia de progresso ininterrupto

que acompanhou o projeto modernizador via industrialismo e urbanização dos últimos 200 anos (FROEHLICH, [s.d.]).

Silva, Vilarinho e Dale (2000), salientam que o turismo rural e as demais atividades econômicas que vão sendo incorporadas no meio rural, abarca a relação do capitalismo globalizado com qualquer lugar, partindo do princípio que o espaço rural passa a demonstrar as formas econômicas e sociais de organização, no entanto essas formas não são endógenas e apenas originadas pela população rural, estando atreladas à lógica do mercado global.

O turismo rural em quase toda a extensão do território brasileiro apresenta um cenário marcado pelas oportunidades de investimentos direcionados a esse segmento e vem mostrando ser uma atividade altamente rentável sendo visto como um propulsor econômico significativo, atraindo o poder público e também o poder privado, que acabam por associar a atividade, a possibilidade de diversificação da economia regional, promovendo o incremento das atividades agrícolas e o desenvolvimento local das comunidades rurais (GOVEIA; FERNANDES; MAGANHOTTO, 2011).

Nessa perspectiva, o turismo rural emerge como uma importante alternativa/ estratégia para a promoção de melhorias do trabalho rural e nas condições de vida das comunidades rurais, estando cientes a respeito da sua participação nas atividades e de que devem viabilizar recursos locais em atividades econômicas competitivas, de modo a extrair resultados positivos que auxiliem na manutenção do *locus* rural (SANTOS; ALCÂNTARA; SILVA, 2010).

Segundo Campos (2010), esse segmento vem apresentando índices significantes de demanda, criando estabelecimentos nas zonas rurais, proporcionando uma infinidade de oportunidades e gerando emprego e renda. Esse desenvolvimento tem sido visto como solução para valorizar e resgatar as tradições locais e a cultura, bem como uma alternativa para que as propriedades rurais possam sanar problemas econômicos, conseguindo desencadear o desenvolvimento de diversas regiões.

3. TURISMO RURAL NO MUNDO E NO BRASIL

Nesta seção será abordada o contexto histórico do turismo rural no mundo e no Brasil, evidenciando a implementação desse segmento em alguns territórios internacionais e no brasileiro, bem como estabelecendo o entendimento sobre os cenários temporais do turismo rural no país, por meio de dados analisados no decorrer dos anos desde sua gênese até os dados mais recentes do ano de 2017.

Historicamente, em contexto mundial, o turismo rural teve sua expansão, de acordo com Roque (2009), inicialmente nos Estados Unidos e na Europa em meados do século XX. Na década de 1980, esse segmento passou a ser difundido em países da América do Sul como Uruguai, Argentina e Brasil. Anos depois, já na década de 1990 o turismo rural teve suas primeiras iniciativas nos continentes da Oceania e África, e ainda no Japão (país asiático). Já na década de 2000, países como Ucrânia, Mongólia e Madagascar desenvolveram as primeiras iniciativas desse segmento. Nesse aspecto nota-se que o turismo rural difundiu-se por quase todos os continentes, passando a fazer parte da economia de diversos países.

Na Espanha, país do continente europeu, em 1960 foi criado o Programa *Vacaciones en Casas de Labranza*, primeira experiência planejada do segmento. Tal programa implementou cursos de capacitação para as pequenas propriedades rurais (vivendas) que intencionavam a adoção desse segmento, injetou investimentos econômicos e ensejava o desenvolvimento de áreas fragilizadas. Além desse programa, outros programas e projetos foram implementados no país não apenas pelo governo local como também pela União Europeia (UE), sendo o segundo país a receber investimentos desse bloco econômico voltados para o segmento, depois de Portugal (CRIADO; THOMAZ, 2013). O governo, assim como a União Europeia, conseguiu perceber o potencial de desenvolvimento do turismo rural no país, promovendo iniciativas que possibilitassem a implementação e perpetuação desse segmento, e consequentemente a difusão dos efeitos positivos acarretados pelo mesmo.

O processo de desenvolvimento em áreas rurais nesse país foi relativamente distinto quando comparado com os demais países da Europa, e essas diferenças também estão presentes nas características encontradas no turismo rural. Segundo Avilés e Requena (1993),

diferentemente dos demais países, o turismo rural possuía pequena participação das propriedades rurais e um direcionamento às convenções, lazer e estética. Foi somente em 1996, com a instituição do Programa PRODER (Programa Operativo e Desenvolvimento e Diversificação Econômica de Zonas Rurais) para zonas menos desenvolvidas, que emergiu um novo modelo de desenvolvimento rural (IDESTUR, 2012). Foi esse novo olhar sobre o turismo rural que promoveu a criação de novas inciativas de expansão no país.

Em 1999, foi aprovada uma reforma visando possibilitar a revitalização e valorização rural, denominada Política Agrária Comum (PAC), que criou uma nova abordagem em torno do turismo rural a partir de parâmetros pautados na diversificação econômica e multifuncionalidade com a finalidade de proporcionar um desenvolvimento unificado dos territórios do meio rural (CRIADO; THOMAZ, 2013). Nessa conjuntura, o governo visualizou que para ocorrer o desenvolvimento em sua totalidade, seria necessário que mudanças fossem impetradas nessas áreas, adotando-se as reformas supracitadas.

Os autores ressaltam que, ainda no continente europeu, outro país que adotou amplamente o desenvolvimento do turismo rural foi Portugal, que nos dias atuais, configura-se em um dos países que se destacam nesse segmento, desenvolvendo uma multiplicidade de projetos de incentivo à aderência e manutenção desse segmento, de modo a promover a proteção do meio ambiental, o desenvolvimento social e econômico e a valorização cultural (CRIADO; THOMAZ, 2013). Nesse viés, Portugal tem visto o turismo rural como um instrumento de desenvolvimento imprescindível para alavancar áreas menos favorecidas e pequenas propriedades focalizando investimentos e criando políticas públicas direcionadas.

Loureiro (2012), salienta que o país lusitano priorizando pequenas propriedades rurais e a agricultura familiar introduziu modelos de gestão de turismo que possibilitassem atender adequadamente essas propriedades e possibilitar o desenvolvimento. Esses modelos, assim como outras iniciativas, fizeram com que Portugal se tornasse referência em relação ao turismo rural.

Nesse país, o turismo rural possui quatro categorias básicas: Turismo de Aldeia, Casa de campo, Agroturismo e Turismo Rural, possibilitando uma diversificação das atividades e experiências únicas (LOUREIRO, 2012), em que oportuniza ao turista conhecer as características, atividades cotidianas, contextos históricos, entre outros.

Países como Itália e França, situados no mesmo continente, também adotaram esse segmento, enquanto a Itália aderiu visando a sensibilização da sociedade em relação a preservação do meio ambiente, a França buscou erradicar o êxodo rural, proteger a natureza e promover o desenvolvimento.

Por ser um segmento visto como uma alternativa de desenvolvimento econômico e sustentabilidade, no território Europeu, o turismo rural é amplamente difundido, configurando-se como um segmento apreciado por uma fração significativa da população desses países, sendo criadas constantemente políticas de incentivo ao segmento, a exemplo do programa lançado pelo governo, LEADER I e II, responsável pelo planejamento unificado de ações e financiamento de iniciativas voltadas para o turismo rural (LOUREIRO, 2012).

Nos países asiáticos como o Japão, segundo Knight (1996), os turistas desse segmento buscam visitar locais mais simples e valorizam em suma, a variabilidade da oferta turística. Já na China, Chio (2008) e Donaldson (2007), acentuam que um projeto de turismo rural do rio Ba La, na província de Guizhou, organizou sete aldeias Miao no leste de Guizhou no decorrer de 20 anos propiciando a redução da pobreza por meio da atividade, fomentando um desenvolvimento participativo e paulatino.

Nesses casos de sucesso do turismo rural brevemente supracitados, espalhados pelo mundo, é perceptível tecer o entendimento sucinto sobre as similaridades em torno do segmento em relação a algumas características, processos e sobre os efeitos decorridos no segmento, embora apresentem grandes disparidades.

No Brasil, por sua vez, localizado na América do Sul, o turismo rural foi visado como uma alternativa estratégica de potencial elevado, desenvolvimento sustentável e baixo impacto, sendo capaz de proporcionar empregos e investimentos, pois fixa o homem no campo evitando o êxodo rural, diversificando o processo produtivo e revitalizando áreas fragilizadas (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002). Logo, os primeiros direcionamentos para a prática dessa atividade ocorreram em meados da década de 1960, como meio de solucionar uma infinidade de problemáticas desencadeadas pelo desestímulo dos agricultores, ações equivocadas, falta de políticas públicas e numerosos problemas financeiros.

Foi a partir das visitações a esses espaços que ocorreram ainda nesse período, que o turismo rural foi se delineando como uma oportunidade de promover a revitalização da economia do espaço rural brasileiro passando a ser visto como um estímulo da geração de renda em meio às atividades agrícolas, possibilitando atrelar ao turismo de experiência, em que os visitantes participariam temporariamente do processo produtivo e desempenhariam outras atividades específicas desse meio (PORTUGUEZ, 2002).

No entanto, de acordo com Sirigado (2001), esse segmento só passou a ser considerado como rentável economicamente no Brasil na década de 1980. Os primeiros vestígios desse segmento foram registrados na fazenda de Pedra Branca na cidade de Lages, localizada na Região Sul do país, em Santa Catarina.

Nos anos de 1990 até o início dos anos 2000, o turismo rural no Brasil teve uma expansão expressiva. Até o final de 1990, de acordo com a Associação Brasileira de Turismo Rural, o segmento possuía uma maior difusão nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, encontrando-se apenas algumas iniciativas isoladas na região do Nordeste, especificamente no estado da Bahia (TURISMO DE VALOR, 2017).

A proposta de implementação desse segmento no território brasileiro desenvolveu-se prezando pela valorização das potencialidades e particularidades presentes em cada propriedade, em que a simplicidade e tranquilidade são elementos imprescindíveis. Resende (2021) ressalta que, o modelo inserido no país consiste em uma adaptação das práticas tradicionais presentes no norte da Itália, em que a intenção direcional do turismo rural é despertar o conhecimento a respeito do modo de vida das pessoas, sua gastronomia, sua história e cultura. Além disso, a intenção da implementação dessa atividade no meio rural brasileiro é que os estabelecimentos rurais ao adotar o turismo mantenham as atividades agrícolas, propiciando a ampliação das fontes de renda.

De tal modo, no final da década de 1990 passaram a ser amplamente propagadas no Brasil os efeitos benéficos do turismo rural, acarretando no estímulo de investimentos nesse segmento por um quantitativo significativo de empreendedores em todas as regiões, ocorrendo majoritariamente sem conhecimentos específicos sobre esse segmento ou ainda de maneira inadequada e pouco qualificada. Essa implantação de maneira desordenada desencadeou uma multiplicidade de aspectos negativos, tais como degradação ambiental, problemas legislativos, descaracterização da atividade e do próprio meio, além da sobrecarga da estrutura rural ocasionado por um número elevado de veículos e visitantes (BRASIL, 2003).

Essa difusão do turismo rural possibilitou que alguns aspectos positivos também fossem manifestados no decorrer dos anos ao ser implantado, possibilitando a maior inserção de mulheres nesse segmento, melhores condições de vida para a população, geração de emprego e renda, valorização da cultura local, agregação de valores aos produtos locais por meio da verticalização da produção, entre outros (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2020). Assim, percebeu-se que embora esse segmento apresentasse aspectos negativos intrínsecos a atividade turística, esses eram minimizados, em contrapartida os aspectos positivos conseguiam suprir muitas das deficiências e problemas que se apresentavam nas localidades e regiões.

No Brasil como um todo, a realidade do segmento apresenta-se como indutora do desenvolvimento de locais e regiões. Todavia, esse segmento no século XXI, vem sofrendo significativas modificações no decorrer dos anos, adotando modernidades sem perder a simplicidade e a ruralidade, em face de uma tentativa ainda que ínfima, de identidade turística

mais profissional, planejada e apropriada (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2010). Essa nova forma de desenvolver o turismo rural tem alavancado o segmento que passou a ser visto como uma alternativa viável para muitas áreas rurais no país.

No ranking mundial, em 2010, o Brasil ocupava a quarta posição no segmento, ficando atrás apenas dos países percussores do turismo rural que são a Argentina, Espanha e Portugal. Acredita-se que as transformações que vêm sendo incididas no turismo rural, possibilitará o alcance em menos de dez anos tanto da liderança do ranking de destinos quanto do status de maior destino de turismo rural mundial. Essa afirmação é abalizada pelo fato de ser um segmento que mesmo com reduzidos mecanismos eficazes de comercialização e mantendo-se na informalidade, possui uma multiplicidade de ações direcionadas para a formatação de destinos e capacitação (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2010).

Alguns desses mecanismos é a adoção da tecnologia, do planejamento e da profissionalização da atividade turística nesses espaços. Embora, funcionem como engrenagens primordiais para o avanço desse segmento, sabe-se que não há a difusão massificada dessas ações, sendo utilizadas apenas em algumas iniciativas rurais.

De acordo com a pesquisa Panorama Empresarial de Turismo Rural (2010), realizada pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (IDESTUR) e PRB Consultores Associados, em 2010 o turismo rural foi considerado uma das atividades econômicas que mais se desenvolve no país, com o crescimento de aproximadamente 30% ao ano (REVISTA GLOBO RURAL, 2010). No mundo, esse segmento possui um crescimento anual de aproximadamente 6%, demonstrando que o segmento em questão vem ganhando notoriedade no Brasil, apresentando um crescimento relativamente maior ao apresentado em âmbito mundial.

Atualmente, o turismo rural está inserido em documentos tanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário quanto do Ministério do Turismo, estabelecendo uma aliança em prol do desenvolvimento social e econômico de áreas rurais. Foi a partir do Programa de Regionalização do Turismo com a formatação de destinos e roteiros associada às atividades agropecuárias desenvolvidas em áreas rurais que esse segmento obteve notável visibilidade. Além disso, esse segmento está intrinsecamente incorporado à Rede TRAF- Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo considerado como atividade de renda complementar (SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, [s.d.] apud SEBRAE, 2013).

> A Organização Mundial do Turismo (OMT) instituiu o ano de 2020 como o ano do Turismo para o Desenvolvimento Rural, reconhecendo que tanto o turismo como a

> agricultura são vitais para as comunidades em todo o mundo. Por isso, a OMT assinou um Memorando de Entendimento com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), pactuando que as duas agências trabalharão juntas para promover objetivos comuns, enfatizando a natureza transversal do turismo (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2020).

É possível visualizar os benefícios provenientes da implementação desse segmento em âmbito nacional no decorrer dos anos, o que possibilitou uma conexão dos segmentos existentes e consolidados, além da amplitude das fronteiras turísticas, emergindo como instrumentos de ação e de novas rotas, caminhos e atrativos.

No espaço rural brasileiro podem ser encontradas uma variedade de características e experiências hospitaleiras e atrativas nas diversas propriedades rurais que adotaram o turismo como uma de suas atividades não-agrícolas. Os representantes do SEBRAE de diversos estados, integrantes da Rede de Inteligência de Mercado de Turismo (RIMT) concomitantemente com a secretaria de turismo dos governos estaduais realizaram o levantamento de atrativos, rotas turísticas e vários destinos em todo o território brasileiro, buscando identificar os equipamentos e serviços turísticos ofertados.

Nesse ínterim foram identificadas como experiências e destinos: cultura do cacau; agroturismo; cavalgadas e passeios a cavalo, campeadas, torneios, comitivas, tropeadas, hipismo; caminhadas, trilhas, cicloturismo; hospedagem; pesca esportiva, pesca amadora, pesque pague, pesca em rios, lagos, represas; experiências gastronômicas, baseadas na cultura e na identidade local, muitas vezes com ingredientes e produtos locais; degustação de bebidas de produção local, como cachaças, vinhos e cervejas artesanais; interação com animais, como boi, cavalo, jumento, ovelhas, galinhas, carneiro; atividades ligadas ao campo, tais como a ordenha, colheita guiada de produtos rurais, entre outros (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2020). Toda diversificação desses empreendimentos e destinos enriquecem as visitas realizadas e a interação com o patrimônio cultural e ambiental encontrado.

No que diz respeito às rotas, o Brasil possuía, em 2018, 8 principais rotas espalhadas por todo o território e voltados para o turismo rural, são elas: Acolhida na Colônia (Santa Catarina), Caminhos Rurais (Porto Alegre, Rio Grande do Sul), Caminhos da Pedra (Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul), Vale do Café (Rio de Janeiro), Venda Nova do Imigrante (Espírito Santo), Interior de Pernambuco, Rota do Café Verde de Baturité (Ceará) e Circuito das Frutas (São Paulo) (SKYSCANNER, 2018). Essas rotas estão distribuídas pelos estados em várias regiões apresentando as particularidades inerentes a cada um deles, possibilitando acessar as múltiplas experiências e atratividades.

Além das rotas supracitadas, uma outra rota de turismo rural existente no país é a Rota da Estrada Real que conecta os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Nessa importante rota, o visitante pode ter contato com a cultura de regiões com vestígios do troperismo e da colonização portuguesa registrada em diversas cidades e ainda com as belas paisagens presentes no referido recorte (CATRACA LIVRE, 2021). A oportunização da formatação e comercialização de rotas como essa fortalecem o segmento nos diversos estados, aciona o efeito multiplicador da atividade turística e promove o desenvolvimento local/regional.

No Brasil, em 2010, o estado de São Paulo foi considerado o maior destino de turismo rural, apresentando 122 municípios que possuem produtos rurais com elevado e progressivo crescimento. Todavia, outros novos destinos vêm destacando-se pelo expressivo empreendedorismo no setor, sobretudo nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte (REVISTA GLOBO RURAL, 2010).

De acordo com dados coletados e divulgados pela Associação Brasileira de Turismo Rural (ABTR), o Brasil, em 2001, contabilizou em sua totalidade 4.821 propriedades rurais que adotam o turismo como atividade econômica.

Desse modo é possível constatar na Tabela 1, que os estabelecimentos rurais que desenvolviam o turismo rural estavam alocados em todas as regiões em 2001, com uma maior concentração na região Sudeste, contabilizando 2.706 propriedades, correspondendo a 55,78% e em menor concentração na região norte com um total de 176, que correspondia a 3,62% em relação ao total de propriedades rurais em todo o território brasileiro. Esse cenário consegue demonstrar como se desenhou o turismo rural no Brasil e quais regiões estabeleceram um crescimento vertiginoso em relação às demais.

Tabela 1- Distribuição dos estabelecimentos rurais nas regiões brasileiras que desenvolvem o turismo rural no ano de 2001.

Região	Número de Propriedades	%
Sudeste	2.706	55,78
Sul	942	19,41
Centro-Oeste	588	12,12
Norte	176	3,62
Nordeste	436	9,05
TOTAL	**4.851**	**100,00**

Fonte: ABRATTUR, 2002.

Já no ano de 2006, o IBGE divulgou o Censo Agropecuário que revela os números e receitas dos estabelecimentos que possuíam o turismo rural como atividade econômica, nas grandes regiões brasileiras. Pode ser visualizado na Tabela 2.

De acordo com os dados do referido ano, embora a região sudeste não fosse o estado com maior quantitativo de estabelecimentos em áreas rurais, apresentando-se como o 3º maior entre as grandes regiões, contabilizando 922.049, no que diz respeito ao turismo rural, essa região é a que mais se destaca com uma representação de 1.071 que adotaram a atividade turística. Enquanto a região Centro-Oeste possui tanto o menor quantitativo de estabelecimentos em áreas rurais, 317.478, quanto de estabelecimentos voltados para o segmento turístico em questão, 399.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos, área, população total, estabelecimentos que adotaram o turismo rural e as receitas oriundas da atividade turística- 2006.

Regiões	**Estabelecimentos Rurais**	**Área Total (ha)**	**Estabelecimentos-Turismo Rural**	**Receitas (1.000 R$)**
Norte	475.775	54.787.297	411	R$ 2.569
Nordeste	2.454.006	75.594.442	728	R$ 3.909
Centro-Oeste	317.478	103.797.329	399	R$ 10.726
Sudeste	922.049	54.236.169	1.071	R$ 23.384
Sul	1.006.181	41.526.157	942	R$ 12.514
TOTAL	**5.175.489**	**329.941.393**	**3. 551**	**R$ 53.102**

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário, 2006.

Outro ponto que vale ressaltar, é em relação a área total de abrangência dessas áreas rurais, pois a região Centro -Oeste, que apresenta a menor proporção de estabelecimentos, 317. 478, é a que mais possui área de abrangência abarcando uma área total de 103.797.329 há, enquanto a região Sul, que possui o segundo maior número de estabelecimentos, 1.006.181, possui a menor abrangência de área total.

Quando se avalia a variável receitas de turismo rural, a região Sudeste é a região que mais capta recursos por meio da atividade equiparando-se e evidenciando-se pelo número de estabelecimentos rurais nessa atividade. Embora a região Centro-Oeste seja a região com menos estabelecimentos que adotaram naquele período o turismo rural, a mesma não é a que menos obteve receitas dessa atividade, sendo a região Norte a que menos consegue gerar receitas sobre a atividade, R$ 2.569,00.

Já no ano de 2012, o quantitativo de propriedades rurais que desenvolviam atividades turísticas rurais no Brasil passaram de 4.851 para 10 mil propriedades (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2012). Esse cenário denota, o quanto esse segmento vem difundindo-se e desenvolvendo-se no decorrer dos anos, possibilitando a verificação das vantagens promovidas pelo segmento do turismo rural para o desenvolvimento social e econômico de locais/regiões.

Na Tabela 3, que espelha o cenário do turismo rural, de acordo com o Censo Agropecuário-2017 divulgado pelo IBGE (2019), o Brasil possuía em 2017, 3.918 estabelecimentos rurais que adotaram o serviço de turismo rural. Quanto às cinco grandes regiões brasileiras, o Sudeste ainda apresenta o maior quantitativo de estabelecimentos quando comparado com dados anteriores, o Sul não possui uma grande discrepância quando comparado ao Sudeste com 1.108, sendo a segunda zona com mais estabelecimentos. O Nordeste, fica na terceira colocação em números e a zona com menores quantitativos é a Norte, apresentando 403 estabelecimentos, apenas 8 a menos que a zona Centro-Oeste.

Tabela 3 - Números de estabelecimentos e números de estabelecimentos que recebem receitas advindas do turismo rural- 2017.

Brasil e Grandes Regiões	Estabelecimentos Rurais	Estabelecimentos Rurais- Serviços de Turismo Rural
Brasil	4.806.659	3.918
Norte	547.358	403
Nordeste	2.205.292	632
Sudeste	908.388	1.364
Sul	825.361	1.108
Centro-Oeste	320.260	411

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário, 2017.

Quando se compara com os dados do Censo Agropecuário de 2006, é possível realizar a constatação de que todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste e Nordeste, apresentaram crescimento no quantitativo de estabelecimentos rurais que adotam o turismo rural como atividade complementar as atividades agropecuárias. A região em que houve um maior crescimento de estabelecimentos foi a região Sudeste que passou de 1.071 para 1.364 estabelecimentos rurais e a que apresentou uma queda significativa da expansão foi a região Nordeste que passou de 728 para 632.

De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, foram identificados em todo o território 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 442 milhões de hectares em sua totalidade, representando em termos relativos aproximadamente 41% da área total do território brasileiro. Nesse universo cerca de 22,8% das propriedades rurais nas regiões adotaram algum tipo de atividade econômica não agrícola, a exemplo do turismo rural, com destaque para a região Nordeste. Quando apresentado em números absolutos significa que 1.200,84 propriedades no país promovem a diversificação de suas atividades (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2021).

Ao prospectar os quantitativos de propriedades rurais que adotaram o turismo rural como atividade econômica no país em um período de até 10 anos, os números mostram que há a possibilidade de que pelo menos 120 mil propriedades, em todas as regiões do país, estarem intrinsecamente envolvidas com o segmento, correspondendo a 1% (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2021).

Ainda no ano de 2021, identifica-se uma maior concentração dos produtos de turismo rural na região Sudeste, todavia há uma maior distribuição e difusão do segmento nas demais regiões do país, evidenciando as potencialidades de desenvolvimento.

4. PERCURSO METODOLÓGICO: estruturando o corpus

Nessa seção, serão apresentados e explicitados detalhadamente os caminhos metodológicos trilhados para a construção deste estudo e alcance dos objetivos almejados, evidenciando a princípio, a área de estudo abarcada; por seguinte, métodos e técnicas de pesquisa utilizados; e por fim, a coleta de dados, em que são descritos as fontes de dados utilizadas e os processos de coleta.

4.1 Área de Estudo

O estado da Bahia é uma das 27 unidades federativas do Brasil e está situado na região Nordeste do país, sendo banhado pelo Oceano Atlântico em sua extensão de 932 km e ocupando uma área de 564.760,429 km². Limitando-se ao sul com os estados do Espirito Santos e Minas Gerais, ao norte por Pernambuco e Piauí, ao oeste por Tocantins e Goiás e ao nordeste por Alagoas e Sergipe (IBGE, 2021).

Entre os estados nordestinos, a Bahia possui o maior quantitativo de municípios, contabilizando 417 em sua totalidade, contando com uma população estimada de 14.985.284 pessoas e possuindo o terceiro maior município populoso do Brasil, Salvador, a sua capital. Quanto ao PIB (Produto Interno Bruto), apresenta 36% do PIB do Nordeste, estabelecendo-se ainda como o sexto maior PIB do país. O território baiano consiste em uma região economicamente atrativa para a inserção de diversas e novas atividades e negócios, e apresenta atividades econômicas multifacetadas, tais como: serviços, indústria, agropecuária, mineração e turismo (IBGE, 2021; SEI, 2021).

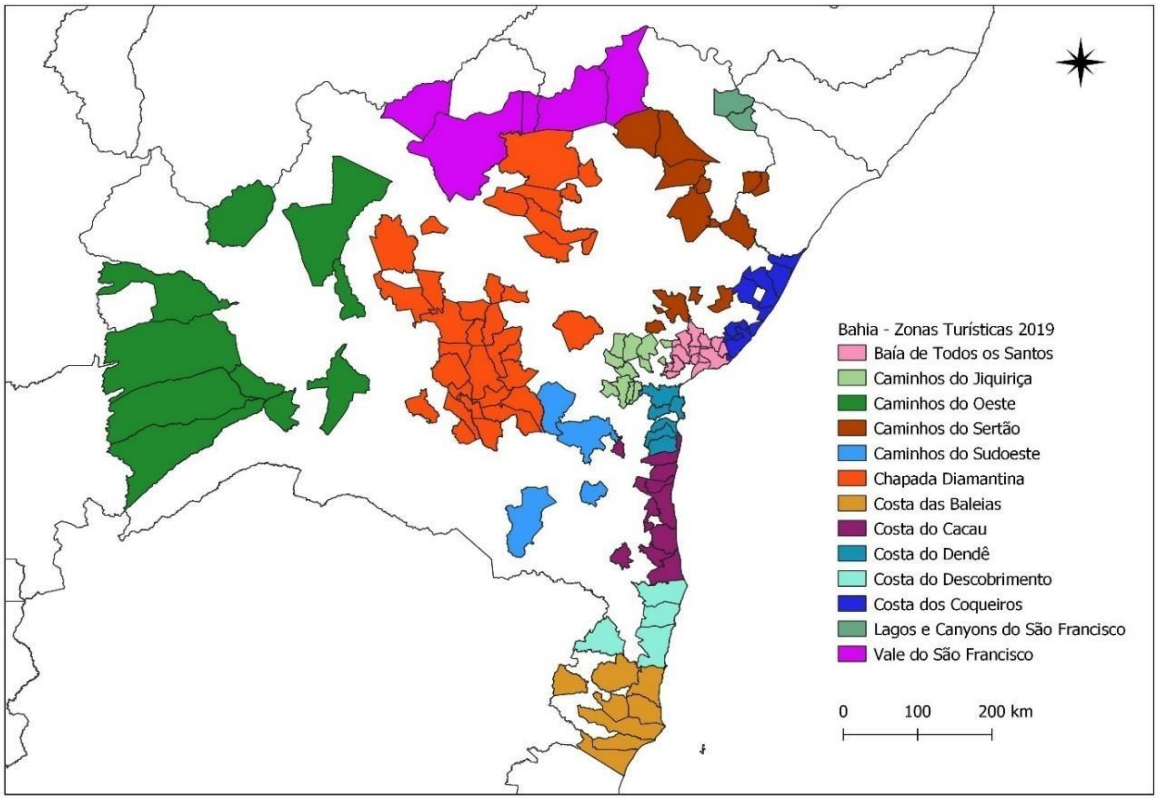
O referido estado foi abarcado nesse estudo, devido a relevância, potencial e benefícios ofertados pelo turismo rural para a promoção do desenvolvimento regional.

De modo a possibilitar a organização, planejamento e fomento da atividade turística na região, o Programa de Regionalização do Ministério do Turismo promoveu o delineamento e classificação de 13 zonas turísticas em todo o estado, sendo sete regiões não litorâneas e seis regiões litorâneas, instituindo regiões temáticas como zonas de planejamento turístico, que

participam de uma política pública estadual de turismo, recebem investimentos, e aplicam estratégias de propagação e comercialização dos destinos.

O estado da Bahia possui como zonas turísticas, segundo o Ministério do Turismo: Costa dos Coqueiros, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Costa do Dendê, Baía de Todos os Santos, Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Oeste, Chapada Diamantina, Caminhos do Sudoeste, Lagos e Cânions do São Francisco, Vale do São Francisco, Caminhos do Sertão e Costa do Cacau. Sendo seis localizadas em regiões litorâneas e sete em regiões não litorâneas, abarcando 133 municípios (BRASIL, 2019).

Figura 1- Zonas turísticas do estado da Bahia, em 2019.



Fonte: Souza (2021), elaborado com base em Brasil (2019).

O recorte geográfico em questão das zonas turísticas baianas, retratado na Figura 1, foi desenvolvido a partir da regionalização do turismo na Bahia, sendo formulado no ano de 2019 a partir das novas configurações territoriais, amparando-se no Mapa de Turismo Brasileiro do Ministério do Turismo.

4.2 Métodos de abordagem e técnicas de pesquisa

Para a construção deste estudo, o intervalo temporal designado compreendeu o período de 1998 à 2018, compreendendo o período de gênese e desenvolvimento do turismo rural, não estendendo-se por falta de informações sobre os anos anteriores e subsequentes, pois o turismo rural configura-se em uma atividade relativamente pouco difundida e não consolidada tanto no Brasil quanto na Bahia, e as preocupações e estudos em torno dessa temática intercorreram de maneira tardia e descontinuada.

Quanto à forma de abordagem do problema, este estudo possui caráter qualitativo, enfatizando a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais.

Para tanto, em relação aos fins de pesquisa foi utilizada a exploratória, centrando-se na apresentação detalhada e discussão dos resultados obtidos acerca do estado da Bahia. Gil (2008, p. 27) define que, "as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores".

4.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Para tecer uma análise acerca do panorama do turismo rural, descrevendo as políticas públicas para o turismo rural no Brasil e na Bahia, e para a análise do cenário do turismo rural da Bahia, bem como das zonas turísticas do território baiano adotou-se a revisão/pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Assim, os dados utilizados foram os secundários, pois o estudo foi alicerçado em informações extraídas de artigos, livros, textos dissertativos e teses e ainda documentos oficiais publicados por órgãos institucionais e sites relacionados.

Em uma fase inicial a pesquisa empregada foi a bibliográfica que, de acordo com Gil (2002, p.44) "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos", levantando-se preliminarmente informações acerca do turismo, turismo rural e o turismo rural como agente de desenvolvimento, alicerçando-se no estudo e posicionamento de vários teóricos, que abordam essa temática.

Na segunda etapa para a captação e coleta de dados referentes aos objetivos específicos propostos nesse estudo, foi-se utilizada a pesquisa documental, definida por Gil (2008, p. 51) como aquela que "[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa", em que se buscou informações em documentos elaborados por órgãos governamentais. Por meio desta pesquisa pode-se realizar a extração, seleção, organização e análise das informações que são coletadas.

Durante a pesquisa documental foram extraídos dados de documentos oficiais e de arquivos, elaborados por instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Governo Federal, Governo da Bahia, além de *websites* que tratam sobre o turismo rural no estado da Bahia. Ainda foram levantados dados em sites institucionais como a Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (BAHIATURSA), SETUR, Instituto Brasil Rural, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), UOL, Visite a Bahia, Ministério do Turismo e Associação Baiana de Turismo Rural (ABATTUR) possibilitando uma análise situacional do turismo rural nesse estado. Nesse ínterim, no Quadro 1 estão dispostos os documentos que foram utilizados no referido estudo.

Quadro 1- Bases de dados utilizadas para elaboração do estudo.

Documentos	**Fontes**
Plano de Ação 2002	ABRATTUR (2002)
Estratégias para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil	EMBRATUR (1999)
Censo Agropecuário	IBGE (2017)
Turismo Rural; Turismo Rural Brasileiro será o maior destino mundial; Boletim de inteligência de mercado de turismo- BIMT; Turismo Rural Brasil: Pensando Futuro; Panorama empresarial do turismo rural.	Instituto Brasil Rural (2002); (2010); (2012); (2020); (2022)
Mapa do Turismo	Ministério do Turismo (2020)
Programa de Turismo Rural do Estado da Bahia.	Secretaria de Cultura e Turismo/BAHIATURSA, CTR (2002)
SITE/UOL	UOL (2018)
SITE/Visite a Bahia	VISITE A BAHIA (2004)

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Ressalta-se que o levantamento da base de dados empregada nesta pesquisa, buscou identificar e descrever os principais dados relacionados ao turismo rural no estado da Bahia, sendo esses extraídos de fontes profusas, como exposto no Quadro 1, de modo a reunir informações suficientes que permitam evidenciar o cenário desse segmento no território baiano.

Para tanto, realizou-se um processo intensificado e incessante de coleta, buscando diversos meios de se conseguir o máximo de documentos e informações sobre esse segmento na região adstrita. Nesse sentido, houve tentativas de contato com o poder público, acesso à diversos sites sobre turismo rural da Bahia e averiguações de distintos documentos, de modo a

extrair as informações mais relevantes, que possibilitassem a construção de um panorama e, posteriormente, análises pertinentes.

Por ser um segmento ainda pouco difundido, pode-se notar que existe uma carência no que diz respeito as informações relacionadas a oferta, demanda e políticas públicas direcionadas a esse segmento. Assim, as informações foram coletadas de diferentes fontes de pesquisa, sendo realizado um trabalho minucioso.

Ao abordar as políticas públicas direcionadas ao turismo rural no Brasil e na Bahia, visando tecer a compreensão das medidas e ações adotadas, tanto nacionalmente quanto regionalmente para o referido segmento, foram levantadas as principais políticas de implementação para o turismo rural, sendo essas encontradas em sites e distintos documentos de órgãos regulamentadores, fiscalizadores e fomentadores da atividade como o Instituto Brasil Rural e Embratur, sendo encontradas deliberações e ações que tanto na instância federal quanto estadual datam de 1998 e 1997, respectivamente até os dias atuais.

Para verificar o turismo rural na Bahia, foram levantados e analisados os seguintes dados: i) Número de estabelecimentos que realizam turismo rural, por meio de documentos da Bahiatursa (2002); ii) Distribuição dos estabelecimentos rurais incluídas no Programa de Turismo Rural (TR), segundo as Regiões Turísticas através de informações extraídas do site UOL (2018) e Bahia (2019; e, iii) Número de estabelecimentos que desenvolvem o turismo rural na Bahia entre 1998 à 2018, a partir de dados da Bahiatursa (2002) e UOL (2018). Foram verificados os dados relacionados a demanda, atrações turísticas oferecidas por esses estabelecimentos, infraestrutura, distribuição dos estabelecimentos rurais que participam do Programa de Turismo Rural (TR), entre outras variáveis que interferem no desenvolvimento dessa atividade. Para isso, foram consultadas informações da Bahiatursa (2002), site UOL (2018), ABRATTUR (2002), sites oficiais e de informações de viagens.

Ademais, de modo a agregar e compor as informações do turismo rural no estado da Bahia engendrando o cenário da atividade, buscou-se verificar o fluxo turístico do segmento, sendo encontrados algumas informações divulgadas pela Secretaria de Cultura e Turismo/Bahiatursa, no ano de 2002, utilizando dados entre os anos de 1998 a 2002. Além disso, foram coletados também informações dos anos de 2003 à 2004 disponibilizados por documentos divulgados pelo Instituto Brasil Rural no ano de 2021. Por fim, foram ainda identificados dados da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que anos mais tarde, especificamente em 2011, publicitou dados que embora longínquos, em termos de temporalidade, auxiliaram na compreensão da demanda efetiva referente ao segmento no território baiano.

Em seguida, descreveu-se o turismo rural nas zonas turísticas da Bahia. Para tanto, verificou-se o número total de estabelecimentos rurais em cada zona turística da Bahia e número de estabelecimentos que adotaram o turismo rural. Também foram identificadas as propriedades rurais potenciais e aquelas que já estão consolidadas nesse segmento em cada zona. Nesse quesito, foram utilizados diferentes sites, oficiais e não oficiais[1], tais como Tripadvisor, UOL e Visite a Bahia, retratando e detalhando os estabelecimentos rurais nos municípios que adotaram a mencionada atividade econômica como agente de desenvolvimento local.

Posteriormente foi realizada a quantificação das informações dos estabelecimentos rurais nas zonas turísticas, com o desígnio de analisar as principais características inerentes, averiguando-se como categorias: visitação, hospedagem, alimentação, entretenimento, oferta de outros serviços como eventos e cursos, recursos naturais, recursos histórico-culturais, estratégias de divulgação e comercialização por meio de mídias sociais e sites, interação com a comunidade local e interação com o meio ambiente. Nesse viés, alicerçou-se em dados disponibilizados nos sites oficiais e não oficiais, como: Visite a Bahia, Tripadvisor, ABRATTUR, SETUR, UOL, sendo esses tabulados e graficamente representados.

A fim de englobar mais informações que possibilitem o aprofundamento da compreensão sobre o cenário do segmento no território em questão, principalmente quanto a conjuntura porvindoura do segmento, foram abordadas as perspectivas do turismo rural no Brasil e na Bahia para o período pós-pandêmico da COVID-19, já que, constituiu-se em um período que impactou diretamente a atividade turística. Os dados para compor essas informações foram extraídos de sites como: o site oficial do Ministério do Turismo, Canalrural.com, entre outros, por possuírem informações capazes de elucidar os principais direcionamentos, soluções e perspectivas sinalizadas pelas instâncias governamentais para o segmento no decorrer do período.

Para o tratamento dos dados foi adotado o procedimento descritivo, que de acordo com Lima (2004, p.73) “compreende a organização, o resumo e a descrição dos dados [...] para que posteriormente possam ser utilizados nas discussões de caráter descritivo ou analítico no relatório de pesquisa”, em que os dados foram dispostos no decorrer do tecido dissertativo por meio de figuras, tabelas, quadros e gráficos, de modo a facilitar a análise e compreensão.

---

[1] Os dados foram extraídos majoritariamente de sites não oficiais devido à escassez de pesquisas realizadas pelos órgão institucionais que estão relacionados com o segmento do turismo rural.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção, serão abordados importantes aspectos relacionados ao turismo rural no Brasil, na Bahia e nas zonas turísticas baianas, ressaltando-se as políticas públicas, a oferta turística e o fluxo turístico desse segmento, os estabelecimentos rurais e as perspectivas para o período pós-pandêmico para o segmento do turismo rural, tecendo uma análise comparativa e temporal de modo a verificar a evolução desse segmento na Bahia.

5.1. Políticas para o turismo rural do Brasil e da Bahia

No Brasil, apesar de ter emergido na década de 1980, o turismo rural passou a ser debatido em âmbito político e acadêmico, especificamente a partir dos anos de 1990 (SOUZA; KLEIN, 2019), quando houve um entendimento sobre a importância e os impactos positivos relativos a esse segmento. Souza e Klein (2019) afirmam que a partir disso, o Estado passou a interferir consideravelmente no segmento em prol do desenvolvimento regional e rural por meio da oportunização, fomento e formulação de novas estratégias e estabelecimento de políticas públicas[2] destinadas ao turismo rural.

Embora o interesse em torno do turismo rural tenha ganhado força mundial e nacionalmente, as políticas públicas voltadas para o turismo rural, no que tange a abordagem da gestão pública e formulação de políticas públicas voltadas para o segmento quando comparado ao quantitativo de políticas públicas para o turismo apresenta uma redução significativa, refletindo o fato de ser uma atividade recentemente desenvolvida no país e os esforços serem ainda comedidos por parte das instâncias governamentais.

Inicialmente**,** em âmbito nacional, foram instituídos um de conjunto regulamentações e/ou princípios direcionados a promoção, fomento e viabilização do turismo rural no território

[2] Um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, P. 29).

brasileiro. Esses preceitos foram desenvolvidos buscando reger as permissões de funcionamento, taxas, licenças, códigos e impostos a serem recolhidos, entre outros fatores, levando em consideração as especificidades encontradas em cada estabelecimento rural, pois esses caracterizam-se pela unicidade (SOUZA; KLEIN, 2019),

Foi em 1998 com a concretização de uma das primeiras iniciativas direcionadas para o segmento, o I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (CITURDES), realizado em Santa Maria – Rio Grande do Sul (RS), que o turismo rural passou a estruturar-se em território nacional. O I Congresso permitiu que fosse recomendado através da "Carta de Santa Maria", documento constituído durante o evento, a elaboração de diretrizes e políticas para o turismo rural por meio da colaboração entre a iniciativa privada e as organizações governamentais (BRASIL, 1999). Esse configurou-se como um marco propulsor para que uma diversidade de iniciativas fossem tomadas em prol do desenvolvimento desse segmento.

Nesse contexto, a "Carta de Santa Maria" impulsionou que pesquisas, reuniões, discussões e oficinas fossem realizadas visando estabelecer o entendimento sobre o segmento e traçar planejamentos e ações desenvolvimentistas (BRASIL, 1999). Assim, o Quadro 2 esboça as iniciativas, ações e os períodos em que ocorreram as oficinas de planejamento do turismo rural, realizadas pela Embratur em parceria com o Ministério da Agricultura e demais órgãos planejadores, formuladores e fomentadores do turismo e do meio rural, e outras iniciativas desenvolvidas:

Quadro 2 – Iniciativas e Ações incipientes governamentais direcionadas a implementação do Turismo Rural no Brasil.

Iniciativas	**Local**	**Ano/ Período**	**Ações**
I Oficina de Planejamento do Turismo Rural	Brasília- DF	15 a 17 de julho de 1998	Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural
II Oficina de Planejamento do Turismo Rural	Brasília- DF	17 e 18 de novembro de 1998	Denominada "Fase marco conceitual"
Audiência Pública na Câmara dos Deputados	Brasília – DF	14 de março de 2000	Validação do conceito e da proposta das diretrizes
Oficina Nacional de Turismo Rural	Brasília – DF	2 a 4 de abril de 2001	Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural
Oficinas Regionais de Turismo Rural	São Paulo (SP); Curitiba (PR); Fortaleza (CE); Brasília (DF)	2001; 2001; 2001; 2002	Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural
Estudos e Proposições do Serviço Nacional de	Brasília (DF)	2001 a 2003	-------

Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP			

Fonte: Elaborado com base em Brasil (1999); BONETTI; CANDIOTTO (2012).

As oficinas entre os anos de 1998 e 2002, período do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram primordiais para a formulação de diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil, sendo as oficinas nacionais ocorridas em 1998 e 2001, I Oficina de Planejamento do Turismo Rural e Oficina Nacional de Turismo Rural, aquelas que abalizaram os debates e direcionamentos centrais em torno do desenvolvimento do turismo rural (BONETTI; CANDIOTTO, 2012). Por serem nacionais, essas oficinas conseguiram abarcar as questões amplamente, possibilitando que os mais diversos aspectos referentes ao segmento fossem abordados.

Em contexto geral, as iniciativas desenvolvidas nesse período possibilitaram a instituição do documento de diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil, que tem por desígnio promover a recomendação de estratégias e diretrizes, de modo a conduzir ações e políticas para a obtenção de conhecimentos e organização do referido segmento (BRASIL, 1999).

Essas iniciativas foram preponderantes para a efetivação do turismo rural no país, no entanto as diretrizes voltadas para o desenvolvimento do turismo rural em âmbito nacional, foram inseridas na Política Nacional de Turismo (PNT), somente em 2003, durante o mandato do presidente, Luís Inácio Lula da Silva, em seu segundo ano de gestão (BONETTI; CANDIOTTO, 2012). Esse momento consolidou-se como um importante acontecimento para o segmento, pois foi a partir disso que outras políticas passaram a ser desenvolvidas.

Em sua totalidade, foram instituídas 7 diretrizes com estratégicas distintas e individualizadas, são elas: 1. Ordenamento; 2. Informação e comunicação; 3. Articulação; 4. Incentivo; 5. Capacitação; 6. Envolvimento das comunidades; 7. Infraestrutura (BRASIL, 1999). Com essas diretrizes, e por meio do planejamento o governo presumia que haveria um ordenamento e desenvolvimento desse segmento.

Além dessas, outras ações e políticas foram desenvolvidas no decorrer dos anos com o intuito de promover a continuidade do desenvolvimento do turismo rural em todo o Brasil.

Com o passar dos anos, muitas leis, projetos e estudos foram estabelecidos pelas instâncias governamentais, a exemplo: Estudos de Legislação do Turismo Rural, Informações Gerais de Legislação de Turismo Rural: texto audiência pública, Projeto de Lei 1403-2003,

Projeto de Turismo Rural Federal, IDESTUR Estudos de Legislação do Turismo Rural, Projeto de Lei Turismo Rural 45 (2012) Senado, entre outros (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2022).

A Embratur com a intencionalidade de proporcionar a proteção do meio ambiental estabeleceu algumas estratégias no Programa de Turismo Rural Brasileiro, tais como: i. criação de oferta de recreação e alojamento não concentrada e em pequena escala; ii. turismo gerenciado e estruturado pelas comunidades locais; iii. compatibilização do desenvolvimento e conservação dos recursos turísticos; e, iv. contato com a natureza (BONETTI; CANDIOTTO, 2012).

Em 2008 e 2010, o Ministério do Turismo (Mtur) instituiu a 1ª e 2ª edição sucessivamente, de um livreto de orientações básicas para o turismo rural, abarcando as características do turismo rural, as bases para o desenvolvimento do segmento e o turismo rural no âmbito mercadológico.

Recentemente, em 2020, o Mtur divulgou o Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo (BIMT), elaborado pelo órgão e direcionado ao turismo rural, abordando uma infinidade de aspectos pertinentes ao segmento, como informações relevantes, contexto histórico, mercado, características e rotas, e atividades turísticas em todo o país.

Nesse mesmo ano, surgiu a Rede Turismo Rural Consciente (TRC) com a finalidade de alcançar os objetivos traçados pela Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando promover a implementação de medidas para o período pós pandêmico, expandir os relacionamentos entre os agentes integrantes, facilitar a assimilação e troca de conhecimentos, viabilizar o desenvolvimento do turismo rural, promover a solidariedade, democratizar o turismo rural, investir em inovação e consolidação e alcançar as estratégias e objetivos almejados (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2022). A Rede Turismo Rural Consciente lançou o mapa de Turismo Rural Consciente de todo o território brasileiro e também duas cartas abertas do Turismo Rural, a primeira em 14 de maio de 2021, visando discutir políticas públicas direcionadas para o turismo rural e entender como a pandemia impactou o segmento, de modo a solucionar os possíveis problemas e a segunda, lançada em 02 de Setembro de 2021, durante a 17ª Feira Internacional de Turismo Rural (RURALTUR) (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2022).

A Ruraltur, apontada como o maior evento de turismo rural no Brasil, nessa edição ocorreu remotamente entre os dias 02 até o dia 4 de Setembro de 2021, concomitantemente ao I Seminário de Turismo Rural Consciente, objetivando possibilitar a troca de ideias, experiências e aprendizados para aqueles que buscam melhorar e empreender no segmento do turismo rural. Esse seminário aconteceu com as colaborações entre o Sebrae (Serviço Brasileiro

de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) dos estados da Paraíba e do Maranhão e a Rede de Empreendedores do Turismo Rural Consciente (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2022.

Assim em 2022, outras políticas públicas para o turismo rural foram e têm sido elaboradas, algumas delas buscando atender outras demandas relacionadas como: turismo sustentável, a exemplo da implementação do Turismo Rural Interpretativo e Regenerativo (TRIR); e, a agricultura familiar, com a instituição do Programa nacional de turismo rural na Agricultura familiar (PNTRAF), entre outras.

Embora, este segmento esteja presente em todos os estados do país, em estágios distintos de desenvolvimento se estabelecendo como segmento que pode dinamizar a economia, as novas fronteiras do turismo rural do Brasil estão situadas na região Nordeste, que possuem como destinos já consolidados desse segmento novas localidades que começaram programas de desenvolvimento do turismo rural com o desígnio de incorporar as comunidades locais como no Piauí e Rio Grande do Norte, além dos estados do Pernambuco, Ceará, Paraíba e Bahia (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002).

> A região Nordeste apresenta um vasto mercado voltado para a atividade turística. O estado da Bahia de per si, constitui local privilegiado, pois oferece belas paisagens, diversidade de flora e fauna, praias, cachoeiras, riqueza cultural composta de diversos personagens do folclore, capoeira, carnaval, festas juninas, comidas típicas, entre outros, podendo ser explorado pelos diversos prismas do turismo, como o ecoturismo, turismo rural, turismo de negócios, etc. (CAIRO, 2001, p.5 apud CAIRO, 2003, p.6).

Na Bahia, o turismo rural ganhou notoriedade com o passar dos anos, passando a ser incorporado em alguns planos voltados para o desenvolvimento regional a partir dos anos 1980. Foi ao longo dos anos 1990, que emergiram os primeiros programas de fomento ao turismo rural em regiões do Recôncavo Baiano, no entanto, esses não conseguiram apresentar e explorar as potencialidades deste segmento na região. O reconhecimento das potencialidades desse segmento ocorreu vagarosamente, sendo atualmente reconhecidas como áreas voltadas para turismo eco rural em muitas regiões baianas como a Chapada Diamantina, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, entre outras (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002).

Para promover o fomento dessa segmentação importantes instituições e ações foram criadas, como ressalta o Quadro 3.

Quadro 3- Instituições, Ações e Programas fomentadores do Turismo Rural na Bahia.

Ano	Instituições	Programas e Ações
1997	Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia e duas faculdades locais	Seminário voltado para o estabelecimento de conceituações e diretrizes rurais que promoveu um significativo crescimento desse segmento. Criação da Associação Baiana de Turismo Rural-ABATURR.
1998	Secretaria de Cultura e Turismo	Implantação do Programa de Turismo Rural do Estado da Bahia.
2008	Secretaria de Turismo	Primeiro Seminário de Turismo Sustentável, com abrangência no Turismo Rural.
Nos dias atuais	Bahiatursa, Secretaria de Turismo-Setur, Câmara Técnica do Turismo Rural do Estado da Bahia e Comitê Gestor, ABATTUR, INCRA, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA e o SEBRAE.	Realizações de Visitações a estabelecimentos rurais.

Fonte: Elaborado com base em CÂNCIO (2003); Souza e Giudice [s.d.];LEWANDOWSKI (2014); BRASIL (2011).

No estado baiano, foi a partir do reconhecimento desse segmento como atividade altamente rentável que em 1997, foi realizado um seminário com a participação de empresários do ramo, com a participação de duas faculdades locais e Secretaria de Cultura e da Turismo do Estado da Bahia (CÂNCIO, 2003). Esse primeiro Seminário voltado para o estabelecimento de conceituações e diretrizes rurais promoveu um significativo crescimento desse segmento, além de promover a criação da Associação Baiana de Turismo Rural – ABATURR formada por vários proprietários rurais.

Segundo Souza e Giudice [s.d.], esse seminário possibilitou a implantação do Programa de Turismo Rural do Estado da Bahia pela Secretaria de Cultura e Turismo em 1998. Esse programa teve como finalidade promover o incentivo dos proprietários de fazendas produtivas a adotarem a atividade turística como uma nova fonte de renda, de modo a gerar emprego e renda, utilizar os recursos naturais de forma sustentável e divulgar as manifestações artísticas e socioculturais, entre outros.

Em 2008, durante o primeiro Seminário de Turismo Sustentável, realizado pela SETUR, foram levantadas diversas questões inerentes ao território baiano. Além disso, de modo a possibilitar o empreendedorismo, adensamento da cadeia produtiva, bem como o fortalecimento da produção associada ao turismo, foram abordadas e debatidas uma multiplicidade de demandas, tais como a adoção do segmento pelos empreendedores rurais

como alternativa de desenvolvimento e investimentos direcionados para o turismo rural (LEWANDOWSKI, 2014**).**

Desde então, o governo tem implementado políticas públicas voltadas para o turismo rural, que passaram a ser debatidas em fóruns com a presença dos mais variados atores sociais, de modo a potencializar os benefícios trazidos por esse segmento.

Destarte, planejamentos, investimentos e ações vêm sendo despendidos por órgãos institucionais como, Bahiatursa e SETUR, concomitantemente com a Câmara Técnica do Turismo Rural do Estado da Bahia, Comitê Gestor e em parceria com a ABATTUR, INCRA, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e o SEBRAE, realizando o levantamento de informações durante visitações técnicas à estabelecimentos de turismo rural instalados no Recôncavo Baiano. Além disso, foram estabelecidos indicadores de desempenho das ações da Câmara e organização do Seminário Estadual de Turismo Rural, de modo a elaborar o estatuto da Câmara de Turismo Rural, sendo criados Grupos de Trabalho, com a participação da SETUR (BRASIL, 2011). Nesse contexto busca-se por meio dessas ações expandir o segmento, agregar inovação e, consequentemente promover o desenvolvimento local por meio desse segmento.

Entre outras ações pretendidas pelo governo do estado estão a promoção do desenvolvimento do segmento por meio da propagação dos estabelecimentos e produtos rurais internacional e nacionalmente, possibilitar a comercialização e difusão desses estabelecimentos concomitantemente com instituições de comercialização e publicidade e estabelecer parcerias (UOL, 2018).

Além dos investimentos e esforços, a visibilidade e o crescimento desse segmento deve-se também ao escritor Jorge Amado e a veiculação da novela Renascer em 1993, pela Rede Globo, que relatava a história de um fazendeiro da zona cacaueira de Ilhéus, desencadeando na atração de visitantes motivados em conhecer as fazendas do território baiano (A BAHIA. COM, 2015).

5.2. Turismo Rural na Bahia

Esse segmento turístico no estado tem se apresentado como uma alternativa imprescindivelmente lucrativa quando implementado, possibilitando uma infinidade de prerrogativas e, consequentemente o desenvolvimento local/ regional.

Rodrigues (2001) afirma que, o turismo rural no estado da Bahia é classificado como Turismo Contemporâneo, pois os equipamentos inerentes a esse segmento foram incorporados

nos destinos turísticos recentemente, no momento em que a atividade turística passou a apresentar maior expressividade no setor econômico do Brasil, a partir da década de 1970. Nesse sentido, os equipamentos voltados para esse segmento são: *campings* e acampamentos rurais; *spas* rurais, turismo rural científico-pedagógico; turismo de caça e pesca; hotéis-fazenda; segunda residência campestre; turismo rural etnográfico; pousadas rurais; turismo de caça e pesca; turismo rural místico e religioso.

Não obstante, os equipamentos turísticos estejam estabelecidos e espalhados por todo estado da Bahia, os mesmos dependem de outros fatores intrínsecos, pois os mesmos não são satisfatoriamente suficientes para impulsionar o desenvolvimento regional por meio do turismo rural (LEWANDOWSKI, 2014**).**

Atualmente, a Bahia possui em todo o seu território hotéis fazendas, infraestruturas adaptadas, adequadas, com taxas satisfatórias de acomodações, lazer, conseguindo oferecer diferentes preços competitivos e agradar a todos os gostos.

A Bahia conta atualmente com mais de 762 mil estabelecimentos rurais de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2021), das quais cerca de 92 adotaram a atividade turística como fator de desenvolvimento econômico da região.

De acordo com Câncio (2003), no estado da Bahia, as Regiões Turísticas que possuem áreas que praticam o turismo rural são: Costa das Baleias, Vale do Jiquiriçá, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Costa do Cacau, Baía de todos os Santos entre outras, sendo essas últimas zonas as que mais possuem destaques nesse segmento como explicita os dados fornecidos pela Bahiatursa, na Tabela 4.

Em 2002 como pode ser constatado na Tabela 4, as regiões turísticas com mais estabelecimentos rurais eram a Baía de Todos os Santos e a Costa do Cacau com 21 e 19 estabelecimentos, respectivamente. Entre as zonas turísticas com menos estabelecimentos estão a Costa do Dendê e Chapada Norte com 02 estabelecimentos rurais cada e a Costa do Descobrimento, com 1. Com apenas 09 zonas turísticas na época, a Bahia contabilizava 70 estabelecimentos rurais em sua totalidade.

Tabela 4- Distribuição dos estabelecimentos rurais incluídos no Programa de Turismo Rural (TR), segundo as Zonas Turísticas- 2002.

Zona Turística	**Nº de estabelecimentos com TR**	**%**	**Nº de UHs [2]**	**%**
Costa dos Coqueiros	09	12,9	85	11,8
Recôncavo e Baía de Todos os Santos	21	30,0	296	41,1
Vale do Jiquiriçá	08	11,4	20	2,8
Chapada Diamantina	05	7,1	55	7,7
Chapada Norte	02	2,9	31	4,3
Costa do Dendê	02	2,9	13	1,8
Costa do Cacau	19	27,1	88	12,3
Costa do Descobrimento	01	1,4	7	1,0
Costa das Baleias	03	4,3	123	17,1
TOTAL	**70**	**100**	**718**	**100**

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo / BAHIATURSA, CTR, 2002.

Entre o período de 2003 a 2004, houve o crescimento significativo de 20% dos estabelecimentos rurais que passaram de 90 para 108 hotéis-fazendas (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2021).

Na Bahia podem ser encontradas 13 zonas turísticas espalhadas por seu território. Nesse estado, o turismo rural, apresenta índices favoráveis para o crescimento desse segmento. Embora as 13 zonas turísticas apresentem potencialidades de desenvolvimento do turismo rural, 10 delas já se encontram em fase de implementação e expansão desse segmento, como a Baía de Todos os Santos, Caminhos do Jiquiriçá, Costa do Cacau e a Chapada Diamantina. De acordo com os dados da Associação Baiana do Turismo Rural (ABATURR), entre os anos de 2004 e 2018, a Bahia teve um acréscimo de 12 estabelecimentos, contabilizando 92 fazendas que possuem potencial para o desenvolvimento do segmento, como pode ser observado no Quadro 4, no qual pode ser conferido a atual configuração do número de estabelecimentos rurais no estado da Bahia, demonstrando como esses estão distribuídos no território baiano, de acordo com as zonas turísticas inseridas no novo mapa turístico brasileiro, podendo ser verificado ainda, as rotas turísticas rurais pertinentes a cada zona.

Quadro 4- Distribuição dos estabelecimentos rurais incluídos no Programa de Turismo Rural (TR), segundo as Zonas Turísticas- 2018.

Nº	**Zona Turística**	**Segmentos Turísticos**	**Segmento de Turismo Rural e Rotas**	**Nº de estabelecimentos com TR**
01	Baía de Todos os Santos	Rural, Cultura, Sol e Praia, Gastronomia, Étnico, Mergulho, Gastronomia, Naútico e Negócios	Rota da Liberdade	17
02	Vale do Jiquiriçá	Rural, Ecoturismo, Cultura, Aventura e Gastronomia	--------	13
03	Caminhos do Sertão	Cultura, Técnico-Científico, Cultura, Religioso, Gastronomia, Ecoturismo, Saúde	--------	11
04	Caminhos do Sudoeste	Negócios, Ecoturismo, Aventura e Rural	Rota do Café	02
05	Chapada Diamantina	Rural, Ecoturismo, Esportes e Aventuras, Cultura, Arqueologia,	Rota da Cachaça	12
06	Costa das Baleias	Ecoturismo, Cultura, Esporte, Naútico e Sol e Praia	Foco na Visitação de Baleias	05
07	Costa do Cacau	Rural, Cultura, Sol e Praia, Esporte e Aventuras, Negócios, Gastronomia, Pesca Esportiva,	Rota do Chocolate	17
08	Costa do Dendê	Sol e Praia, Ecoturismo, Gastronomia, Étnico, Esporte e Naútico	Cultura do Dendê	03
09	Costa do Descobrimento	Sol e Praia, Cultura, Gastronomia, Esportes e aventuras, Étnico e Negócios	Roteiro "Terra Mãe do Brasil, seus caminhos, segredos e sabores".	03
10	Costa dos Coqueiros	Sol e Praia, Ecoturismo, Cultura, Esportes e Eventos e Negócios	---------	09
11	Lagos e Canions do São Francisco	Ecoturismo, Cultura, Étnico, Esportes e Naútico, Gastronomia, Religioso, Técnico- Científico	---------	-
12	Vale do São Francisco	Cultura, Gastronomia, Enoturismo, Negócio, Esporte/Aventura, Naútico e Técnico Científico	Rota do Vinho	-
13	Caminhos do Oeste	Negócios/Eventos, Aventuras, Ecoturismo, Religioso e Gastronomia	--------	-
	TOTAL			92

Fonte: Elaborado com os dados da UOL (2018); Bahia (2019).

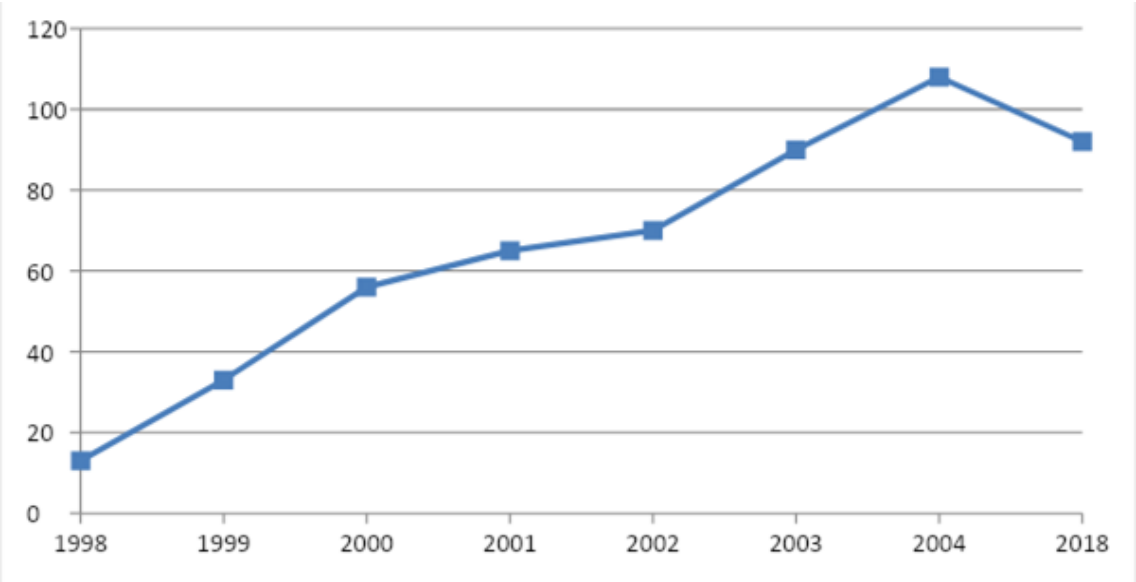
Ao observar o Quadro 4, é possível constatar que nos dados atuais divulgados pela UOL, a zona que possui menos estabelecimentos rurais consolidados no segmento do turismo rural é a zona turística Caminhos do Sudoeste, com apenas 2 estabelecimentos, e as zonas que apresentam maior expressividade em números de estabelecimentos rurais são as zonas turísticas Baía de Todos os Santos e Costa do Cacau, contabilizando 17 fazendas cada. Esses quantitativos em ambas as costas, refletem tanto os investimentos governamentais para o segmento nessas

regiões quanto as condições necessárias para o estabelecimento e manutenção de estabelecimentos rurais direcionados para o desenvolvimento do turismo.

Quando compara-se com os dados do ano de 2002, verifica-se que as zonas turísticas da Baía de Todos os Santos e Costa do Cacau apresentam-se como sendo as costas mais expressivas nesse segmento, no entanto ambas tiveram uma redução de 4 e 2 estabelecimentos, respectivamente. A zona turística da Costa dos Coqueiros permaneceu com o mesmo quantitativo de estabelecimentos (09).

Na Figura 2 é possível observar a evolução do crescimento/decréscimo no número de estabelecimentos que passaram a desenvolver o turismo rural entre os anos de 1998 à 2018. Pode-se constatar que, entre os anos de 1998 à 2002 houve um aumento significativo no número de estabelecimentos rurais passando de 13 para 70 estabelecimentos. Acredita-se que esse crescimento foi impulsionado pelas políticas públicas instituídas a partir do primeiro Seminário direcionado para as áreas rurais que ocorreu em 1997. Nos anos de 2002 e 2003, o número de estabelecimentos continuou crescendo, passando para um total de 90 estabelecimentos rurais. Entre 2003 e 2004, pode-se notar um crescimento de 18 fazendas, contabilizando 108. Já entre o período de 2004 à 2018, 18 estabelecimentos rurais encerraram suas atividades, de modo que, ao final de 2018, restavam apenas 90 estabelecimentos operando com atividades relacionadas ao turismo rural.

Figura 2 - Número de estabelecimentos que desenvolvem o turismo rural na Bahia entre 1998 à 2018.



Fonte: Elaborado com base na Secretaria de Cultura e Turismo (2002); UOL (2018).

Em face das constatações, evidencia-se que muitos estabelecimentos que estavam inseridos no segmento, deixaram de desenvolver o turismo em suas dependências e que houve um decréscimo significativo no quantitativo de estabelecimentos rurais. Essa evidência leva a refletir sobre os problemas, empecilhos e questões que levam esses estabelecimentos a deixarem de ofertar tais serviços, tais como: falta de infraestrutura adequada, baixa demanda, concorrência, políticas públicas, entre outros, pois sabe-se que por se tratar de um segmento pouco desenvolvido em relação aos demais segmentos, pouco foco e investimentos são destinados para o mesmo. Ademais, existem questões relacionadas a infraestrutura necessária para o recebimento dos turistas e a competição de ofertas no setor.

Além da oferta turística, outro pilar do turismo que torna-se necessário analisar para amparar a compreensão acerca do panorama do turismo rural na Bahia é o fluxo da demanda turística do estado, buscando verificar o cenário do turismo rural em meio às demais motivações que direcionam os turistas a visitar a Bahia.

Nesse contexto entre os anos de 1998 à 2002, a Bahiatursa realizou o levantamento dos dados inerentes ao turismo rural e, de acordo com a Tabela 5 pode-se verificar o número de estabelecimentos que desempenham o turismo rural e a estimativa de visitantes.

Tabela 5- Número de estabelecimentos que desenvolvem o turismo rural e estimativa de visitantes entre os anos de 1998 a 2002.

Ano	**Nº de Estabelecimentos**	**% de crescimento anual**	**Nº de Visitantes**	**% de crescimento anual**
1998	13	-	22.000	-
1999	33	153,80	33.000	50
2000	56	69,69	45.000	36
2001	65	16,07	62.000	37
2002	70	7,69	83.000	34

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo/Bahiatursa, CTR (2002).

Quando se analisa na Tabela 5, pode-se notar que houve um significativo crescimento entre os anos verificados, o que demonstra que esse segmento veio expandindo-se no decorrer desses anos. De maneira geral, quanto aos quantitativos de estabelecimentos em percentuais, é visível um crescimento elevado entre os anos de 1998 e 1999 correspondendo a 153,80%, sendo essa diferença reduzida em termos quantitativos nos anos posteriores, decrescendo até a marca percentual de 7,69%. Em relação ao número de visitantes, o maior percentual de crescimento ocorreu em 1999, correspondendo a 50% e o menor percentual foi constatado em 2002, 34%.

Esses percentuais do fluxo de visitantes mostram-se consideravelmente desconexos quando os índices são comparados de modo absoluto e relativo, demonstrando as inconsistências no cenário do turismo rural no referido período. De acordo com Souza e Giudice [s.d.], os quantitativos supracitados demonstram um crescimento de proporções absolutas, todavia esse resultado não apresenta perspectivas positivas em termos relativos, o que pode ser justificado por eventos circunstanciais que refletiam nesse cenário, tais como as condições das infraestruturas rurais, em que esses estabelecimentos podem não estar conseguindo suprir as necessidades de conforto dos visitantes; crises econômicas que promovem escassez em termos financeiros; decepção com serviços ofertados pelos estabelecimentos e crescimento desproporcional da oferta.

Entre os anos de 2003 e 2004, o fluxo turístico foi de 30, 55%, correspondendo a um crescimento de 108 mil visitantes para 141 mil visitantes, entre os referidos períodos, sem contabilizar o mês de dezembro do ano de 2004 (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2021).

Em 2011, foi realizada uma pesquisa de perfil do turista pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), solicitada pelo governo da Bahia, de modo a averiguar as características intrínsecas à demanda de visitantes do território baiano. Nesse contexto, constatou-se que, o fluxo de turistas domésticos corresponde a aproximadamente 95% dos turistas que visitam a Bahia, sendo que 45% vieram de outros estados e 50 % da própria Bahia, e ainda que, a principal motivação desses turistas é visitar amigos e parentes, o que corresponde a 40%.

Quando verificada a motivação para a visitação, observou-se que as principais motivações da demanda da Bahia era o turismo de sol e praia 58% e ecoturismo 16%, o turismo rural correspondeu a 0,1% (494 em números absolutos) do turista internacional e 0,9% (52.421 em números absolutos) do turista doméstico. Em relação aos meios de hospedagem, entre os entrevistados, não foi registrado a hospedagem em Hotel Fazenda, ou Rancharia. Nesse aspecto, pode-se perceber que o turismo rural desperta pouco interesse dos turistas que visitam a Bahia e que o quantitativo de turistas que visitavam esse território nesse período demonstrava pouca representatividade, não alcançando nem 1% da demanda baiana (LEWANDOWSKI, 2014).

Nesse contexto, deve ser ressaltado o fato do turismo de massa evidenciar-se pela participação de grandes grupos econômicos, contrapondo o turismo rural, que caracteriza-se por ser local composto por pequenos empreendimentos. Assim, diante dos dados expostos, muitas questões devem ser levantadas e pensadas como: será que há pouco interesse do turista? Será que há de fato política pública de fomento e divulgação do turismo rural para o público correto? Será que há de fato condições do turismo rural competir com o turismo de massa?

Quais as reais condições de concorrência entre os dois setores? Será que a política pública aplicada ao turismo urbano/massa dá resultados no caso do turismo rural?

Esse autor ainda salienta que diante do cenário apresentado nessa pesquisa, foi possível verificar que o segmento do turismo rural é incrementado somente por investimentos precisos e privados, existindo uma impraticabilidade de investimentos massivos no segmento do turismo rural devido a impossibilidade de mobilização econômica da zona ou de prospectar retornos contíguos de *marketing* por ainda possuir uma representatividade limitada no turismo do estado (LEWANDOWSKI, 2014). Embora, essa pesquisa demonstre resultados pouco expressivos desse segmento e que o mesmo afirme que há apenas investimentos privados, o governo do estado tem buscando por meio de algumas iniciativas alavancar esse segmento, principalmente nas regiões que possuem potencial para o desenvolvimento do turismo rural.

Ressalta-se que assim como nos demais segmentos da atividade turística, o fluxo de visitantes do turismo rural apresenta-se de maneira irregular, havendo períodos de alta sazonalidade e baixa sazonalidade, sendo que os períodos com maiores concentrações de demanda turística ocorrem na época de São João, por ser uma festividade que remete a um ambiente mais rural e entre os meses de dezembro a março. Para os demais anos, não foram encontradas informações a respeito do fluxo de visitantes desse segmento.

Desde então, por apresentar quantitativos ínfimos, os dados do fluxo turístico do turismo rural quando tabulados e analisados são agregados aos dados de outros segmentos turísticos alternativos e não consolidados, conferindo tanto a esse segmento quanto aos demais um *status* de pouca representatividade no cenário do território baiano.

De modo a complementar as informações acerca do turismo rural, a análise em questão estendeu-se também para as zonas turísticas inseridas na Bahia, buscando promover a realização de uma averiguação mais abrangente e detalhada da oferta turística do referido segmento. Nesse sentido, serão abordadas importantes informações desse segmento nessas zonas turísticas do Programa de Turismo Rural em 2018.

5.3. Turismo rural nas zonas turísticas da Bahia

5.3.1. Zona turística Costa do Cacau

A zona turística Costa do Cacau é composta por diversos municípios litorâneos do estado da Bahia, em que é ofertado aos visitantes um roteiro turístico satisfatório para aqueles que têm por motivação o turismo histórico e ecológico. Essa zona é formada por 11 municípios,

são eles: Ilhéus, Itacaré, Itabuna, Ipiaú, Una, Maraú, Uruçuca, Canavieiras, São José da Vitória, Pau Brasil e Santa Luzia. Nessa zona turística, pode ser encontrado um rico acervo cultural e histórico, sendo essa zona marcada pelos resquícios dos índios aymorés e tupiniquins, extensão de praias, fauna, cachoeiras, grutas, lagoas e pelas ricas produções literárias de autores como Sosígenes Costa, Jorge Amado, entre outros.

Figura 3: Costa do Cacau

Fonte: Brasil (2019).

Entre os principais segmentos turísticos encontrados nessa zona podem ser mencionados o ecoturismo e o de sol e praia. A referida zona possui características imateriais e materiais significantes, estando esse segmento em processo de solidificação. Além desses segmentos, outros são identificados em localidades distintas com uma menor expressividade, como turismo de esportes com a prática do surf em Itacaré; turismo de eventos, em Ilhéus e pesca esportiva oceânica do Marlin Azul, em Canavieiras. Os municípios localizados nessa zona que se destacam com relação à atração de fluxo turístico são Ilhéus, Itacaré, Maraú e Una. Os outros municípios que compõem a costa recebem turistas em menor escala (PDITS, 2015).

Segundo Carvalho, Soares Neto e Pinheiro (2018), essa zona está localizada entre outros dois destinos turísticos: a Costa do Descobrimento, ao sul e a Costa do Dendê, ao norte, sendo essas duas costas polos estratégicos para o desenvolvimento da economia cacaueira nas épocas de glórias, indireta ou diretamente, em que o município de Itabuna teve seu enfoque na prestação de serviços e Ilhéus desenvolvia atividades voltadas para a agricultura primária.

Outros fatores que contribuíram positivamente para o desenvolvimento dessa zona foi a presença de um importante órgão estratégico na época: a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), a qual se localiza exatamente no eixo Ilhéus/Itabuna e a proximidade com a Mata Atlântica, que favoreceu o plantio do cacau.

Todavia, devido ao declínio da produção cacaueira nos anos 1980, a crise econômica acentuada e a devastação da cacauicultura pelo fungo *crinipellis* perniciosa, causador da doença Vassoura de Bruxa, a zona buscou implementar outras alternativas econômicas, como a efetivação da atividade turística em áreas rurais.

O cacau e a sua cadeia produtiva em sua totalidade com o envolvimento efetivo com a cultura regional, grandes possibilidades de trabalhar a experiência do turista e com a geração de valor elevada passou a ser um amplo elemento de coesão e complementaridade do Turismo de sol e praia vigente na Costa do Cacau (PDITS, 2015). Embora, o turismo de sol e praia seja o segmento que mais se destaca na Costa do Cacau, o turismo rural mesmo com pouca expressividade, configura-se em um importante segmento para o crescimento regional (CARVALHO; SOARES NETO; PINHEIRO, 2018).

O turismo rural instaurou-se na Costa do Cacau, em 1999, com a instituição do plano Rota do Cacau, que juntamente com outros planos para o desenvolvimento do turismo na Bahia foram elaborados pelo SEBRAE, em parceria com o Governo do Estado e universidades estaduais. Esse plano possibilitou a integração dos municípios que possuem uma forte cultura cacaueira e das fazendas de cacau desses municípios para a implantação e funcionamento de equipamentos turísticos para o fornecimento de lazer, alimentação e hospedagem nas áreas rurais (ROQUE, 2001).

Nessa zona, o turismo rural destaca-se pela experiência ocasionada pelo cultivo do cacau nas grandes fazendas e instalações voltadas para essa atividade, pela produção dos diversos tipos de chocolates e seus subprodutos e em muitos casos no interessante método Cabruca (sistema ecológico de cultivo agroflorestal) (PDITS, 2015). Alguns poucos estabelecimentos rurais, remanescentes históricos de grande valor, possibilitam a visitação dos turistas, no entanto há a existência de propostas de vivências eco rurais que propõem a aproximação com costumes e a população rural, além do aprendizado da produção em novas plantações de cacau e do contato com a natureza, provenientes desta nova fase cacaueira que prima pela qualidade e produção orgânica, que assola o Brasil (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002).

A Costa do Cacau consolidou-se como foco dos investimentos governamentais do setor, possibilitando que o turista seja motivado a realizar visitações em estabelecimentos rurais acompanhando desde a plantação à colheita do fruto cacaueiro, e ainda a degustação de

produtos derivados do cacau. Além disso, a visitação a esses espaços propiciam que o turista entre em contato com a riqueza cultural e histórica da zona.

Entre os investimentos governamentais direcionados a essa zona para promover o incremento do turismo rural no território baiano podem ser citados o mapeamento dos atrativos e cadastramento dos estabelecimentos que desejam fazer parte do roteiro turístico desta costa, a implantação da sinalização turística da Estrada do Chocolate, a edificação de posto de informação na Estrada do Cacau e a instalação de portais de acesso (UOL, 2018).

No Quadro 5, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Costa do Cacau que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades.

Nessa zona, os estabelecimentos rurais que desenvolvem o turismo rural e que estão cadastrados na Bahiatursa são: Chocolate da Agricultura Familiar, Fazenda Primavera, Fazenda Pedra do Sabiá, Fazenda Irerê, Fazenda Santo Antônio, Quilombo Doiti, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Boa Esperança, Fazenda Rainha do Sul, Fazenda Yrerê, Fazenda São Tomé, Fazenda Vida, Fazenda Renascer, Fazenda Olandy, Fazenda Provisão, Fazenda Fortaleza e Fazenda Santana.

Quadro 5 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa do Cacau, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	**Iniciativa**	**Descrição**
Ibicaraí	Chocolate da Agricultura Familiar	Produção de cacau e derivados como chocolate, *nibs* e produtos veganos.
Ilhéus- Itabuna	Fazenda Primavera	Centenária fazenda que oferece o dia de campo, alimentação
Itacaré	Fazenda Pedra do Sabiá	Massagem e terapias, passeio de caiaque, trilhas ecológicas, comida vegetariana, yoga, hospedagem, práticas meditativas, educativas e terapêuticas.
Ilhéus	Fazenda Tororomba	Hospedagem, alimentação, trilhas e cavalgada.
Ilhéus – Uruçuca	Fazenda Santo Antônio	Dia de campo, lazer, alimentação e pescaria
Itacaré	Quilombo Doiti	Trilhas ecológicas, inserção na cultura e história local, passeio no rio, gastronomia típica.
Uruçuca	Fazenda Santo Antônio	O Pesque Pague Eco água dispõe de completa infraestrutura para o "*day use*" em uma fazenda e oferece também a possibilidade de realização de eventos. A fazenda possui estrutura de lazer, restaurantes e bares, piscinas naturais, parque infantil, seleção de jogos e quadra poliesportiva.
Ilhéus	Fazenda Boa Esperança	Alimentação, dia de campo, lazer.
Camacã	Fazenda Rainha do Sul	Hospedagem, alimentação, trilhas, lazer e festas típicas
Ilhéus – Itabuna	Fazenda Yrerê	Visita a uma tradicional fazenda de cacau, com matas, lagos, roça com cacaueiros em produção, barcaças, degustação de chocolates caseiros, sucos de cacau e frutas regionais.
Ilhéus – Itacaré	Fazenda São Tomé	Cachoeiras, lagos e rios, passeio a cavalo, trilhas ecológicas.
Canavieiras	Fazenda Vida	Cachoeiras, lagos e rios, passeio a cavalo, trilhas ecológicas. Local esotérico, ideal para meditação, consultas espirituais, reposição de energia e leituras de cristais.

Ilhéus	Fazenda Renascer	Pode-se conhecer todo o ciclo do cacau, a plantação, a colheita e seu aproveitamento. Conhecer a Fazenda Renascer é percorrer o cenário onde foi gravada grande parte da novela Renascer, exibida há alguns anos pela Rede Globo. Além disso, pode-se desfrutar de belas cachoeiras e corredeiras.
Ilhéus- Itacaré	Fazenda Olandy	Cachoeiras, lagos e rios, passeio a cavalo, trilhas ecológicas. Atividades Produtivas: Possui encanto próprio e muitas delícias para oferecer aos visitantes: doces, licores caseiros, biscoitos, bolos e tortas inesquecíveis são servidos em um quiosque em frente ao rio Almada. É uma fazenda de coco, porém também possui um pequeno pomar e uma bela horta.
Ilhéus	Fazenda Provisão	Passeio no rio e pesca tradicional, visita à roça de cacau.
Itacaré	Fazenda Fortaleza	Passeio no rio, recanto com redes, trilhas e capelinha
Itacaré	Fazenda Santana	Passeio a cavalo, caiaque, pesca, ordenha, trilha, cachoeira e rio.

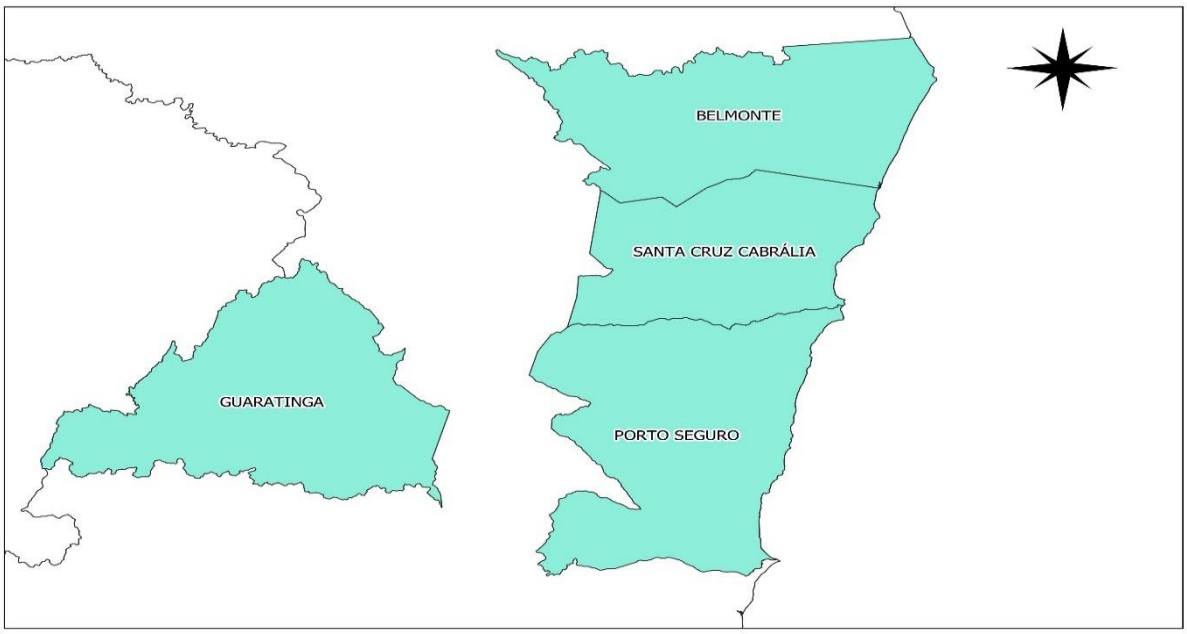
Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004), UOL(2018).

Verifica-se ainda que, embora a Zona Turística Costa do Cacau possua 11 municípios, essa costa conta com 17 estabelecimentos que estão distribuídos entre os municípios de Itabuna, Ibicaraí, Camacã, Uruçuca, Ilhéus e Itacaré, concentrando-se nos três últimos municípios.

5.3.2. Costa do Descobrimento

Localizada no extremo Sul da Bahia, a zona turística Costa do Descobrimento possui uma extensão territorial de 12,1 mil quilômetros quadrados e é formada por quatro municípios: Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Belmonte e Guaratinga (BRASIL, 2022). Estando esses municípios em diferentes ciclos de implementação da atividade turística.

Figura 4: Costa do Descobrimento



Fonte: Brasil (2019).

A Costa do Descobrimento configura-se como a zona abordada pelos historiadores como sendo o berço da história do Brasil, em 1500. Foi nas intermediações desse território que importantes fatos da história do Brasil ocorreram. Em 1999, essa costa foi tombada como Patrimônio Natural Mundial pela Unesco, por sua importância histórica, pois foi em Porto Seguro que a história do Brasil começou.

Até meados do século XVIII, essa zona manteve-se sem significativo desenvolvimento. Já no século XIX, foram implantadas atividades econômicas como agricultura, pesca, corte de madeira e construção de embarcações, que passaram a ser atividades de manutenção de sobrevivência dessa zona (BAHIA, 2021). Desde então, concomitantemente às atividades econômicas supracitadas, essa costa vem buscando desenvolver o turismo, possuindo como principais segmentos turísticos, o turismo de sol e praia, cultural e eventos/negócios.

Essa zona possui como atrativos culturais: centros históricos, aldeias indígenas, casarios, museus e galerias (BAHIA, 2019). Nos atrativos naturais, conta com uma vasta diversidade ambiental, onde predomina o bioma Mata Atlântica e, na zona costeira são encontrados ecossistemas como manguezais, rios navegáveis, baías, falésias, recifes de corais e praias.

Alguns dos municípios que integram essa zona possuem extensões de praias que fascinam os turistas tanto internacionais quanto nacionais e ainda razoável infraestrutura logística (BAHIA, 2015).

Embora, o segmento de turismo rural apresente escassa representatividade, em 2021, os Ministérios do Turismo (Mtur), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) classificaram o roteiro turístico “Terra Mãe do Brasil, seus caminhos, segredos e sabores”, de Porto Seguro, concomitantemente com oito roteiros turísticos situados prioritariamente entre os 158 municípios integrantes das 30 rotas prioritárias do Investe Turismo, sendo contempladas quatro macrorregiões do país. Essa ação visa incrementar o turismo em áreas rurais, promovendo a comercialização e promoção dos destinos, produtos e serviços, sendo fundamental para o desenvolvimento desse segmento para a zona. Neste Projeto do Governo Federal, esse roteiro rural é uno na zona do Nordeste (PORTOSEGUROTUR, 2021).

O roteiro “Terra Mãe do Brasil, seus caminhos, segredos e sabores” é uma das apostas do município de Porto Seguro para promover melhorias em relação a demanda turística durante o período de flexibilização das restrições. Em suma, este roteiro visa alavancar o turismo rural do município de Porto Seguro, promover a agricultura familiar, ampliar a visibilidade em relação aos roteiros que são pouco conhecidos, potencializar a difusão e comercialização de

produtos locais e gerar emprego e renda (OTEMPO, 2021). O mesmo foi idealizado pela Secretaria Municipal de Turismo de Porto Seguro e apresentado ao Prefeito Jânio Natal e o Vice-prefeito e Secretário de Turismo Paulinho Tôa Tôa (PORTOSEGUROTUR, 2021).

No Quadro 6, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Costa do Descobrimento que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades. Nessa zona foram encontrados os seguintes estabelecimentos rurais cadastrados na Bahiatursa, são eles: Fazenda Amendoeira, Fazendo Bom Sucesso e Trevo dos Búfalos.

Quadro 6- Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona TurísticaCosta do Descobrimento, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Santa Cruz de Cabrália	Fazenda Amendoeira	Hospedagem, alimentação, rio, mar, flora, animais silvestres e as trilhas, mergulho, passeios de lanchas, caiaques, passeios a cavalo, pônei, trilhas pela Mata Atlântica, contato com povos indígenas em passeio de *land rover*, pescaria oceânica e fluvial, piscina, *spa* a beira mar com espaço zen para meditação, massagem relaxante com óleos naturais e banho ofurô.
Porto Seguro	RPPN-Bom Sossego	Visitação, trilhas pelas plantações de açaí, cupuaçu, coco, apreciação da natureza, degustação e venda de frutas e produtos da fazenda, como açaí com granola, mousse de cupuaçu, sucos e geleias. Toda a visitação é acompanhada pelo anfitrião da fazenda. Possui casa para hóspedes e eventos.
Porto Seguro (Trancoso)	Trevo dos Búfalos	Contato com búfalos, além da possibilidade de acompanhar a ordenha das vacas e a produção e degustação de queijos.

Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004), UOL (2018).

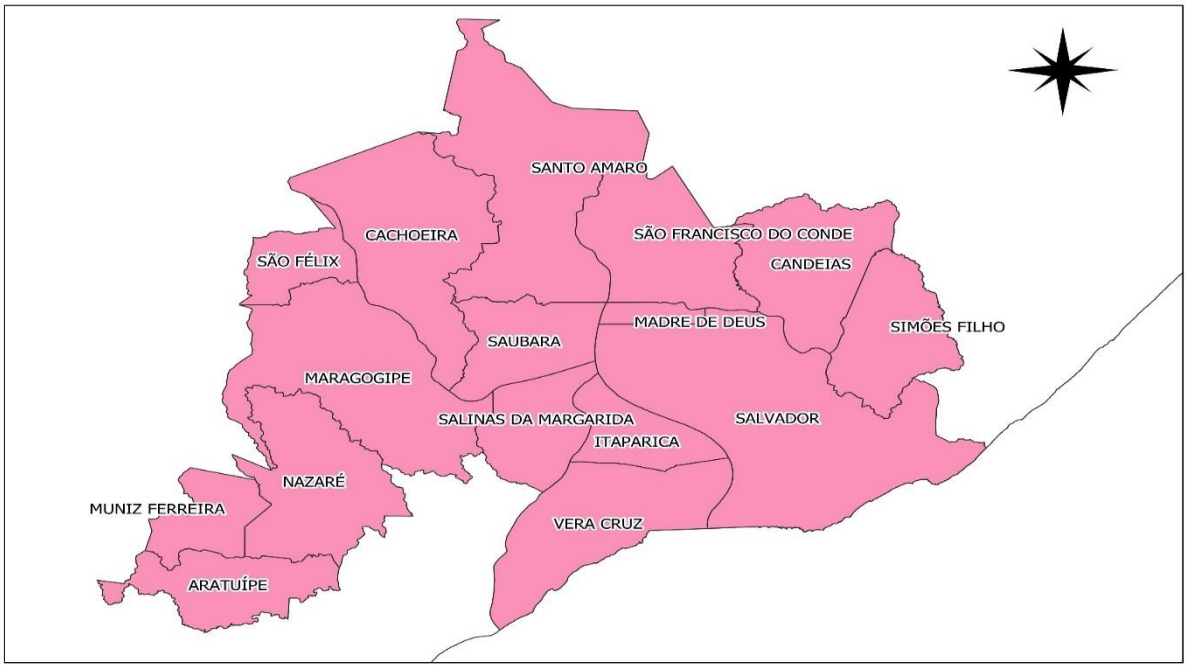
Na Costa do Descobrimento, que é composta por 4 municípios, foram identificados 3 estabelecimentos rurais, sendo esses encontrados em Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Trancoso (distrito de Porto Seguro).

5.3.3. Zona Turística Baía de Todos os Santos (BTS)

A Baía de Todos os Santos (BTS) configura-se como a maior concavidade da costa litorânea do Brasil com 300 km, sendo a segunda maior baía do mundo, estando situada no estado baiano. Essa zona turística abarca dezesseis dos vinte municípios que compõem o recôncavo baiano, são eles: Salvador, São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, Aratuípe, Candeias, Saubara, Salinas das Margaridas, Madre de Deus, Maragojipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Itaparica, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz (BRASIL, 2022). Dos municípios listados nessa zona turística, Salvador é o destino que possui maior fluxo, e Aratuípe e Muniz

Ferreira são aqueles que possuem menores demandas turísticas quando comparados aos outros municípios da mesma zona turística.

Figura 5: Baía de Todos os Santos



Fonte: Brasil (2019).

Provida de festejos populares e tradições culturais que são resultados da mistura dos povos indígenas, dos afro-brasileiros e europeus, essa zona turística possui como elementos atrativos um rico patrimônio material e imaterial, sincretismo religioso, folclore, musicalidade, gastronomia, diversidade de fauna e flora, inclusive com remanescentes de Mata Atlântica nativa. Essa zona possui uma história que confunde-se com a própria história do Brasil e uma multiplicidade de belezas naturais (BAHIA, 2011). Entre as principais segmentações turísticas estão o turismo de sol e praia, náutico/marítimo, cultural, eventos/negócios, gastronômico, esporte, étnico e rural (PDTIS, 2012).

No turismo rural, essa zona destaca-se por ser a zona em que esse segmento encontra-se mais desenvolvido, já que possui maior proximidade com a capital da Bahia, Salvador, sendo o maior centro urbano regional e portão de entrada do território baiano, facilitando o deslocamento dos visitantes (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002).

Dotada de municípios que serviram de cenários no início do século XVI para o período do ciclo da cana-de-açúcar, essa zona sempre esteve na condição de grande produtora, sendo essa atividade agrícola responsável pelo desenvolvimento do recôncavo baiano naquele

momento. Os engenhos de açúcar mantiveram-se em funcionamento até o surgimento da “crise açucareira” na segunda metade do século XVII levando os engenhos a finalizarem as atividades e, serem posteriormente repartidas e convertidas em áreas de matas ou campos de pastagens a partir das vendas das fazendas de cana-de-açúcar (SALLES, 2013).

Nesse aspecto, com o passar dos anos alguns desses antigos engenhos passaram a ser conhecidos pelo desenvolvimento de atividades turísticas rurais. Aliado a isso, os povoados promovem uma infinidade de experiências com a imersão do visitante na cultura rural local e vislumbrar as belezas impressas em suas terras que são banhadas pelas águas calmas da Baía de Todos os Santos.

O segmento nessa zona turística passou a ser visto como um meio de desenvolvimento regional gerando emprego e renda, permitindo a minimização dos impactos culturais e ambientais (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002).

Em 2008, o governo estadual priorizou o fomento do turismo rural nos municípios de Nazaré das Farinhas, Muritiba, Cachoeira, Santo Amaro, São Félix, Maragogipe e Jaguaripe, com o desígnio de promover o desenvolvimento sustentável rural buscando identificar o produto de origem e as necessidades estratégicas de posicionamento mercadológico, propiciar estratégias de divulgação dos serviços de hospedagem, capacitação na área de atendimento ao cliente e a construção de um portal na internet (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2002). No entanto, os municípios de Muritiba e Jaguaripe foram excluídos na reconfiguração territorial.

No Quadro 7, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Baía de Todos os Santos que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades.

Desse modo, as fazendas que desenvolvem o turismo rural e que estão cadastradas na Bahiatursa são: Casarão Solar Paraíso, Complexo Ecológico Pedra da Égua, Traripe Espaço Cultural e Ecológico, Fazenda Engenho D'Água, Fazenda Engenho Campina, Fazenda São Benedito, Fazenda Vale Verde, Hotel Fazenda Ecoville, Maison Tupi, Meu Café da Manhã, Pousada Solar da Pedra, Rota da Liberdade, Sítio de Lazer e Eventos Pousada Solar da Pedra, Villa Rial, Fazenda Guimarães, Fazenda Miragem e Fazenda Recanto.

Quadro 7 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Baía de Todos os Santos, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Santo Amaro	Casarão Solar Paraíso	Visitação.
Santo Amaro	Complexo Ecológico Pedra da Égua	Fontes, bicas, passeio ecológico e pesque e pague.

Santo Amaro	Traripe Espaço Cultural e Ecológico	Dia de campo, redário, comida feita em fogão de lenha
São Francisco do Conde	Fazenda Engenho D'Agua	Passeios às roças de cacau com aula de clonagem, pisa de cacau durante a colheita.
Santo Amaro-Cachoeira	Fazenda Engenho Campina	Sistema *day use*, piscina, passeios de charrete, trenzinho e trator. Em processo de implantação.
São Gonçalo do Campo	Fazenda São Benedito	Visitação.
Candeias	Fazenda Vale Verde	Visitação.
Mata de São João	Hotel Fazenda Ecoville	Passeios a cavalo, passeios de charrete, piscina, contato com animais silvestres, lago, hospedagem, sinuca, campo de futebol, brinquedos infantis, quadra de vôlei, gastronomia local.
Santo Amaro	Maison Tupi	Hospedagem, passeios dentro do sítio com trilhas na floresta e na beira do riacho, quadra de futebol, piscina, participação possível à vida campestre, tais como: colheita de frutas, criação de ovelhas, aves, coelhos e cavalos. A proximidade: - Passeios a cavalo, a pé ou de bicicleta nas florestas, nos rios e nas inúmeras cachoeiras. Descida do rio Paraguaçu, pesca, banho de rio e almoço na vila de pescadores.
Amélia Rodrigues	Meu Café da Manhã	Gastronomia típica feita no fogão a lenha da fazenda com uma variedade de queijos, sandubas, pratos quentes e sobremesas.
Santo Amaro	Pousada Solar da Pedra	Trilhas ecológicas, restaurante, espaço para eventos, campo de futebol, piscina, salas com equipamentos de escritório e para reuniões, passeio de charrete, parque infantil, cachoeira.
Cachoeira	Rota da Liberdade	----------
Santo Amaro	Sítio de Lazer e Eventos Pousada Solar da Pedra	Visitação.
Cachoeira	Fazenda Villa Rial	Paisagens naturais, cachoeira, bicas, área verde, vegetação tropical, piscinas naturais, e jardim. Arvorismo, passeios/aluguel de cavalos, montaria em boi, tirolesa, visita à horta, pedalinho, banho de bica, ciclismo, pesca esportiva, trilhas para caminhada, participação e vivências em atividades rurais como alimentação, banho e ordenha, contato com animais silvestres como patos, mini vaca, cavalo, pavão, vaca, mini boi, porquinho da índia, pônei, jegue albino, cágados, mini cabritos e boi.
Amélia Rodrigues	Fazenda Guimarães	Hospedagem, passeios educacionais, práticas agropecuárias, criação de cavalos mestiços, gados, cavalos, pôneis, ovinos, suínos e produção leiteira, animais silvestres, queda d'água, represa, flora e pomar com árvores frutíferas, verduras e legumes em suas variedades. Nas atividades que podem ser praticadas pelos visitantes estão passeio a cavalo, vôlei aquático, passeio de charrete, piscinas (uma piscina infantil, uma piscina de polo aquático e uma piscina semiolímpica), vôlei aquático, passeio de charrete, caminhada ecológica, sala de jogos, mundo infantil (parque infantil e casa de bonecas), campo de futebol, jogos, biblioteca, bicicleta, além da interação com coelhos, porcos, cavalos, pôneis, bois, pássaros, vacas, cabra, galinhas, entre outros.
Amélia Rodrigues	Fazenda Miragem	Dia de Campo, passeios de charrete, carroça, pedalinho, passeios ecológicos, banhos em fontes.
Jaguaripe	Fazenda Recanto	Dia de campo, cavalgada, lago para pesca.

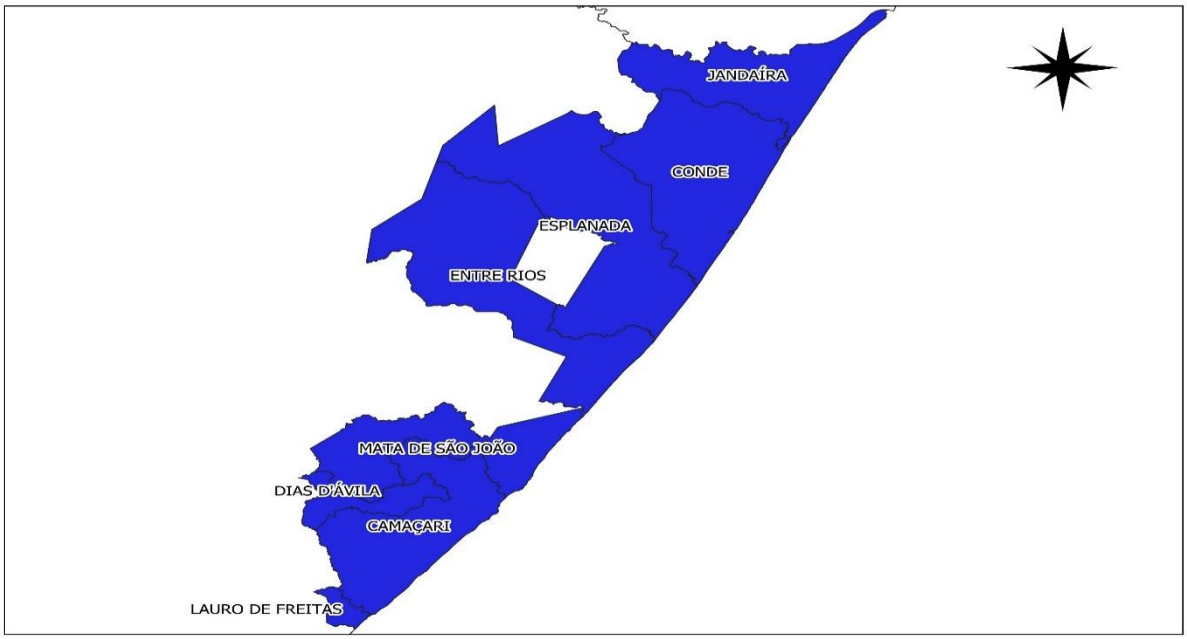
Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004), UOL (2018) e TripAdvisor (2021).

Na Baía de Todos os Santos que é composto por 16 municípios, o quantitativo de estabelecimentos totalizam 17, com uma concentração desses nos municípios de Cachoeira, Amélia Rodrigues e Santo Amaro. Embora, o município de Mata de São João esteja inserido na zona turística da Costa dos Coqueiros, na base de dados consultada, teve os estabelecimentos rurais atrelados a zona turística da Baía de Todos os Santos. Já os municípios de Amélia Rodrigues, Jaguaripe e São Gonçalo do Campo mesmo estando listados e inseridos entre os municípios que possuem a prática da atividade, não integram mais os municípios que estão incorporados na referente zona turística.

5.3.4. Zona Turística Costa dos Coqueiros

Composta por 8 municípios: Lauro de Freitas, Esplanada, Camaçari, Jandaíra, Conde, Entre Rios, Mata de São João e Dias D'ávila, localizando-se no Litoral Norte da Bahia, na divisa com o estado de Sergipe, a zona turística da Costa dos Coqueiros estende-se 180 km pela Linha Verde, permeando desde a Praia do Forte até o Mangue Seco. Nos 40 km iniciais desta costa, é possível visualizar um considerável desenvolvimento turístico desencadeado pelas ações do poder público na zona, pelos significativos investimentos realizados por empreendedores nacionais e estrangeiros, consolidando-se como um dos mais relevantes destinos turísticos brasileiros (JACOB, 2004).

Figura 6: Costa dos Coqueiros



Fonte: Brasil (2019).

A Costa dos Coqueiros conta com uma área total de 6.108 km com aproximadamente 200 km de litoral, sendo repleta de belezas naturais; praias margeadas por vastos coqueirais; ruínas de um antigo castelo colonial; paisagens deslumbrantes; alguns remanescentes de Mata Atlântica; rico ecossistema; religiosidade; riqueza cultural; valorização ambiental; facilidade de acesso; qualidade da infraestrutura; empreendimentos presentes na Costa do Sauípe e Praia do Forte; lagoas; e, presença dos rios Pojuca, Jacuípe e Joanes, sendo este último propício a prática de esportes náuticos (BAHIA, 2019; JACOB, 2004).

Os principais pontos turísticos que podem ser encontrados na zona são a Lagoa Timeantube, Projeto Tamar, Massarandupió, Castelo Garcia D'Ávila, Subaúma, Barra do Itariri, etc. Entre os segmentos turísticos podem ser citados estão turismo de aventura, cultural, histórico, ecoturismo, esporte, especificamente com prática do golfe, e turismo rural (BAHIA, 2019).

Embora, essa zona turística tenha alcançado rápido desenvolvimento e possua potencialidades para o implantação de outros segmentos como o turismo rural, principalmente pela facilidade de acesso já que encontra-se situado próxima à Salvador e, pelos recursos naturais acessíveis, esse segmento no decorrer dos anos não demonstrou inversões no que diz respeito a implementação de melhorias no setor, e os quantitativos de estabelecimentos rurais em funcionamento permaneceram os mesmos.

No Quadro 8, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Costa dos Coqueiros que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades.

Nessa conjuntura, estão cadastrados na Bahiatursa os seguintes estabelecimentos rurais: Fazenda Aldeia Adventure, Fazenda Rancho Paraíso, Fazenda Chamego, Hotel Fazenda Paraíso dos Coqueiros, Fazenda Trilho dos Coqueiros Estrada do Coco, Fazenda Sítio do Meio, Fazenda Ranho Kantagalo, Fazenda Rancho Paraíso e Fazenda Ursa Maior.

Quadro 8 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa dos Coqueiros, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Sauípe	Fazenda Aldeia Adventure	Circuito com dois arvorismos, tiroleza, escalada, trilhas em meio a rios e mata atlântica, canoas canadenses e caiaques duplos de corrida de aventura, passeio por trilhas e matas da zona, em animais mansos e prontos para qualquer pessoa.
Lauro de Freitas	Fazenda Rancho Paraíso	Dispõe de cascata, pedalinhos, cavalos, salão de jogos, bar e restaurante.

		Atividades Produtivas: Pesque e pague com infraestrutura turística. Além da pesca em água doce (carpa, traíra, curimatá, bagre, paqui, tambacu e tambaqui),
Araçás	Fazenda Chamego	Caiaque, pesque-pague, quadras de tênis, futebol e vôlei, piscinas, cavalos, charretes, trilhas ecológicas.
(BR-110 Km, 349)	Hotel Fazenda Paraíso dos Coqueiros	Apartamentos com ar condicionado, frigobar, varanda com rede, TV, pesque e pague com bar e restaurante, piscina para adultos e crianças, charretes e cavalos.
Abrantes-Camaçã	Fazenda Trilho dos Coqueiros Estrada do Coco	Passeio ecológico, cavalgada, pecuária, fruticultura, criação de peixes, suínos e caprinos
Mata de São João	Fazenda Sítio do Meio	25 leitos de hospedagem, piscina, quadra de esportes, sauna, trilhas ecológicas, espaço para congressos, *workshops* e eventos culturais.
Lauro de Freitas-Estrada com Coco	Fazenda Ranho Kantagalo	A pé ou a cavalo é possível percorrer um trecho de mata nativa no entorno da barragem de Ipitanga. O banho de cascata e o *trekking* completam as atividades ao ar livre. Oferece passeios de charrete, pônei e carro elétrico, parque infantil, piscina com cascata e salão de eventos com serviço de *buffet.*
Abrantes	Fazenda Rancho Paraiso	Dispõe de cascata, pedalinhos, cavalos, salão de jogos, bar e restaurante.
(a 110 km de Salvador e a 14 km da Linha Verde)	Fazenda Ursa Maior	Charrete, pesca.

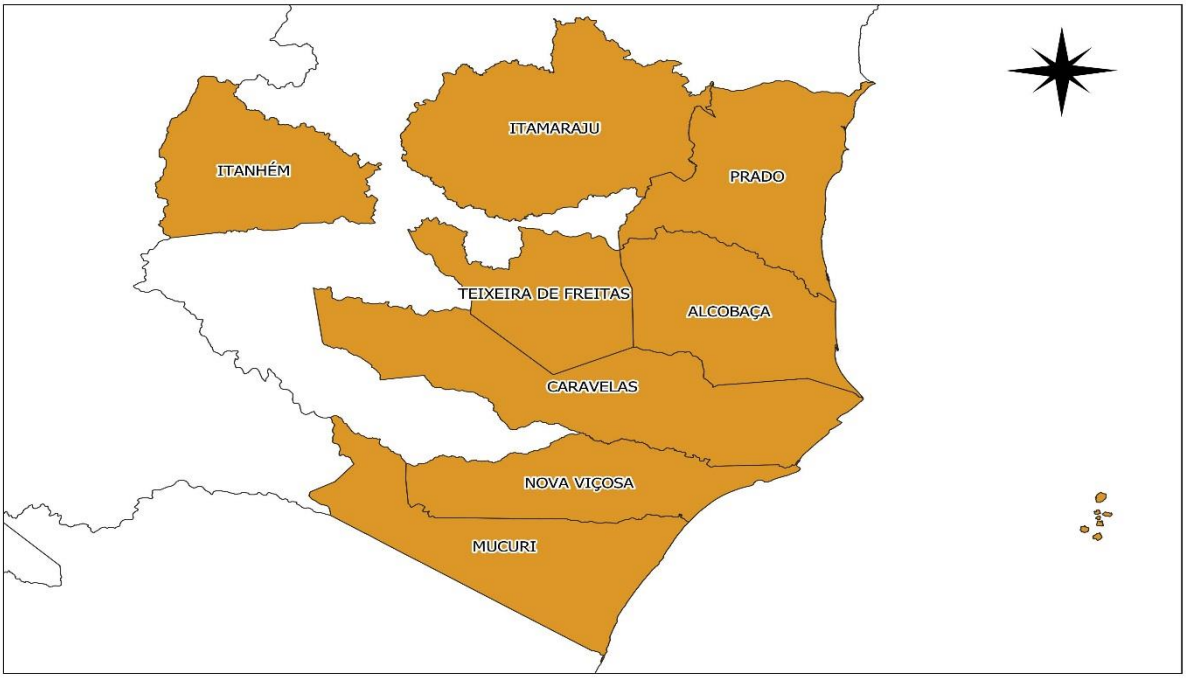
Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004), UOL (2018) e Tripadvisor (2021).

Nessa zona, não há municípios em que os estabelecimentos se concentrem, sendo os mesmos encontrados pelos vários municípios da zona. Nessa zona turística, os municípios de Abrantes e Araçás, apesar de possuírem estabelecimentos rurais atrelados a atividade turística, atualmente não fazem parte dos municípios que compõem a mesma.

5.3.5. Zona Turística Costa das Baleias

A zona turística Costa das Baleias está localizada no extremo Sul da Bahia e é formado pelos municípios de Abrolhos/ Caravelas, Prado, Alcobaça, Mucuri, Teixeira de Freitas, Nova Viçosa, Itanhém e Itamaraju. Essa zona turística já fez parte da capitania de Porto Seguro e possui essa titulação devido à visitação de baleias em seu território, durante um determinado período do ano.

Figura 7: Costa das Baleias



Fonte: Brasil (2019).

Os municípios abarcados por essa costa possuem pequeno porte econômico, apresentando uma estruturação produtiva diversificada possuindo como principais atividades econômicas: a agropecuária; a indústria, com a atuação da empresa de papel e celulose Bahia Sul; e, o turismo (PDITS, 2015).

Nos dias atuais, a atividade turística desempenha papel crucial na zona e pode ser desenvolvida por meio da utilização dos recursos disponíveis nessa costa, de modo que essa consiga potencializar a economia da zona gerando emprego e renda favorecendo os demais mercados consumidores dos produtos dessa zona.

Essa zona turística possui como atrativos culturais: a arquitetura com traços coloniais das igrejas e casarios, nos atrativos turísticos naturais: o Parque Marinho dos Abrolhos, um dos mais importantes santuários naturais de corais do Atlântico Sul, sendo berçário das baleias Jubarte que deslocam-se e permanecem entre o meses de julho a novembro; quilômetros de belas praias; falésias; rios; trilhas; e, ainda ao visitá-la é possível ter acesso a uma palestra ambiental ministrada pela equipe do IBAMA e ICMBIO (GUIA TURISMO BRASIL, 2021).

> O fenômeno anual de migração das baleias jubarte para o litoral do extremo sul do Estado constitui o principal atrativo turístico da Costa das Baleias. A esse belo espetáculo, aliam-se a extensa e diversa geografia submarina da zona, que compreende o Parque Nacional Marinho de Abrolhos e outras Unidades de Conservação terrestres, e tradições folclóricas de influência portuguesa, tudo isso formando uma oferta rara e de grande potencialidade para o aproveitamento turístico (BAHIA, 2005, p. 75).

Quanto aos segmentos turísticos presentes nessa zona podem ser destacados o turismo de sol e praia, turismo de observação de baleias, ecoturismo, náutico/ marítimo, cultural, aventura, histórico, rural, entre outros.

No turismo rural, as práticas são voltadas para a observação do acasalamento das baleias que vêm da Antártica, adotando uma vertente mais ecológica (SOUZA; GIUDICE, [s.d.]). Embora, essa prática seja muito apreciada nesse segmento, essa zona possui limitada oferta de estabelecimentos rurais.

No Quadro 9, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Costa das Baleias que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades. Entre eles estão: Casa Encantada, Fazenda Coqueiral da Guaratiba, Rota do Sisal e Fazenda Piero Binda.

Quadro 9 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa das Baleias, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Trancoso	Casa Encantada	Hospedagem, contato com a flora e fauna.
Prado- Alcobaça	Fazenda Coqueiral da Guaratiba	Sistema *day use*; pesque-pague. coqueirais e bovinocultura de corte.
Prado	Fazenda Praia de Guratiba	Hospedagem com 20 apartamentos, 3 casas, 100 leitos, rio para pesca, lagos, horto florestal, passeio de barco pelo rio Jucuruçu, visitas a recifes, corais, tartarugas, cardumes de peixes exóticos e acasalamento de baleias. Atividades Produtivas: produção de aguardente, farinheira, bovinocultura de leite e plantação de hortaliças.
Prado	Rota do Sisal	----------
Prado- Alcobaça	Fazenda Piero Binda	Sistema *day use*, churrascaria, suinocultura, aviário, aras, bovinocultura de corte e farinheira

Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004), UOL (2018) e TripAdvisor (2021).

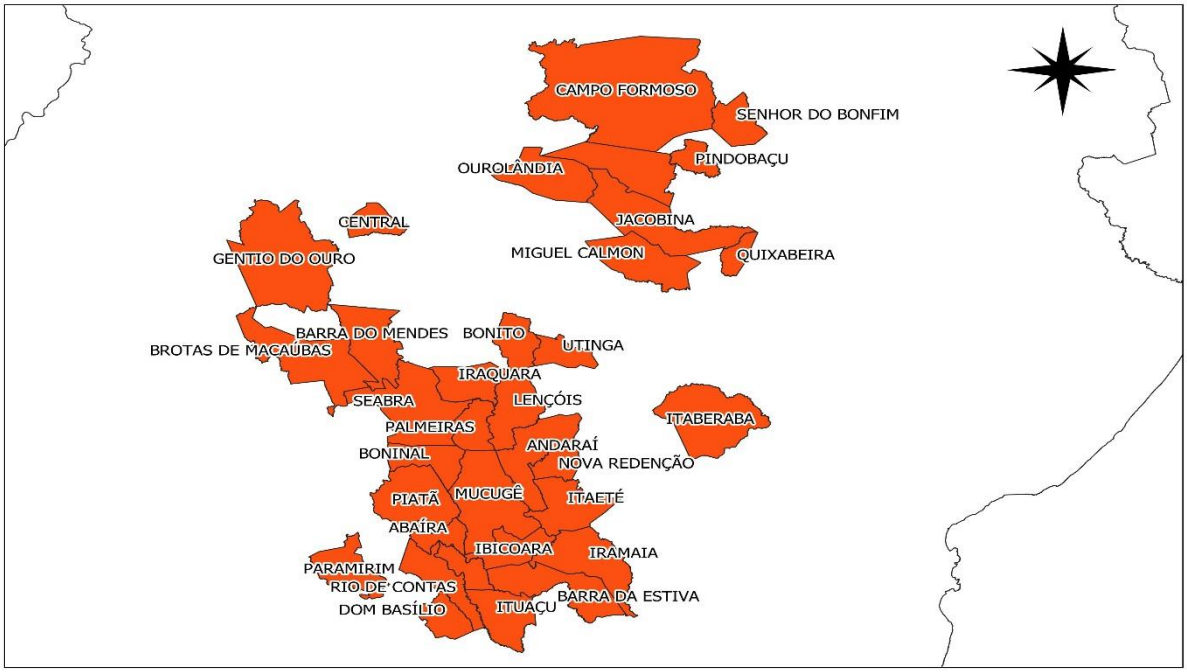
A Costa das Baleias é abarcada por 8 municípios, e nessa zona os estabelecimentos identificados contabilizaram 5, estando estes localizados em sua maioria no município de Prado. Embora o distrito de Trancoso pertença ao município de Porto Seguro, que fica localizado na Costa do Descobrimento, o mesmo foi integrado na relação de estabelecimentos rurais dessa costa.

5.3.6. Zona Turística Chapada Diamantina

Permeando a zona central do estado da Bahia, a zona turística da Chapada Diamantina estabelece ligações com a Serra do Espinhaço em Minas Gerais e situa-se no sentido norte-sul,

sendo compreendida por quatro circuitos: Chapada Velha, Chapada Norte, Chapada do Ouro e Chapada do Diamante. Atualmente, os municípios que compõem essa zona turística são: Abaíra, Andaraí, Barra do Estiva, Barra do Mendes, Boninal, Bonito, Brotas de Macaúba, Campo Formoso, Central, Dom Basílio, Gentio do Ouro, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaberaba, Itaeté, Ituaçu, Jacobina, Jussiape, Lençóis, Miguel Calmon, Mirangaba, Mucugê, Nova Redenção, Ourolândia, Palmeiras, Paramirim, Piatã, Pindobaçu, Quixabeira, Rio de Contas, Seabra, Senhor do Bonfim e Utinga (BRASIL, 2022). Entre os principais municípios que integram a atividade turística estão: Lençóis, Palmeiras, Andaraí (com a Vila de Igatú), Mucugê e Ibicoara.

Figura 8: Chapada Diamantina



Fonte: Brasil (2019).

O contexto histórico dessa zona, refere-se a períodos e acontecimentos relevantes da história do país como a Coluna Prestes no início do século XX e exploração do garimpo que incidiram nos séculos XVII, XVIII e XIX. Todavia, já no século XXI adotou como atividades econômicas a pecuária, a agricultura e o turismo. Nessa conjuntura para o desenvolvimento da atividade do turismo, a zona conta com uma infinidade de recursos, tais como: belas paisagens, cavernas, cachoeiras, rios, grutas, poços, formações rochosas, vegetação, as trilhas do ouro, patrimônios histórico-culturais materiais e imateriais, entre outros (PDTIS, 2015).

Nessa zona turística, as atividades econômicas estiveram e/ou estão relacionadas com a exploração cíclica do carbonato, cristal de rocha, pecuária extensiva, vegetações, e a cultura

cafeeira. Nos dias atuais, a pecuária extensiva é a que mais é desenvolvida na costa, concomitantemente com a agricultura, produção de cachaça artesanal (desenvolvida em pequenos engenhos da agricultura familiar), o turismo ecológico e turismo rural.

Na costa em questão, as práticas sustentáveis do turismo são elementos fundamentais e direcionadores para empresários e ações governamentais que visam promover o desenvolvimento econômico e que adotaram o turismo atrelado a aventura, natureza, história, além do turismo rural como sendo a alternativa mais viável para possibilitar melhorias da qualidade de vida da população e geração de emprego e renda (IDESTUR, [s.d.]).

Entretanto, tanto o desenvolvimento do turismo ecológico quanto rural desencadeou impactos negativos na região, como a elevada alta nos preços devido ao aumento da demanda por produtos comercializados na zona. Esse cenário de alta, acarretou em um menor consumo de produtos hortifrutigranjeiros cultivados extra regionalmente e cereais, sendo acessível apenas o consumo de carne pela população dos maiores centros urbanos dos municípios de Lençóis, Palmeiras e Andaraí (NEU; SEABRA, 2004).

Em 2000, o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) participou do projeto “Chapada Diamantina: elaboração do plano de desenvolvimento participativo e sustentável para o entorno do parque nacional”, do Fundo Nacional do Meio Ambiente que visava direcionar propostas para a promoção de um zoneamento ambiental, social e econômico elencando alternativas sustentáveis para as comunidades de baixa renda, dos municípios de Lençóis, Palmeiras, Ibicoara, Itaetê, Andaraí e Mucugê, no entorno do Parque, tendo como linha de ação em sua segunda fase, a agricultura sustentável, ecoturismo e turismo rural. Esse plano foi estruturado com a finalidade de dinamizar a economia dos outros municípios, minimizar os impactos acerca dos recursos do parque e também sobre a vida da população que em épocas de grande fluxo de turistas modifica completamente a sua forma de vida para toda a linha de ação em ecoturismo e turismo rural (GAMBÁ, 2021).

No segmento rural, as belezas encontradas na Chapada Diamantina e a tranquilidade das áreas rurais consistem em uma combinação que tem atraído cada vez mais visitantes para a zona.

No Quadro 10, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Chapada Diamantina que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades. Em relação aos estabelecimentos rurais são encontradas nessa zona turística: Fazenda Bonsucesso, Fazenda Bandeirantes Cacho de Fora, Fazenda Lagoa das Cores, Fazenda Bonita, Guaxo Hotel Fazenda, Fazenda Patureba, Fazenda Terra Nova, Canteiro de Isis, Fazenda Tomboco, Fazenda Flor de café, Fazenda Cachoeira e Fazenda Moendas.

Quadro 10 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Chapada Diamantina, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Jacobina	Fazenda Bonsucesso	Rios, açudes, hospedagem, passeio de charrete, cavalo e carro de boi.
Jacobina	Fazenda Bandeirantes Cacho de Fora	Passeio a cavalo e de burro. Recursos Naturais: trilha ecológica, 13 cachoeiras, 3 rios, 2 lagos, 1 açude, 30 nascentes.
Palmeiras	Fazenda Lagoa das Cores	Piscina, quadra esportiva, passeios a cavalo e de bicicleta, cachoeiras, rios, açudes para pesca.
Lençóis	Fazenda Bonita	Passeios a cavalo e charrete, pesque-pague.
Lençóis	Guaxo Hotel Fazenda	Cachoeiras, lagos e rios, passeio a cavalo, trilhas ecológicas.
Piatã	Fazenda Patureba	Cachoeira, rios, trilhas ecológicas Atividades Produtivas: criação de equinos, suínos e ovinos; cultivo de café, manga, abacaxi.
Piatã	Fazenda Terra Nova	Hospedagem, bosques, banho de rio, trilhas dentro da fazenda e fora com guia contratado, visita à plantação de café.
Piatã	Canteiro de Isis	Visita a produção artesanal de café.
Piatã	Fazenda Tomboco	Visitação.
Piatã	Fazenda Flor de café	Participar da colheita do café e de todo o processo do grão à xícara.
Piatã	Fazenda Cachoeira	Visitação.
Ituaçú	Fazenda Moendas	Passeio a cavalo, charrete, pomar, horta, escaladas, rapel, *bike*, tirolesa e *trekking*.

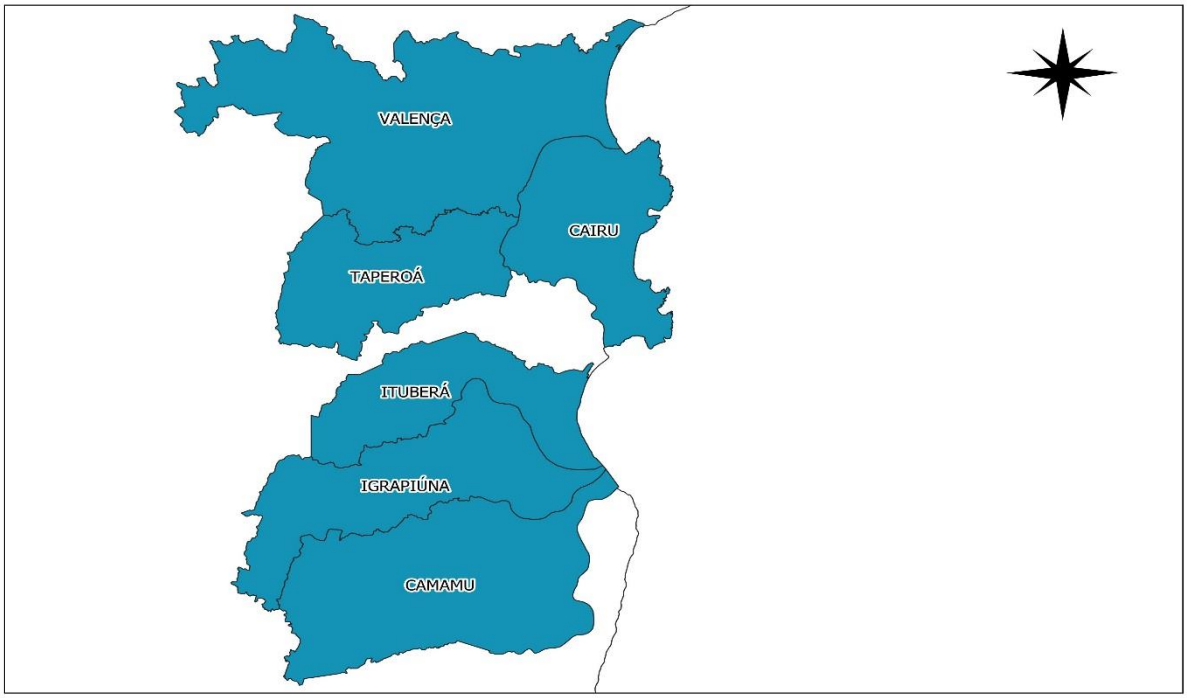
Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004) e UOL (2018).

Quanto a essa costa formada por 4 circuitos e 34 municípios, identificou-se 12 estabelecimentos concentrados majoritariamente no município de Piatã.

5.3.7. Zona Turística Costa do Dendê

Consistindo em uma das zonas turísticas estabelecidas em 1991, a Costa do Dendêdenominada desse modo devido a grande produção de azeite de dendê é contemplada pelos municípios de Igrapiúna, Cairu, Valença, Ituberá, Taperoá e Camamu. Essa costa possui uma área de aproximadamente 5.815,62 Km², cerca de 115 km de litoral, permeando desde norte a sul, principiando de Valença e estendendo-se por Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha e Ituberá, consecutivamente. A presente costa localiza-se entre a Costa do Cacau ao sul e a Baía de Todos os Santos, situada no limite norte (PDITS, 2015).

Figura 9: Costa do Dendê



Fonte: Brasil (2019).

A aludida zona caracteriza-se pela grande diversidade ecológica, contando com belezas naturais, praias ainda inexploradas, uma multiplicidade de recifes de coral e extensos coqueirais, costões rochosos, dificuldades de acesso, estuários, praias, nascentes, vegetação de dendê, lagoas, manguezais, ilhas, cachoeiras, restingas, uma culinária diversificada, rica flora e fauna dividindo esse extraordinário cenário com um rico acervo histórico e cultural, entre outros. Ao longo da zona, existem diversos pontos para navegação, pesca, vela e mergulho (BAHIA, 2019).

De acordo com o PDITS (2015), além do comércio e da indústria, a atividade do turismo configura-se como uma das mais importantes da dinâmica econômica do setor terciário da zona, tendo como os destinos que mais atraem visitantes nessa costa Barra Grande, Valença, Boipeba e Morro de São Paulo. Nos segmentos turísticos, o turismo de sol e praia consiste como principal segmento, além de também desenvolver o turismo náutico/marítimo, cultural, ecoturismo, aventura e turismo rural.

No turismo rural, essa zona não possui uma participação efetivamente notável nesse segmento. A base produtiva das suas propriedades é amparada no cultivo do cacau, atrelado a fruticultura com produção de polpa de fruta (SOUZA; GIUDICE, [s.d.]).

No Quadro 11, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Costa do Dendê que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas

atividades. Alguns dos estabelecimentos que estão cadastrados na Bahiatursa são: Catassol Tropicais, Paraíso das Águas e Restaurante Pedro Sorriso.

Quadro 11- Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Costa do Dendê, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Ituberá	Catassol Tropicais	Visitação.
Ituberá	Paraíso das Águas	Hospedagem, cachoeira particular, trilhas ecológicas, piscina natural, jardim.
Nilo Peçanha	Restaurante Pedro Sorriso	Gastronomia típica, contato com a cultura.

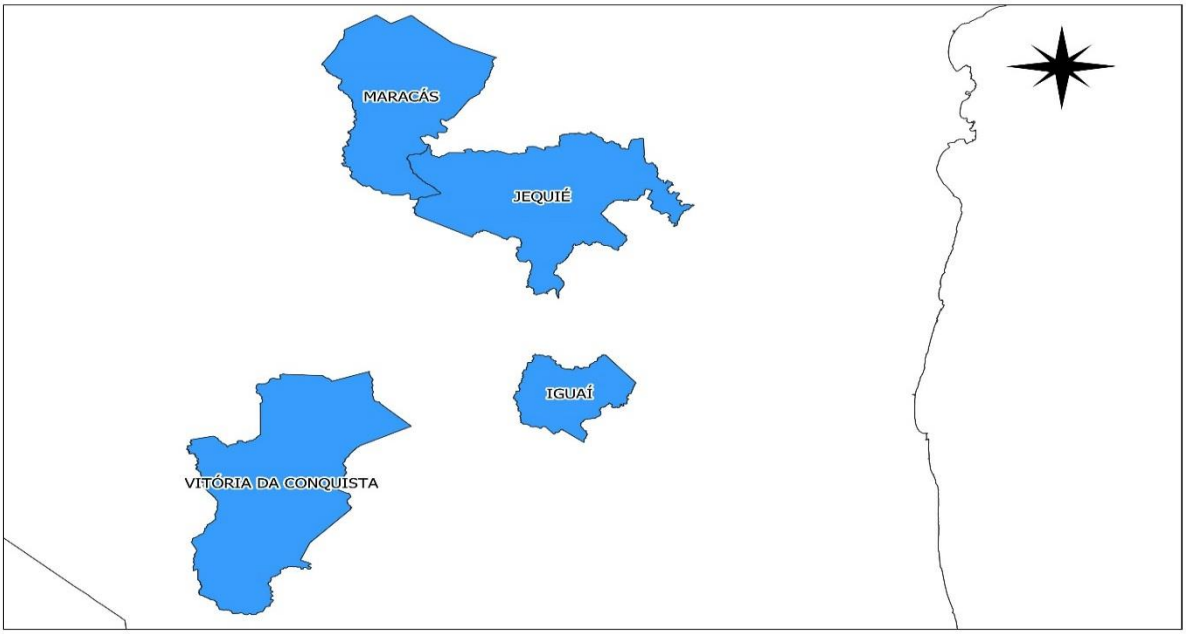
Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004) e UOL (2018).

Nessa costa formada por 6 municípios, foram identificados o quantitativo de 3 estabelecimentos, no entanto, um dos municípios, Nilo Peçanha, foi excluído dessa zona durante a nova reconfiguração territorial realizada pelo Programa de Regionalização do Turismo.

5.3.8. Zona Turística Caminhos do Sudoeste

A zona turística Caminhos do Sudoeste está localizada em uma faixa do semiárido, sendo composta pelos municípios de Maracás, Jequié, Vitória da Conquista e Iguaí, com relevante destaque para os dois últimos municípios. Nas atividades econômicas desenvolvidas na zona estão a agropecuária, a agroindústria e a mineração. Essa zona possui características peculiares no que abarca os aspectos econômicos, culturais, naturais e históricos, contando com belezas naturais, vales, cafezais, serras, cachoeiras, rios trilhas, grutas, monumentos históricos, museus e centro de cultura, entre outros (BAHIA, 2019). Possuindo tanto atrativos culturais quanto naturais, demonstrando as riquezas que podem ser encontradas na referida zona.

Figura 10: Caminhos do Sudoeste



Fonte: Brasil (2019).

Quanto ao clima local, possui clima tropical modificado devido a altitude do lugar em que as temperaturas apresentam-se como mais agradáveis. Além das atividades supracitadas, o turismo também possui destaque nessa zona em que destacam-se os segmentos: o turismo de negócios, ecológico, aventura e turismo rural (BAHIA, 2019). Para tanto, um dos principais atrativos dessa zona é o município de Iguaí, possuindo em sua totalidade 180 cachoeiras, 27 rios e mais de 2.000 nascentes. O turismo rural na zona conta com o forte apelo cultural e das riquezas naturais que são encontradas no cenário da zona.

No Quadro 12, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Costa do Dendê que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades. Nas fazendas que estão situadas nesta zona e que desenvolvem atividades turísticas rurais podem ser citadas: Fazenda Princesa Ester e Balneário e Parque Floresta.

Quadro 12 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Caminhos do Sudoeste, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Iguaí	Fazenda Princesa Ester	A fazenda oferece uma casa sede, casa administrador, casa vaqueiro, barcaça, secador de cacau, curral, energia elétrica, água potável e antena parabólica.
Nova Canaã	Balneário e Parque Floresta	Passeio de charrete, cavalo, dia de campo.

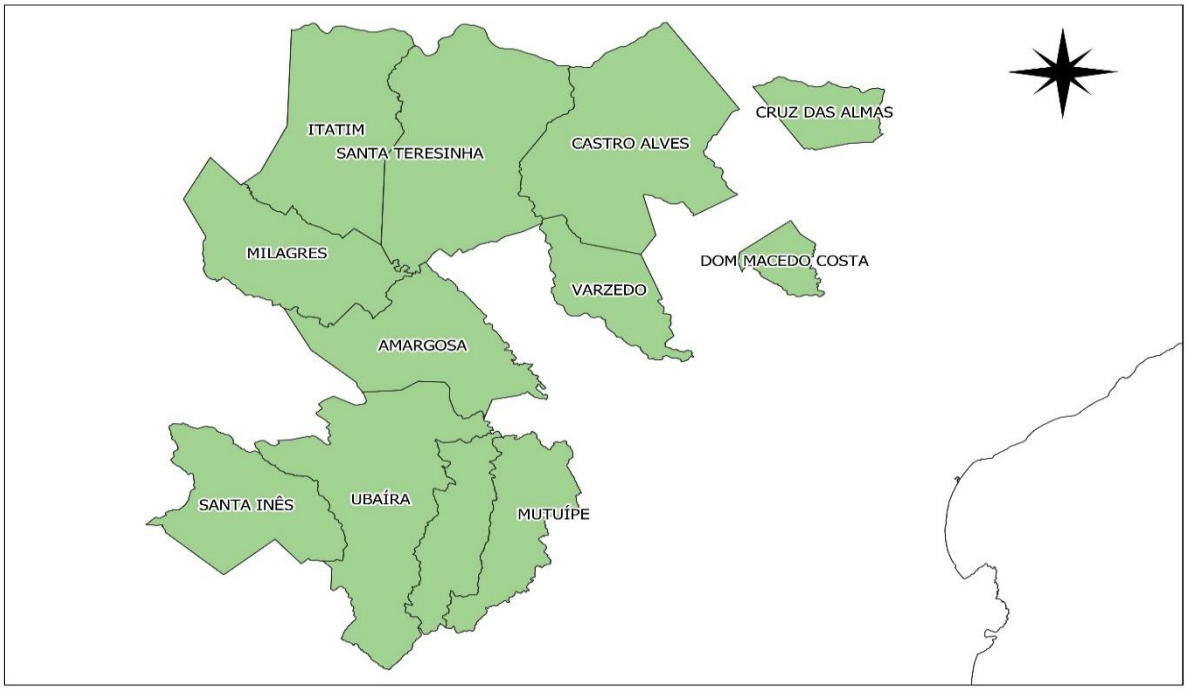
Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004) e UOL (2018).

Essa zona turística é formada por quatro municípios e foram identificadas apenas 2 estabelecimentos rurais. Ressalta-se que, o município de Nova Canaã atualmente não faz mais parte da referida costa.

5.3.9. Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá

Situada a aproximadamente 150 Km a oeste de Salvador, a Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá abarca os municípios de: Amargosa, Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Jiquiriçá, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, Santa Teresina, Ubaíra e Varzedo.

Figura 11: Caminhos do Jiquiriçá



Fonte: Brasil (2019).

No que abarca as atividades econômicas da zona é baseada na agricultura, lavouras de cacau e no turismo. Nos municípios desta zona, o turismo apresenta alta potencialidade de desenvolvimento, principalmente nos segmentos do turismo de eventos, ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural. Nessa costa podem ser encontradas uma infinidade de atrações ecológicas, tais como: cachoeiras, morros, flora e fauna, despertando o interesse de visitantes na busca do contato com a natureza, praticar esportes radicais, aventuras, canoagem e pesca, trilhas com rotas de cachoeiras, visita a quedas d'água, participação em festejos locais, patrimônio histórico, cultural e artesanato, pois a zona é rica em tradições e costumes únicos (BAHIA, 2019). Ainda pode-se destacar a Bacia do Rio Jiquiriçá e a área de Proteção

Ambiental Caminhos Ecológicos da Boa Esperança localizadas na Cravolândia e Ubaíra, respectivamente. Nos aspectos culturais, pode-se elencar: A Casa de Cultura Mutuípe, implantada em 2007 e administrada pela Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBA), possuindo um acervo de cerca de 5.000 fotografias que ilustram os municípios de Mutuípe e municípios circunvizinhos desde 1902 e também três Pontos de Cultura que estão em atividade:", "Poesia da Boca pra Fora", "Capoeira na Cidade e nas Comunidades" e "Mulher Rendeira", financiados pelo Programa Cultura Viva (BAHIA, 2021).

O turismo rural nessa costa, é visto como uma alternativa de expansão, pois os recursos naturais que estão presentes tornam-se um atrativo para os visitantes que buscam contato com a natureza e aproveitar momentos de relaxamento. Para tanto, essa expansão é acompanhada pelo crescente número de estabelecimentos rurais que desenvolvem o turismo rural.

No Quadro 13, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades. Nesse sentido, os estabelecimentos rurais que estão cadastrados na Bahiatursa e inseridos nessa zona turística são: Hotel Vale do Jiquiriçá, Café Club Hotel Fazenda, Colibri, Fazenda Amoras, Fazenda Santa Fé, Fazenda Sanvestruz, Fazenda Vargem Grande, Hotel Fazenda Alto Alegre, Milton Souza, Orquibelle, Pousada Ecológica Projeto Semente, Pousada Pedra do Cavalo e Fazenda São Geraldo.

Quadro 13 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Jiquiriçá	Hotel Vale do Jiquiriçá	Hospedagem, alimentação, cavalgada e charrete.
Brejões	Café Club Hotel Fazenda	Hospedagem, flora, piscina, cercado pela vegetação nativa, córregos, quedas d´água, lago para pesca, trilhas.
km 02 - Estrada Amargosa-Mutuípe	Colibri	Passeios a cavalo e em charrete; pesca; passeios a cavalo e em charrete; hospedagem; apreciação das atividades produtivas da fazenda; produção de leite, queijo parmesão, manteiga; além de criatórios de frangos e suínos; pequena fábrica de cachaça de cana e um pomar com diversas frutas.
Conceição do Almeida	Fazenda Amoras	Lagos, bosques, fauna e flora, tirolesa, trilhas de caminhada, passeio de pônei, passeio de charrete, pedalinhos, passeio a cavalo, balanço, pesque e pague e lago com cascata, área infantil, contatos com animais silvestres.
Conceição do Almeida	Fazenda Santa Fé	Visitação.
Santo Antônio de Jesus	Fazenda Sanvestruz	Visitação.
Varzedo	Fazenda Vargem Grande	Visitação.
Dom Macedo Costa	Hotel Fazenda Alto Alegre	*Day use*, piscina, espaço *Kids*, mini fazenda, salão de jogos, passeios a cavalo, passeios de charrete, passeio de mini-bug, quadrículo, estrutura para a realização de eventos, casamentos e festas de confraternização, hospedagem e gastronomia regional.

Dom Macedo Costa	Milton Souza	O espaço da fazenda possui uma área de 10.000m² com piscina de adulto e infantil, campo de futebol, mini zoo. parque infantil, salão de eventos com palco e outros. Toda a área está disponível para a realização de eventos e retiros; além de disponibilizar chalés para hospedagem; contato com animais como jabuti, araras, micos, cavalos, bois e vacas.
Conceição do Almeida	Orquibelle	Piscina, passeio a cavalo, ensaios fotográficos, contato com a natureza, eventos.
Ubaíra	Pousada Ecológica Projeto Semente	Trilhas ecológicas, hospedagem, gastronomia local, contato com animais silvestres, rios.
Governador Mangabeira	Pousada Pedra do Cavalo	Hospedagem, contato com a natureza, refúgio, tranquilidade e bem estar.
Conceição do Almeida	Fazenda São Geraldo	Dia de campo, hospedagem, restaurante, piscina, experiências rurais como: pôr do sol na área country; passeio a cavalo; pônei ou charrete, piquenique, passeio na alameda das borboletas, acesso a animais como: galinhas, vacas e bezerros.

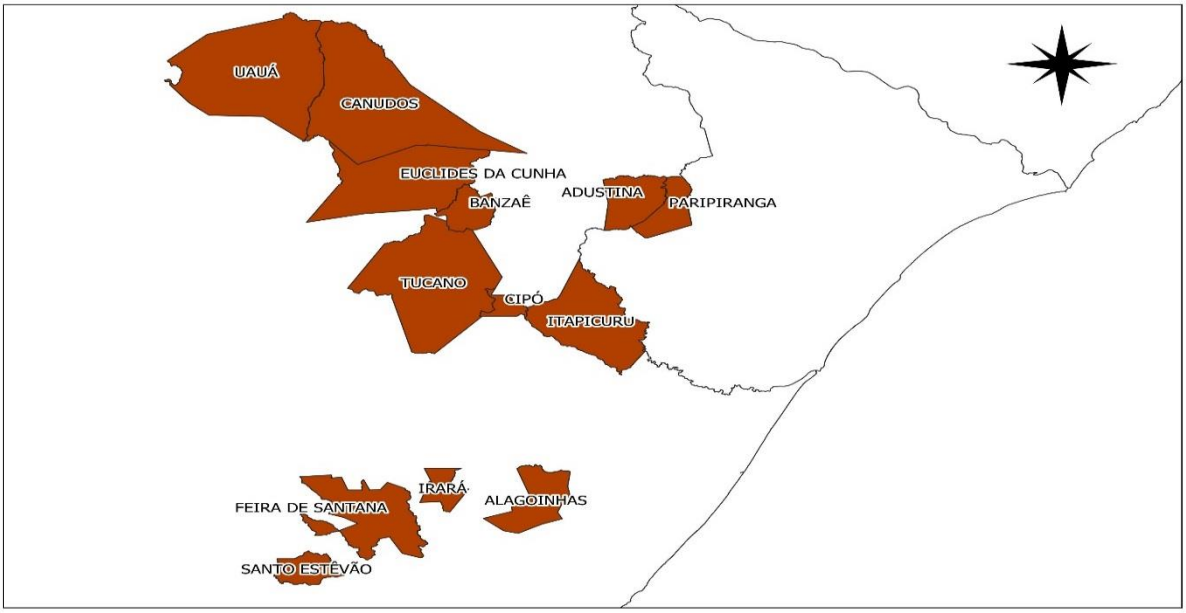
Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004), Hotel Fazenda São Geraldo (2021) e UOL (2018).

Nessa zona que é abarcada por 12 municípios, foram identificados 13 estabelecimentos rurais. Esses estabelecimentos estão concentrados em Conceição do Almeida, em que 4 deles encontram-se alocados nesse município. Nos dias atuais, de acordo com a nova reconfiguração do Mapa do turismo, Conceição do Almeida não integra mais a referida costa.

5.3.10. Zona Turística Caminhos do Sertão

Caminhos do Sertão consiste em uma das zonas turísticas da Bahia que compreende os municípios de Uauá, Irará, Adustina, Santo Estêvão, Paripiranga, Alagoinhas, Banzaê, Cipó, Canudos, Euclides da Cunha, Itapicuru, Tucano e Feira de Santana. Entre os municípios citados, Feira de Santana, configura-se como a porta de entrada dessa zona até o município de Canudos, sendo denominada como “Princesa do Sertão” (BRASIL, 2022).

Figura 12: Caminhos do Sertão



Fonte: Brasil (2019).

Essa zona foi cenário da “Guerra dos Canudos”, conflito que ocorreu no município de Canudos e foi liderado por Antônio Conselheiro entre os anos de 1896 à 1897. Desse momento histórico, foi criado o Parque Histórico de Canudos, atrativo turístico histórico-cultural da zona. Além desse atrativo, duas estâncias hidrominerais localizadas em Cipó e Tucano podem ser encontradas. Nos demais atrativos, estão presentes uma diversidade gastronômica, trilhas, devoções, Parque do Saber, patrimônios histórico-culturais (ABIHBAHIA, 2014). Nas características desta zona, estão a predominância da caatinga, muito sol e pouca chuva e chão de barro rachado (BAHIA, 2019). Nas atividades econômicas desenvolvidas nessa zona estão presentes o agronegócio e o turismo nos segmentos: ecoturismo, turismo de negócios, turismo religioso, turismo histórico e o turismo de saúde (BAHIA, 2019).

De modo a oportunizar e alavancar o turismo, foi apresentado em 2021, o projeto de pavimentação e revitalização da estrada rural no bairro Jangai, no município de Jaguariaíva em que foram iniciados o projeto “Caminhos do Sertão”, um dos projetos turísticos da zona. Esse projeto busca promover a comercialização de produtos e artesanatos dos moradores daquela localidade, traçando uma rota turística que beneficie outras comunidades, fortalecendo o turismo rural em Jaguariaíva, buscando parceria com o governo do estado, para alavancar o município no cenário estadual (JAGUARIAIVA, 2021). Recentemente, esse município foi excluído dessa zona turística.

A Costa Caminhos do Sertão conta em sua infraestrutura básica com água potável, saneamento, transporte rodoviário, telecomunicações e energia (BAHIA, 2019).

No Quadro 14, foram elencados os estabelecimentos rurais da Zona Turística Caminhos do Sertão que possuem atividades relacionadas ao turismo rural, municípios e descrição de suas atividades. Nessa zona foram encontrados 11 estabelecimentos, são eles: Fazenda Candeal, Águas Claras Place Campo Club, Assentamento Buri, Fazenda Natureza, Fazenda São Bernardo, Fazenda Serra Branca, Hotel Fazenda do Coronel, Hotel Fazenda Resort Clube Equestre, Museu Gonzagão, Restaurante da Roça e Granja São Luiz.

Quadro 14 - Estabelecimentos Rurais Cadastrados na Bahiatursa e organizados na Zona Turística Caminhos do Sertão, Município, Iniciativa e Descrição.

Município	Iniciativa	Descrição
Conceição do Jacuípe	Fazenda Candeal	Participação nas colheitas, visita a minhocário, passeio a cavalo, rotinas de alimentação do gado e ordenha, prática e contemplação de esportes, contemplação das paisagens, caminhada por trilha com banho de bicas, passeio de charrete, alimentação de animais silvestres como coelhos, galinhas, vaca e patos.
São Gonçalo	Águas Claras Place Campo Club	Hospedagem, Tobogã, várias piscinas, rio, salão de jogos, espaço infantil, gastronomia regional, *day use*.
Una	Assentamento Buri	Loja com produtos do campo, hospedagem, visitação turística com foco em condução em áreas naturais.
Jeremoabo	Fazenda Natureza	Visitação.
São Gonçalo dos Campos	Fazenda São Bernardo	Hospedagem, rio, passeios a cavalo, contato com animais silvestre como vacas, bois cavalos, patos, bem como alimentação e ordenha da vaca, entre outros.
Jeremoabo	Fazenda Serra Branca	Observação de pássaros como arara azul e urubu rei, flora, contato com animais silvestres.
Coração de Maria	Hotel Fazenda do Coronel	Visitação.
São Gonçalo dos Campos	Hotel Fazenda Resort Clube Equestre	Auditórios para eventos e convenções, cavalos e charretes para passeios, hospedagem, campo de futebol, quadra poliesportiva, auditórios, apartamentos, piscinas, salas de jogos, restaurantes, baias.
Serrinha	Museu Gonzagão	Exposição da vida de Luiz Gonzaga.
Santa Bárbara	Restaurante da Roça	Gastronomia local, pesca esportiva, passeio a cavalo, esportes e recreação, eventos em geral, contato com animais silvestres como cavalos, bois, porcos, entre outros.
Conceição do Jacuípe	Granja São Luiz	Visitação e acompanhamento do plantio de flores e oficinas de arranjos florais.

Fonte: Elaborado com base em ABRATTUR (2002), Bahia (2002), Visite a Bahia (2004), UOL (2018), Museu Gonzagao (2021), Pamonharia (2021), Tripadvisor (2021).

Por fim, na Costa do Caminhos do Sertão que possui 13 municípios, foi possível localizar 11 estabelecimentos rurais voltados para o turismo rural espalhados por toda essa zona. Nesse sentido, observa-se uma oscilação no quantitativo de estabelecimentos rurais nas zonas

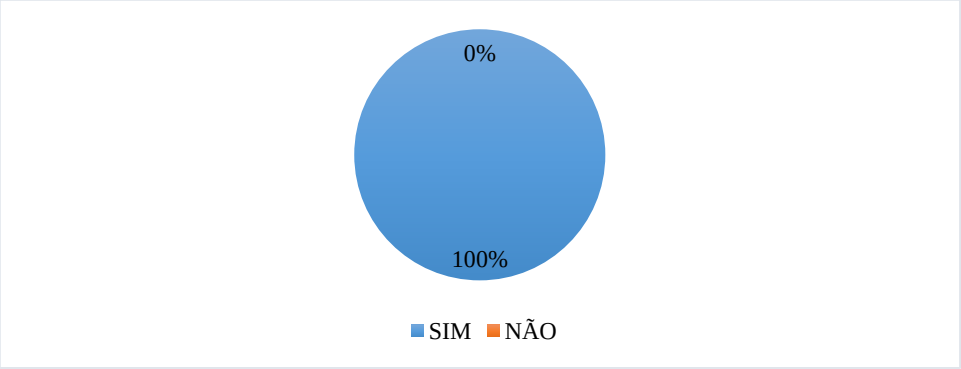
turísticas baianas e também nos municípios que os compõem, não estando presentes em todos os municípios de cada uma delas.

5.4. Retrato descritivo dos estabelecimentos rurais das regiões turísticas da Bahia

Para sintetizar as informações qualitativas acerca dos 92 estabelecimentos rurais na Bahia, inseridos nas 10 zonas turísticas supracitadas, foram quantificadas e analisadas descritivamente determinadas categorias relacionadas com a atividade turística. Assim, foram verificadas as 9 categorias, a seguir: visitação, hospedagem, alimentação, recursos naturais, recursos histórico-culturais, outros serviços, estratégias de comercialização e divulgação em mídias sociais e sites, interação com a comunidade local e, por fim, interação com o meio ambiente.

Na Figura 13 que trata sobre a visitação em estabelecimentos rurais foi possível observar que, 100% dos estabelecimentos rurais em sua totalidade localizados nessas regiões turísticas, oferecem a possibilidade de visitação, permitindo aos turistas ter contato com o meio rural, vivenciar a vida no campo e se afastar temporariamente da agitação da vida urbana.

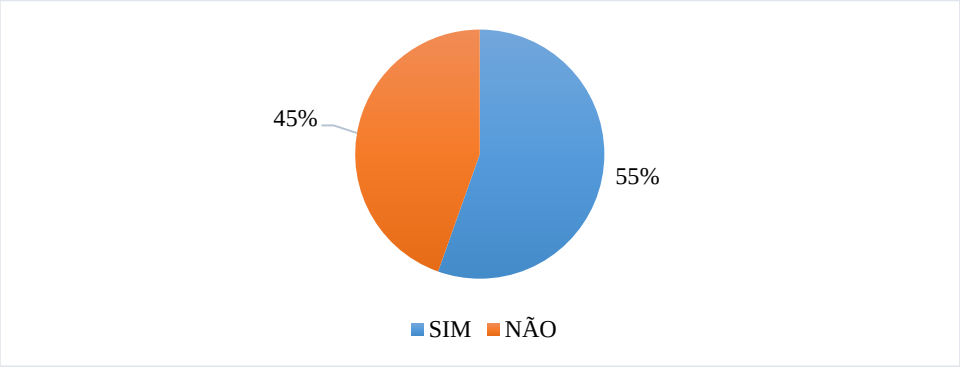
Figura 13- Visitação nos estabelecimentos rurais das zonas turísticas.



Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

No que se refere a Figura 14 pode-se constatar que, quanto à hospedagem 55% dos estabelecimentos rurais oferecem hospedagem para os visitantes na modalidade de pernoite. Para esse fim, alguns hotéis dispõem de apartamentos, enquanto outros oferecem a opção de chalés. Além dessa modalidade alguns hotéis também oferecem a modalidade de *day use*, que consiste na permanência de apenas um dia nas dependências da propriedade, iniciando-se, geralmente no turno matutino e findando-se no turno vespertino.

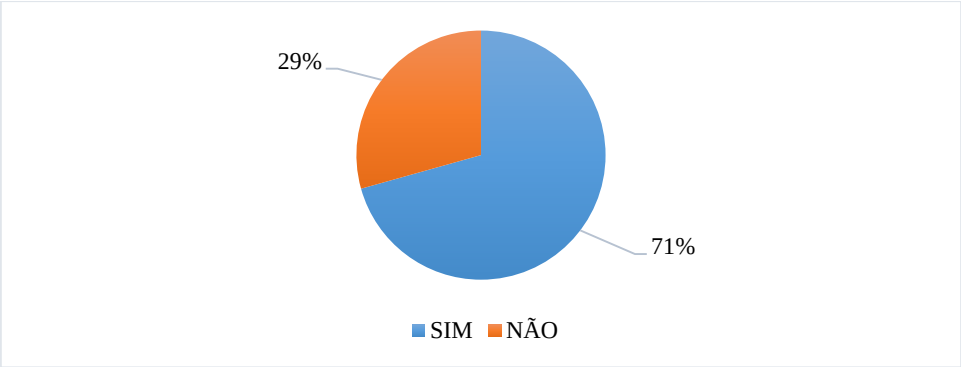
Figura 14- Estabelecimentos rurais que oferecem hospedagem aos turistas.



Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

Quanto à alimentação na Figura 15 é possível observar que, 71% dos estabelecimentos buscam oferecer opções de alimentação para os turistas. Assim, além do café da manhã, nesses estabelecimentos, comumente são disponibilizados serviços alimentares como almoço e jantar, visto que esses estão localizados em áreas rurais, muitas vezes, distantes de outros empreendimentos comerciais. Na maioria das vezes, esses restaurantes são voltados para o preparo de alimentos tradicionalmente regionais, de modo a propiciar que os turistas conheçam ainda mais a cultura local. Além disso, muitos desses estabelecimentos costumam possuir bares em que são servidas bebidas alcoólicas e não alcoólicas. Ressalta-se ainda que, entre esses estabelecimentos rurais pesquisados, há ainda aqueles que são especializados especificamente, no oferecimento de refeições.

Figura 15- Estabelecimentos rurais que oferecem alimentação.

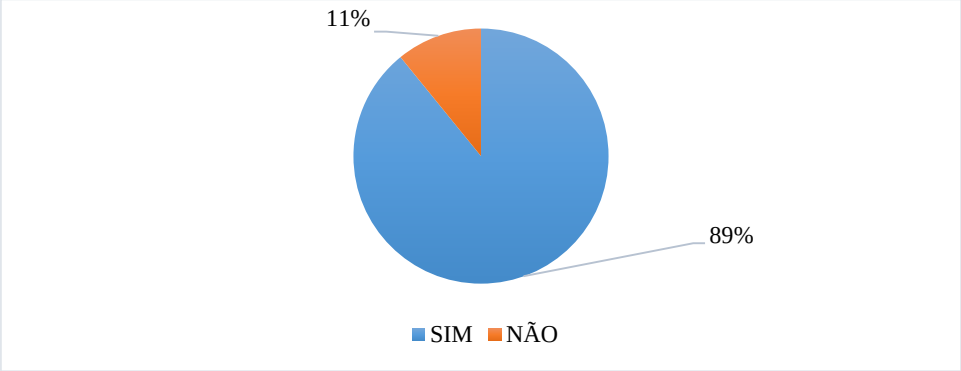


Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

Na Figura 16 que refere-se ao entretenimento disponibilizado pelos referidos estabelecimentos pode-se notar que, 89% oferecem atividades atrativas para os visitantes que vão desde práticas de vivências rurais, possibilitando aos visitantes imergirem e vivenciarem a

cultura e os costumes das comunidades locais, à atividades ligadas ao ecoturismo e ainda atividades recreativas. Em alguns desses estabelecimentos algumas atividades possuem momentos específicos para serem realizadas, enquanto outras atividades são realizadas sem a determinação de horários fixos.

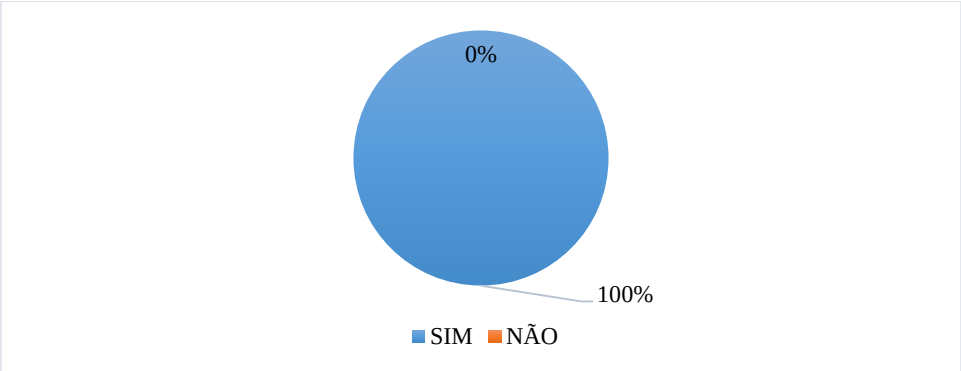
Figura 16- Estabelecimentos rurais que oferecem opções de entretenimento para os visitantes.



Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

No que tange aos recursos naturais pode-se perceber na Figura 17 que, 100% dos estabelecimentos são dotados desses recursos, permitindo que os visitantes apreciem o contato com o meio ambiental. Esses recursos, por serem elementos centrais nas práticas rurais agropecuárias, devem ser vistos como um dos principais atrativos do turismo rural.

Figura 17- Estabelecimentos rurais que apresentam recursos naturais.

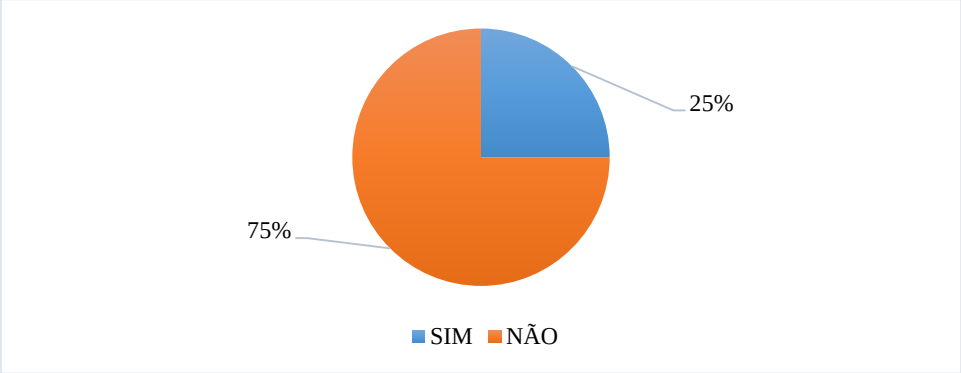


Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

No que concerne aos recursos histórico-culturais na Figura 18 foram contabilizados que, 25% dos estabelecimentos possuem esses recursos. Alguns desses estabelecimentos rurais foram cenários de momentos históricos da história do Brasil e da Bahia e, além disso participaram de importantes ciclos, como o clico da cana-de-açúcar, na Baía- de-Todos-os-

Santos e o ciclo do Cacau, na Costa do Cacau, remontando a cultura e a história desses períodos. Há ainda estabelecimentos rurais voltados para a cultura afro-brasileira, localizado em comunidade quilombola e, um museu, o Museu Luiz Gonzaga, que retrata a história da vida e morte do consagrado cantor nordestino.

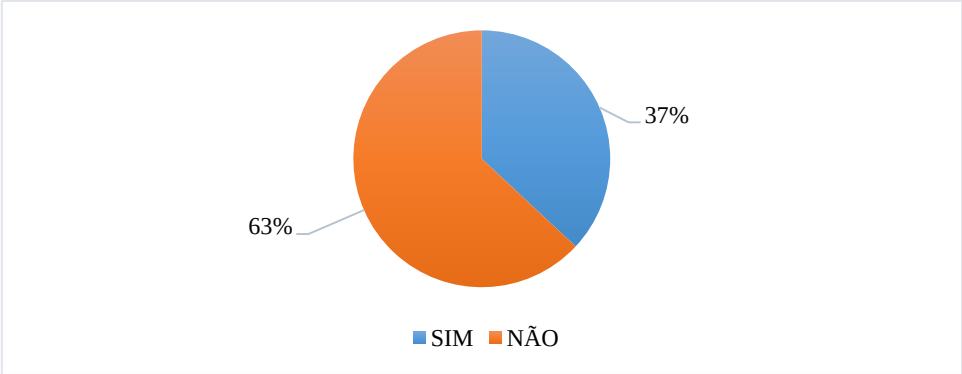
Figura 18- Estabelecimentos rurais que apresentam recursos histórico-culturais.



Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

Na Figura 19 que abarca sobre a oferta de serviços adicionais, como oferecer espaços para ensaios fotográficos, comercializar produtos agrícolas e realizar eventos e cursos, foi possível verificar que, apenas 37% dos estabelecimentos pesquisados possuem essas práticas. Práticas como essas, diversificam os serviços e atraem uma clientela ainda mais multifacetada com interesses distintos, ampliando a visibilidade e a renda do estabelecimento.

Figura 19- Estabelecimentos rurais que oferecem serviços adicionais.

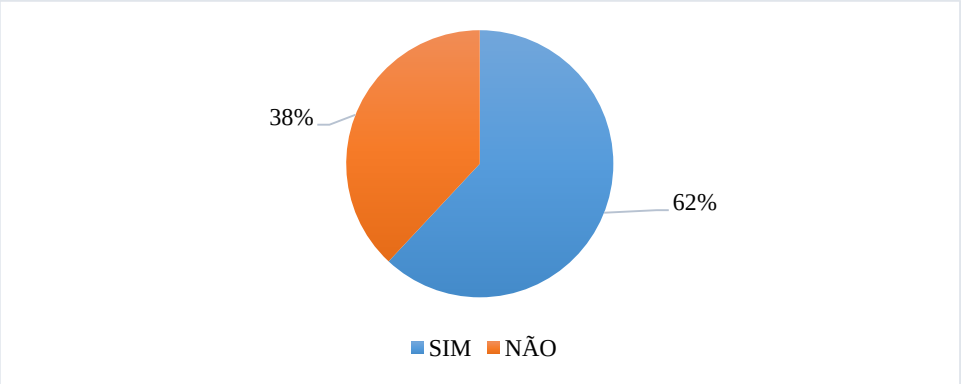


Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

No que concerne as estratégias de divulgação e comercialização na Figura 20 pode-se averiguar que, 62% dos estabelecimentos possuem estratégias direcionadas para as redes sociais e sites oficiais. Estes utilizam o *facebook*, *instagram*, *twitter*, *youtube* e site oficial como

ferramentas de promoção e divulgação de seus serviços. Por meio dessas ferramentas os estabelecimentos expõem fotos, vídeos e informações acerca das atividades e experiências rurais, horários, acomodações, serviços prestados e ainda possibilitam a negociação de diárias, pacotes ou serviços ofertados. Nesse aspecto, pode-se focalizar a importância da formulação de políticas públicas que possibilitem o fomento, formação mercadológica, divulgação e promoção desse segmento, de modo a promover a sua expansão.

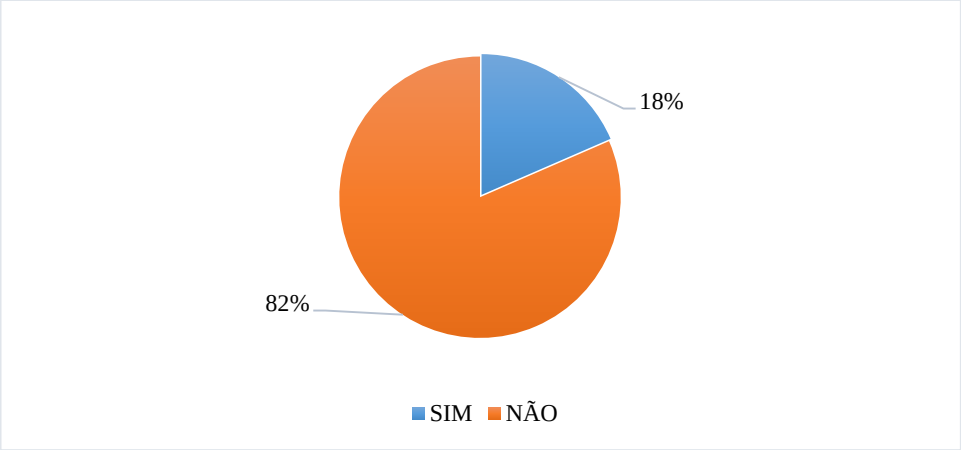
Figura 20- Estratégias de divulgação e comercialização dos estabelecimentos rurais.



Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

Quanto à interação dos estabelecimentos com a comunidade local foi constatado como indica a Figura 21 que, somente 18% dos estabelecimentos rurais possuem proximidade com a população. Assim, alguns estabelecimentos buscam instituir projetos sociais que permitem beneficiar a comunidade local, como a busca pela contratação da mão-de-obra local, implementação de ações na comunidade em parcerias com outras instituições, promoção de cursos, realização de eventos direcionados à comunidade, aquisição de produtos locais e agregação de atores culturais do município, nutrindo e fortalecendo a cadeia produtiva do turismo. Nesse ínterim, se torna necessário refletir sobre os benefícios do turismo rural e acerca das premissas em torno desse segmento como estratégia de desenvolvimento local e regional, já que esse desenvolvimento só ocorrerá efetivamente com a participação da comunidade local.

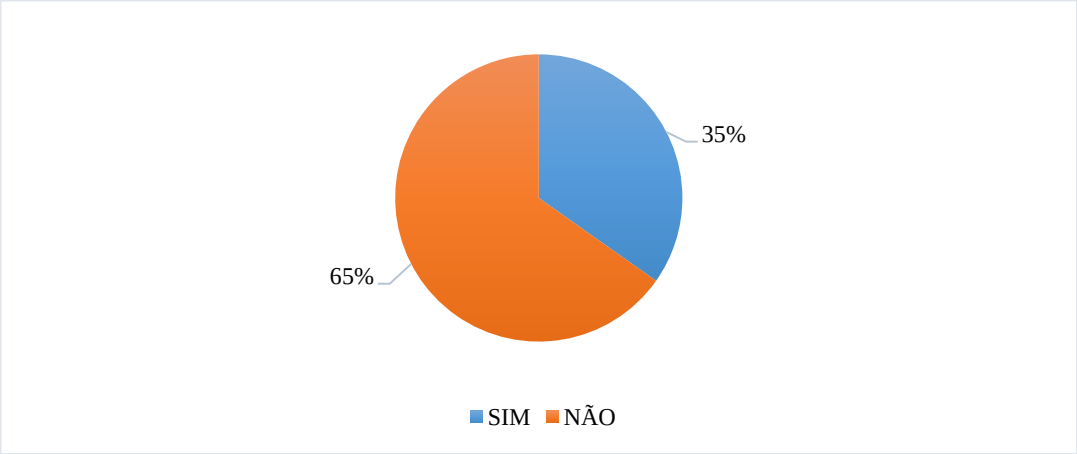
Figura 21- Interação dos estabelecimentos rurais com a comunidade local.



Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

Por fim, a Figura 22 que abarca a respeito da interação dos estabelecimentos com o meio ambiente apurou que, 35% dos estabelecimentos interagem positivamente com a natureza, respeitando as leis ambientais e adotando práticas sustentáveis que minimizem os impactos acarretados pela atividade turística.

Figura 22- Interação dos estabelecimentos rurais com o meio ambiente.



Fonte: Elaborado com base em Visite a Bahia (2004), Tripadvisor (2021), ABRATTUR (2002), Bahia (2002) e UOL (2018).

Em balizas gerais, constatou-se que os estabelecimentos rurais em sua totalidade têm mostrado uma preocupação em proporcionar um refúgio da vida cotidiana e urbana e experiências diferenciadas de férias para os visitantes. Para isso, têm aplicado como estratégia a multifacetação e dinamização das atividades produtivas desenvolvidas no espaço ao aderir, muitas vezes, três segmentos do turismo: turismo rural, ecoturismo e turismo de negócios e

eventos, com a finalidade de gerar rendas não-agrícolas para sanar a queda de rentabilidade dos seus negócios tradicionais.

Outra constatação relevante atrela-se ao fato de que, os estabelecimentos rurais têm buscado se ajustar ao segmento oferecendo uma infraestrutura adequada aos visitantes e ainda que, têm adotado o uso de tecnologias estendendo suas estratégias de divulgação e comercialização a esses meios, conseguindo desse modo informar e prospectar turistas e visitantes.

Todavia pode-se verificar ainda que, esses estabelecimentos possuem poucos níveis de interação com a comunidade local e com o meio ambiente, o que pode limitar e dificultar o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo nas regiões abarcadas, deixando de estabelecer parcerias público-privadas, valorizar a comunidade e a cultura local, e não cumprir adequadamente os fins ideais do segmento ao não desenvolver uma preocupação mais acentuada e uma proposta de gestão fundamentada nos princípios da sustentabilidade.

5.5 Pandemia Covid-19 e turismo rural no Brasil e na Bahia

O turismo consistiu em um dos principais setores afetados pela incidência da pandemia do covid-19[3] que assolou todo o mundo provocando crises sanitárias, sociais e econômicas. Nesse setor, a pandemia ocasionou o fechamento de hotéis e aeroportos no mundo inteiro, não sendo diferente no Brasil (CANAL RURAL, 2020). De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, entre os anos de 2019 e 2020, o índice de atividades turísticas apresentou queda de 36,7% devido ao contexto da pandemia. Para o ano corrente de 2021, foi identificado um cenário ainda marcado pela retração fomentada pela presença da pandemia que se estendeu até o final do referido ano, em que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) projetou o encolhimento de 9,7% no mercado (CATRACA LIVRE, 2021).

No estado da Bahia, de acordo com dados da Secretária da Fazenda (Sefaz) e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), houve queda nominal do turismo de 2,3% no primeiro trimestre de 2021 quando comparado ao mesmo trimestre do ano de 2020 (BAHIA, 2021). Essa queda também pode ser percebida nas receitas e nos volumes de viagens.

---

[3]A pandemia da Covid- 19, causada pelo vírus Sars-Cov2, teve a sua incidência em dezembro de 2019, em Wuhan, na China e disseminou-se rapidamente por diversos países, infectando e matando uma multiplicidade de pessoas no mundo inteiro, provocando impactos não apenas sanitários, como econômicos e sociais sem precedentes no contexto histórico das recentes epidemias (FIOCRUZ, 2020).

Esse cenário marcado pela pormenorização de perspectivas atreladas ao turismo e pela desaceleração do turismo convencional promoveu o impulsionamento de outros segmentos que ganharam notoriedade mostrando a diversificação do setor turístico. Assim, o turismo rural passou a ser uma das alternativas para uma parcela daqueles que ensejam pela tranquilidade, por escapar da correria cotidiana e do isolamento social, conseguindo viajar de maneira segura durante o período da pandemia da covid-19 (CATRACA LIVRE, 2021). Desse modo pode-se compreender que, essa parcela da população são de turistas que já viajavam e que não perderam emprego e renda durante o período pandêmico.

O turismo rural tem sido abordado pelo Ministério do Turismo como uma das principais estratégias para a retomada do setor para o contexto pós-pandêmico (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2020). De maneira a fortalecer a agricultura familiar do turismo rural, os ministérios do Turismo e da Agricultura em 2020, estabeleceram um acordo visando promover, comercializar e incentivar os serviços e produtos dos empreendedores rurais (CATRACA LIVRE, 2021).

> A qualificação para retomar o turismo de forma segura agora pode fazer diferença na vida das pessoas que você estará atendendo. As propriedades que se destacaram nesse processo, que se preocuparam com isso primeiramente, com certeza vão ter um ganho. É importante destacar que esse momento é essencial, não só pelo ressurgimento e retomada do setor, mas pra preservação da vida mesmo. [...] Quando as pessoas optam por um destino de turismo rural, elas estão optando pelo imaginário do rural, que vende qualidade de vida, qualidade de ar, boas experiências, boa comida (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2020, p. 10).

Os empreendedores do segmento do turismo rural durante o período mais crítico da pandemia, segundo Andreia Maria Roque, Presidente do Instituto Brasil Rural, buscaram meios de modificar suas atividades e reinventar os serviços ofertados. Após o abrandamento das restrições, os estabelecimentos rurais reabriram comportando uma carga reduzida do número de pessoas e muitos passaram a desenvolver a comercialização por *delivery* de cestas contendo produtos colhidos e produzidos nas fazendas que adotaram o turismo rural. Além disso, esse período promoveu outras modificações no cenário do turismo rural brasileiro, em que as casas de campo individuais se tornaram mais interessantes e atrativas do que os grandes hotéis-fazenda (CANAL RURAL, 2020).

A transformação incidida no comportamento dos turistas, beneficiou positivamente o turismo rural, e de acordo com uma pesquisa realizada e divulgada pelo Booking.com, site de reserva de acomodações, em outubro de 2020, 59% dos entrevistados possuíam a vontade de conhecer a beleza natural da sua própria cidade e 55% possuíam como pretensão conhecer novos destinos na zona onde residem (CANAL RURAL, 2020), surgindo desse modo uma

demanda local e regional, em que a efetivação da visitação depende, principalmente da renda desses turistas potenciais. Essa mudança comportamental promoverá uma maior visibilidade e expansão do segmento em todo o território brasileiro e, consequentemente o desenvolvimento das economias locais por meio do turismo rural.

A pesquisa ainda evidenciou que, 81% dos entrevistados irão apenas realizar reservas em empreendimentos que adotarem medidas de higiene e saúde e, 71% esperam que os destinos turísticos adotem medidas de distanciamento social. Essas premissas fizeram com que empreendedores do segmento assinassem o Pacto Turismo Rural Consciente, que visa estabelecer a segurança dos espaços assegurando o distanciamento social e saúde sem acarretar nas experiências proporcionadas durante a visitação. Nesse aspecto, as áreas rurais devem implantar a sinalização e delimitação de seus espaços (CANAL RURAL, 2020). Ações como essas possibilitam que o segmento seja visto como opção segura para realizar as suas viagens durante o período e ainda contribui para o crescimento desse segmento no país, aquecendo e possibilitando a recuperação da atividade turística diante dos prejuízos e retrações causados pela pandemia.

Além das ações descritas, o Ministério do Turismo em alinhamento com o Governo Federal adotou medidas estabelecidas pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT), lançando o Manual sobre Coronavírus em abril do ano de 2020, visando assegurar a liquidez das empresas, alavancar as oportunidades de emprego, de modo a auxiliar a atividade turística em sua completude. Entre as recomendações ecumênicas estão: a utilização de máscaras apropriadas, o reforço de ações de higienização como a lavagem das mãos frequentemente, uso de álcool em gel, etiqueta ao tossir utilizando o antebraço ou lenço descartável.

Para turistas, o Ministério do turismo institui que em relação a viagens domésticas, ou seja, em território nacional, se deve atentar ao seu estado de saúde e ficar em isolamento domiciliar de 14 dias. Para aqueles que viajam internacionalmente, solicita-se que mesmo que os sintomas não sejam sentidos, o viajante possa permanecer em isolamento domiciliar por 7 dias, após o desembarque (BRASIL, 2020a). Todos os isolamentos deverão acontecer de maneira voluntária, afiançando a proteção tanto dos viajantes quanto das pessoas com quem os mesmos possam ter algum tipo de contato, evitando a disseminação do vírus.

Outras recomendações destinadas aos turistas expressas neste manual como medidas preventivas são: logo após o desembarque, os turistas devem comunicar o itinerário de viagem; se solicita que as pessoas evitem realizar viagens apresentando quadro febril; não compartilhamento de objetos pessoais; no caso de apresentar indisposição, comunicar

imediatamente aos funcionários, seja do transporte em que estiver se deslocando, seja do empreendimento hoteleiro em que estiver alocado; evitar locais fechados e aglomeração; proteger nariz e boca se for espirrar; e, evitar levar as mãos ao rosto tocando olhos, nariz e boca sem que as mãos estejam higienizadas (BRASIL, 2020a). Essas medidas juntamente com outras iniciativas de retomada do turismo, promoção do turismo e ações específicas estão sendo tomadas pelo Ministério do Turismo durante a pandemia, enfatizando principalmente, o turismo doméstico.

Nesse aspecto, com o intuito de fomentar a promoção do turismo nos segmentos de Agroturismo e rural nos municípios, alavancando a visitação em estabelecimentos rurais, a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) assinaram um acordo no dia 22 de abril de 2020, sendo esse direcionado para os estados do Distrito Federal, Pernambuco, Maranhão, Tocantins, Sergipe, Ceará, Minas Gerais, Alagoas, Piauí, Pará, Goiás, Mato Grosso e Bahia (PORTALAMM, 2021). Esse acordo buscou abarcar diversos estados nas diferentes regiões nacionais, corroborando para a potencialização dos estabelecimentos rurais que dedicam-se ao turismo rural dos estados em questão.

Na Bahia, uma das ações voltadas visando o período pós-pandemia foi o evento realizado em novembro de 2020 denominado “Expectativas Regionais para a Pós- Pandemia” na edição do Dialógos de Ater, que contou com a participação de importantes atores do turismo, como integrantes da Câmara Técnica de Turismo da Zona Turística da Chapada Diamantina, Secretária de Turismo de Itacaré e Secretária de Meio Ambiente e Turismo de Andaraí. Nesse evento foram discutidos assuntos como estratégias para o turismo rural e protocolos de biossegurança para o período pós-pandêmico para o Sul da Bahia, Chapada Diamantina e Baixo Sul (BAHIA, 2020). Esse evento buscou debater importantes aspectos do turismo rural e planejar ações estratégicas para esse segmento. Importante salientar que, esse evento buscou a discussão e planejamento de ações conjuntas abarcando distintos destinos e zonas turísticas do estado.

Ainda para o território baiano foi elaborado o plano de retomada “Viva Turismo Bahia”, que possui quatro eixos de ação que são: promoção de atrativos dentro e fora do país, capacitação/qualificação, biossegurança e infraestrutura. Como consequência desse plano uma multiplicidade de ações estão sendo fomentadas para alavancar diversos destinos da Bahia, buscando abranger as 13 zonas turísticas e os mais variados segmentos. Para o turismo rural, esse plano visa focalizar e fomentar os destinos que possuem potencialidades, como é o caso da zona turística Caminhos do Oeste (HERMES, 2021). A focalização e fomento de novos

destinos nesse segmento possibilitará a expansão e consolidação do turismo rural tanto no cenário baiano quanto em âmbito nacional.

Nesse viés, é possível verificar os variados esforços manifestados tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada para promover e alavancar o turismo rural em todo o território brasileiro, atendendo as exigências e as mudanças de comportamento dos turistas e desempenhando ações para o desenvolvimento do segmento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho dissertativo buscou tecer uma análise panorâmica acerca do turismo rural na Bahia entre os anos de 1998 à 2018. Nesse viés, foram realizadas pesquisas inerentes ao turismo rural na Bahia, abarcando as políticas públicas, a natureza qualitativa e quantitativa dos estabelecimentos rurais na Bahia e nas suas zonas turísticas, fluxo turístico, e por fim, as perspectivas do segmento para o período pós-pandêmico, de modo a possibilitar a compreensão dos aspectos que estão presentes no turismo rural do território baiano.

Para tanto, preambularmente foram abarcadas as políticas públicas federais e do estado da Bahia direcionadas ao turismo rural, em que pode-se constatar que tanto em contexto nacional quanto na Bahia, as políticas públicas passaram a ser implementadas inicialmente no Brasil em 1998 e na Bahia 1997, concomitantemente por meio da realização de eventos que possibilitassem o levantamento de questões embrionárias e estabelecimento de diretrizes acerca do turismo rural reunindo os agentes envolvidos para a promoção efetiva do segmento e visando promover a formulação de políticas públicas regulamentadoras, e fiscalizadoras e ações de fomento.

Assim como no Brasil, no estado da Bahia as políticas públicas, ainda que incipientes, insuficientes e inadequadas impulsionaram e permitiram o crescimento do segmento, sobretudo, entre os empreendedores que possuem mais possibilidades de atuação na atividade, seja por possuírem influências sociais e políticas, seja pelo acesso facilitado à incentivos financeiros, desencadeando em uma desigualdade na estruturação do turismo rural, obsecrando por medidas, iniciativas e formulação de políticas públicas mais amplas e alinhadas as demandas desse segmento, que envolvam financiamento, extensão rural e formação de gestores.

Todavia, comparativamente, pode-se verificar que, no estado da Bahia, houve uma menor incidência quanto ao quantitativo de políticas públicas fomentadas em relação as políticas que foram desenvolvidas em âmbito nacional para o segmento. Essa redução pode ter sido desencadeada devido a atenuação do interesse do governo do Estado pelo segmento, já que a ênfase e os esforços estavam direcionados aos segmentos turísticos convencionais consolidados, pois por ser uma segmentação tardiamente implementada, o turismo rural exige

o dispêndio de maiores empenhos para o seu desenvolvimento e implantação. Embora reduzidas, essas políticas foram imprescindíveis para a implementação e progresso do referido segmento no estado da Bahia.

Diante do exposto, ressalta-se a das políticas públicas que possibilitem a expansão do segmento e, ainda a necessidade da participação contínua das instâncias governamentais, comunidades locais e iniciativa privada para que as vantagens advindas do desenvolvimento do turismo rural possam contemplar a todos os envolvidos, atendendo todas as especificidades e sanando e/ou minimizando os principais entraves.

Pode-se verificar por meio desta pesquisa que, mesmo a Bahia possuindo um quantitativo considerável de estabelecimentos rurais, poucos adotaram o turismo rural como atividade econômica, representando números ínfimos quando comparados ao quantitativo total de estabelecimentos rurais no estado. Esse fato pode estar atrelado à falta de políticas públicas pertinentes, incentivos financeiros e econômicos, divulgação, esforços dos agentes integrantes, iniciativas de promoção e fomento a esse segmento e/ou falta de iniciativas e interesse dos empreendedores dos estabelecimentos rurais.

Em relação as informações acerca das estimativas de fluxo turístico da atividade pode-se perceber que, no decorrer dos anos pesquisados a demanda turística sofreu aumentos absolutos e decréscimos relativos contínuos, demonstrando que essas estimativas apontam para perspectivas negativas e supostas debilidades do segmento quanto as visitações voltadas para o segmento no estado da Bahia. Esse cenário demonstra que, tanto a oferta turística quanto a demanda turística sofreram quedas referentes aos quantitativos. A demanda turística apresentou no decorrer dos anos números poucos expressivos, precisando ser incentivada por meio de estratégias e ações dos atores, buscando meios de formatar, promover e comercializar o segmento, visando fidelizar as demandas efetivas e atrair demandas potenciais.

Vale ressaltar que, todo esforço direcionado ao aumento do fluxo turístico deve ser aplicado sob a premissa de que, o turismo rural exige medidas diferentes de outras modalidades de turismo e que se deve levar em conta as diferenças e desigualdades econômicas existentes entre os empreendimentos do turismo rural e em relação às outras modalidades.

Nesse sentido ainda constatou-se que, existem fragilidades quanto a disposição de dados acerca da demanda turística destinada ao segmento para o estado da Bahia, dificultando o acesso e compreensão acerca de informações sobre o atual cenário em torno dos números relacionados a demanda desse segmento, fatores referentes e as possíveis causas no decréscimo ou crescimento desses quantitativos.

Embora defasados, as estimativas referentes ao fluxo turístico do turismo rural serviram para complementar as informações acerca desse segmento e realizar uma correlação com os dados da oferta e com as políticas públicas de alguns dos períodos analisados. Todos indicativos em relação a esses dados revelaram que, as políticas públicas iniciais foram imprescindíveis para o desenvolvimento do turismo rural e que os quantitativos de demanda e oferta acompanharam o cenário das políticas referentes ao segmento.

Nesse aspecto enfatiza-se que, as políticas iniciais foram suficientes para alavancar o turismo nas grandes propriedades, entre os empreendedores que já possuíam as condições mínimas para iniciar as atividades. Para promover o desenvolvimento regional e gerar rendas, os estabelecimentos com potencial precisam de outras formas de fomento, investimentos e políticas públicas adequadas.

Quanto às zonas turísticas da Bahia pode-se verificar que, os estabelecimentos rurais distribuem-se distintamente, oferecem atividades turísticas rurais similares e acompanham as particularidades referentes a cada zona turística. Essa característica possibilita que o turismo rural de cada zona apresente especificidades, de modo que, certos atributos encontrados em uma determinada zona não são encontrados nas outras.

No que concerne a quantificação dos estabelecimentos rurais das zonas turísticas pode-se verificar a incidência tanto de aspectos positivos quanto negativos, nos aspectos positivos: foi possível notar que esses estabelecimentos têm buscado se adequar à atividade turística promovendo a formatação dos atrativos, em que as características específicas naturais e socioculturais são evidenciadas, e realizando a implantação de equipamentos turísticos como restaurantes e bares, estrutura de hospedagem, áreas de recreação, entre outros, de modo a acompanhar as tendências que direcionam esse segmento.

Nos negativos, pode-se observar uma falta de interação com a comunidade e com o meio ambiente. Nesse aspecto, recomenda-se que os mesmos desenvolvam uma relação mais próxima com a comunidade local, contratando a mão de obra local; promovendo cursos e eventos; fortalecendo a cadeia produtiva, consumindo produtos locais, entre outros, de modo a ocorrer uma interação benéfica mútua e, ainda que passem a adotar práticas sustentáveis e amparar-se futuramente nas leis ambientais, respectivamente. Para este último fator cabe ressaltar que, diante das premissas que circundam o turismo rural no que se refere à natureza minimizadora dos impactos ambientais, é primordial que esses estabelecimentos rurais direcionem seus esforços para que de fato a constituição da atividade turística se desenvolva alinhada as leis ambientais e as práticas sustentáveis, já que esse é um dos benefícios centrais visados pelo segmento.

No que tange as perspectivas para o turismo rural no período pós-pandêmico no Brasil e na Bahia pode-se constatar que, o período da pandemia configurou-se como uma importante oportunidade para o segmento, já que foi a partir desse momento que a atividade passou a ser considerada como uma alternativa viável para a retomada da atividade turística, ganhando enfoque nacional e estadual. Esse cenário, possibilitou que o governo, em suas diferentes instâncias desenvolvesse planejamentos e iniciativas direcionadas ao fortalecimento e incentivo do segmento, ampliando o interesse dos atores e possibilitando a expansão do turismo rural tanto no Brasil quanto na Bahia.

Por fim pode-se concluir que, o turismo rural na Bahia apresenta-se como segmento ainda pouco difundido, heterogêneo e descontínuo, sendo necessário que os atores envolvidos promovam esforços, políticas públicas e investimentos, de modo a alavancá-lo. Nesse aspecto, torna-se primordial o alinhamento entre oferta, demanda e políticas públicas, em que a oferta deve estar adequada, a demanda deve manter um fluxo contínuo e as políticas públicas devem ser formuladas atendendo as necessidades do segmento, visando o desenvolvimento expansivo e efetivo do turismo rural.

Em síntese, enfatiza-se que pesquisas e estudos complementares devem ser elaborados em prol do aprofundamento e delineamento do turismo rural, de modo a desvendar os aspectos e desdobramentos referentes à temática abarcada. Os fragmentos informativos e dados expostos nesta pesquisa acerca do complexo cenário do turismo rural não se exaurem, mas sim suscitam novas elucidações e estudos, sobretudo atrelado a uma concepção panorâmica comparativa da atividade em conjunturas porvindouras do segmento, traçando uma perspectiva em relação as principais soluções e direcionamentos já sinalizados, e os que serão futuramente formulados pelas instâncias governamentais para o turismo rural.

Espera-se contribuir para a comunidade científica com dados científicos relevantes para futuros projetos de pesquisa na área, gerando conhecimento basilar para futuras investigações e projetos de intervenção no âmbito do turismo rural. A ciência como meio de saber dialético, racionalmente válido, investigativo e acumulativo está em incessante crescimento colaborando para formação contínua de conhecimentos e desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

A BAHIA. **Turismo rural**. (2015). Disponível em>:https://a-bahia-e-nossa9.webnode.com/turismo-rural/>. Acesso em: 29 Ago. 2021.

ABIHBAHIA. **Caminhos do Sertão**. Disponível em:< https://abihbahia.org.br/regiao/caminhos-do-sertao>. Acesso em: 07 Out. 2021.

ABRATTUR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL. **Plano de Ação 2002**. Disponível em:< http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120218182613.pdf.>. Acesso em: 15 Set. 2021.

ALMEIDA, J. A.. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, I, 1999, Piracicaba: SP. **Anais** [...]. FEALQ, 1999. p. 83-98.

AVILÉS, P.R.; REQUENA, J.C. Uma oportunidade para as zonas rurais desfavorecidas? **Revista Leader Magazine**, v.1 , n. 4, outono 1993.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo / Bahiatursa. **Programa de Turismo Rural do Estado da Bahia**. CTR, 2002.

BAHIA. Secretaria de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS).** 2012. Disponível em:< http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/PDITSbts.pdf>. Acesso em: 18 Out 2021.

BAHIA. Secretaria de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Costa das Baleias.** 2015. Disponível em: < http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/PDITSBaleias.pdf>. Acesso em: 19 Out 2021.

BAHIA. Secretaria de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Costa do Cacau.** 2015. Disponível em: < http://observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/PDITS-2015-Costa-do-Cacau.pdf>. Acesso em: 18 mar 2021.

BAHIA. Secretaria de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Chapada Diamantina.** 2015. Disponível em:< http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/PDITSChapadaDiamatina.pdf>. Acesso em 18 Out 2021.

BAHIA. Secretaria de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Costa do Dendê.** 2015. Disponível em:< http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/PDITS-2015-Costa-do-Dende.pdf>. Acesso em: 09 Out 2021.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo. **Século XXI:** consolidação do turismo estratégia turística da Bahia 2003-2020. Salvador: Governo do Estado da Bahia: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

BAHIA. **Zonas turísticas da Bahia**. (2019). Disponível em:< http://www.bahia.com.br. Acesso em: 15 Out 2021.

BAHIA. **Estratégia Turística da Bahia**: Terceiro Salto 2007/2016. (2011). Disponível em<http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Estrategia_Turistica_da_Bahia_Setur.pdf. 2011>. Acesso em: 08 Out. 2021.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Expectativa do turismo rural na Bahia.** 2020. Disponível em:<http://www.sdr.ba.gov.br/node/6857>. Acesso em: 07 dez 2021.

BAHIA. Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR). **Pandemia gerou queda no turismo baiano**. 2021. Disponível em:<http://www.setur.ba.gov.br/2021/08/2004/Pandemia-gerou-queda-de-188-no-turismo-baiano-no-1o-trimestre-de-2021.html>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BAHIA. Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR). **Bahia quer engajamento dos municípios para remapeamento turístico.** 2021. Disponível em:<http://www.setur.ba.gov.br/2021/06/1961/Bahia-quer-engajamento-dos-municipios-em-novo-remapeamento-turistico.html>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BAHIA. **Mapa da Bahia**. (2021). Disponível em:<https://www.bahia.ws/mapa-bahia/>. Acesso em: 07 Dez 2021.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Costa do Descobrimento**. 2021. Disponível em:<http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Costa%20do%20Descobrimento.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2021.

BAHIA. Secretaria da Cultura. **Costa do Descobrimento**. 2021. Disponível em:< http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/27_costa_descobrimento.pdf>. Acesso em: 11 Out 2021.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 6.ed, São Paulo: SENAC, 2001.

BLOMGREN, K. B.; SØRENSEN, A. Peripherality—factor or feature? Reflections on peripherality in tourism research. **Progress in Tourism and Hospitality Research**, ano 4. Nº 4, 1998.

BLOS, W. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL. M. **Turismo rural:** ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: Edusc, 2000.

BONETTI, L. A.; CANDIOTTO, L. Z. P.. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). *In:* XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, I, 2012, Uberlândia: MG. **Anais** [...]. UFU, 2012. p. 1-17.

BRASIL. Embratur. **Estratégias para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Embratur, 1999.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil:** Turismo e Sustentabilidade. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual Coronavírus**. 4ª Edição. 01 de Abril/ 2020a. Disponível em:< http://antigo.turismo.gov.br/images/manuais/Manual%20Coronav%C3%Adrus%20-%2001_05.pdf. >. Acesso em: 05 dez 2020.

BRASIL. PNDR. **Sumário executivo**. (2020). Disponível em:< https://www.gov.br/mdr/pt-br>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Manual Operacional do Turismo Rural.** Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. EMBRATUR. **Política Nacional de Turismo:** Diretrizes e Programas 1996-1999. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo.** (2022). Disponível em: http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 18 mar 2022.

CAIRO, T. S.. **Turismo rural cultural:** uma alternativa de desenvolvimento para a Costa do Cacau. 2003. 187 f. Dissertação. (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. . Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, I, 1999, Piracicaba: SP. **Anais** [...]. FEALQ, 1999. p. 100-103.

CAMPOS, S. S.. **Segmento do Turismo.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

CANAL RURAL. **Turismo rural e a pandemia da Covid-19.** (2020). Disponível em:<https://www.canalrural.com.br/noticias/turismo-rural-pandemia-covid-19/.>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CÂNCIO, D. M.. Turismo Rural na Bahia. **Bahia Agric.** V.5, n.3. jul 2003. Disponível em:< http://www.seagri.ba.gov.br/content/revista-bahia-agr%C3%ADcola-v5-n3-jul-2003-issn-1414-2368> Acesso em: 11 mar. 2021.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Circuito italiano de turismo rural, Colombo – PR:** gênese, desenvolvimento e implicações socioespaciais. 2010. 380p. Tese (Doutorado) – Universidade

Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Edunioeste, Cascavel, 2010.

CANDIOTTO, L. Z. P.. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Revista de Cultura e Turismo- CULTUR**, ano 7. Nº 02-Jun/2013.

CARVALHO, J. I. C.; SOARES NETO, H. F.; PINHEIRO, L. I. F.. Fazendas de cacau: um ensaio sobre o turismo rural na zona cacaueira do sul da Bahia. **Revista Turismo y desarrollo local**.Vol. 11, Nº 25, dezembro 2018.

CATRACA LIVRE. **Turismo rural vira tendência no Brasil.** (2021). Disponível em: >https://catracalivre.com.br/viagem-livre/turismo-rural-vira-tendencia-no-brasil-e-alternativa-de-renda-para-agricultores/.> Acesso em: 21 nov 2021.

CASIMIRO FILHO, F.. **Contribuição do turismo a economia brasileira**. Piracicaba: SP. 2002.

CHIO, J..The internal expansion of China: tourism and the production of distance. *in* T. Winter, P. Teo e T. C. Chang (Orgs.). **Asia on tour:** exploring the rise of Asian tourism, Londres: Routledge. 2008. p. 207-220.

CRIADO, R. C.; THOMAZ, R. C. C.. Turismo rural: motivos e consequências. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL E COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E PRÁTICAS EM TURISMO NO ESPAÇO RURAL, VIII e I, 2013, Rosana: SP. **Anais** [...]. UNESP, 2013, p. 1-6.

DIAS, R.. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R.. **Turismo e patrimônio Cultural- recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DONALDSON, J. A. Tourism, development and poverty reduction in Guizhou and Yunnan. **Journal The China Quarterly**, v. 1, 190, 2007.p. 331-333.

ELESBÃO, I.. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. p. 137-149.

FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** (2020) Disponível em:<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 07 Dez. 2021.

FORTE, A. M. Turismo rural e articulação institucional. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, I, 1999, Piracicaba: SP. **Anais** [...]. FEALQ, 1999. p. 77-81.

FROEHLICH, J. M.. **Turismo Rural e Agricultura Familiar:** explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. [s.d.]??? Disponível em:< http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/e3ce6e403a7bfd2ce2b9780d93eb00e2.pdf.>. Acesso em:< 12 de mar 2021.

GAMBÁ. **Projeto Chapada Diamantina.** (2021). Disponível em:<https://www.gamba.org.br/realizados/projeto-chapada-diamantina-sustentavel-acoes-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-entorno-do-parque-nacional-da-chapada-diamantina>. Acesso em: 10 out. 2021.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVEIA, E. F.; FERNANDES, D. L.; MAGANHOTTO, R. F.. Análise sobre infraestrutura de acesso das propriedades rurais dos jovens vinculados ao cedejor da região centro sul do Paraná. *In:* ENCONTRO PARANAENSE DE PESQUISA E EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, VII, 2011, Maringá: PR. **Anais** [...]. FECILCAM. 2011. p. 1-18.

GRAZIANO, José; GROSSI, Mauro Eduardo Del. Instituto de Economia da Unicamp. **O novo rural brasileiro**. Campinas, 1999. Disponível em: < http://www.eco.unucamp.br/publicações>, acesso em: 12 mar. 2021.

GUIA TURISMO BRASIL. **Destino Costa das Baleias**. (2021). Disponível em:<https://www.guiadoturismobrasil.com/roteiro/8/destino-costa-das-baleias-bahia>. Acesso em: 19 Out. 2021.

HERMES, M. Turismo baiano aposta em um verão no ritmo pré pandemia. **Portal A Tarde.** 25 nov. 2021. Disponível em: https://atarde.com.br/portalmunicipios/portalmunicipiosmunicipios/turismo-baiano-aposta-em-um-verao-no-ritmo-de-pre-pandemia-1180084. Acesso em: 07 dez. 2021.

HOTEL FAZENDA SÃO GERALDO. **Fazenda São Geraldo.** Disponível em:<https:/hotelfazendasaogeraldo.com.br/site/experiencias-rurais>. Acesso em: 25 Set 2021.

IDESTUR- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL. **Turismo Rural:** Uma breve abordagem no Brasil. [s.d.]. Disponível em:< http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120806083441.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2021.

IDESTUR- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL. **Turismo Rural na Espanha**. (2012). Disponível em:< http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120218160623.pdf>. Acesso em: 8 Fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Características de Estabelecimentos Rurais**. (2017). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos>. Acesso em: 12 nov 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). C**enso Agropecuário:** resultados definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019. Disponível

em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 07 dez 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estado da Bahia**. (2021). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/. Acesso em: 16 mar 2021.

INSTITUTO BRASIL RURAL. **Turismo Rural.** (2002). Disponível em:<http://www.institutobrasilrural.org.br/navegacao.asp?id_menu=2&id_conteudo_exibir=65>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO BRASIL RURAL. **Turismo Rural Brasileiro será o maior destino mundial.** (2010). Disponível em:> http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20101022080401.pdf.> Acesso em: 21 nov 2021.

INSTITUTO BRASIL RURAL. **Panorama empresarial do turismo rural**. (2012). Disponível em< http://www.institutobrasilrural.org.br/pdf/panorama.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

INSTITUTO BRASIL RURAL. **Boletim de inteligência de mercado de turismo- BIMT:** experiências do turismo rural. Rede de Inteligência de Mercado de Turismo (RIMT). 7ª Edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2020. Disponível em:< http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20210102213844.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INSTITUTO BRASIL RURAL. **Turismo Rural Brasil:** Pensando Futuro. (2021). Disponível em:< http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20210620213030.pdf.> Acesso em: 22 nov. 2021.

JACOB, C. S. C.. O desenvolvimento de um destino turístico brasileiro: o caso da Costa dos Coqueiros, na Bahia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA LARES, IV, 2004, São Paulo: SP. **Anais [...]**. LARES, 2004. p. 1-12.

JAGUARIAIVA. **Projeto Turístico Caminhos do Sertão**. Disponível em:<https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/tributacoes/15-noticias/gabinete-do-prefeito/2663-projeto-turistico-caminhos-do-sertao-recebe-mais-um-importante-impulso>. Acesso em: 20 Out. 2021.

KLOSTER, S.; CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento Territorial e Turismo Rural: As Relações Possíveis. **Desenvolvimento Em Questão,** vol.12, nº27, 66–94. https://doi.org/10.21527/2237-6453.2014.27.66-94, 2014.

KNIGHT, J. Competing Hospitalities in Japanese Rural Tourism. *In:* **TOURISM RESEARCH**, 23, 1996, London: UK. **Annals** […], ROUTLEGDE, 1996. p. 165-80.

LANE, B..Turismo rural de segunda geração: prioridades e questões de pesquisa. Turismo rural: antecedentes. In: CRISTOVÃO, A. et al. (Orgs.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades,** 15-48. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2014.

LEWANDOWSKI, S. A. **Turismo Rural:** Breve análise e Recomendações para o Segmento na Bahia. Salvador: Secretaria de Turismo da Bahia, 2014.

LIMA, M. C. **Monografia:** a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

LIMA FILHO, et. al. O turismo rural como alternativa econômica para a pequena propriedade rural no Brasil Turismo. **Visão e Ação**, vol. 9, n. 1, abril, 2007, p. 69-81.

LOUREIRO, S. M. C.. **Tourism in Rural Areas:** Foundation, Quality and Experience. Portugal: University of Aveiro, 2012.

MUSEU GONZAGÃO. **Museu Gonzagão Serrinha**. Disponível em:<http://museugonzagaoserrinha.blogspot.com>. Acesso em: 25 Set. 2021.

NEU, C.; SEABRA, G. F. O turismo no espaço rural da Chapada Diamantina. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, IV, UFRGS: Joinville: SC, 2004. **Anais** [...]. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/mercados/sumarios/anais4/gt03/claudia_neu.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2021.

NOVAES, Carla A. Turismo rural e agroturismo diferenciado de turismo em espaço rural: uma proposta. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 4, 2004, Joinville. **Anais** [...]. Joinville: IELUSC, 2004. p. 1-10.

OLIVEIRA, L. H. de. Turismo rural como estratégia para o desenvolvimento do interior do Brasil. *In:* 21º Encontro da ANPAD- Associação Nacional dos Programas de Pós- Graduação em Administração, Rio das Pedras (RJ): **Enanpad,** 1997. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1997-ar-10.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo.** Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

OTEMPO. **Porto Seguro**. (2021). Disponível em>. https://www.otempo.com.br/turismo/porto-seguro-lado-b-muito-alem-de-praias-resorts-e-do-turismo-de-massa-1.2551432>. Acesso em: 04 Out. 2021.

PAMONHARIA. **Restaurante da Roça**. (2016). Disponível em:> https://pamonharia.com/restaurante/>. Acesso em: 25 set. 2021.

PERINOTTO, A. R. C.. Turismo Pedagógico: uma ferramenta para a educação ambiental. Caderno Virtual de Turismo: CVT Tempespaço, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 100-103, 2008. Disponível em:<http://www.cadernovirtualdeturismo.com.br/site/artigo/pdf.> Acesso em: 11 mar 2021.

PORTALAMM. **O turismo rural e as oportunidades para o desenvolvimento dos municípios.** (2021). Disponível em:>https://portalamm.org.br/o-turismo-rural-e-as-oportunidades-para-desenvolvimento-dos-municipios-pos-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PORTOSEGUROTUR. **Turismo Rural em Porto Seguro.** (2021). Disponível em: https://portosegurotur.com/noticia/turismo-rural-em-porto-seguro/>. Acesso em: 10 out. 2021.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional.** São Paulo: Hucitec, 2002.

RESENDE, M. L.. **O turismo rural no Brasil.** 2021. Disponível em:< https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/o_turismo_rural_no_brasil_0.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

REVISTA GLOBO RURAL. **Turismo rural no Brasil cresce ao ano**. (2010). Disponível em:<https://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI194939-18280,00-TURISMO+RURAL+NO+BRASIL+CRESCE+AO+ANO.html>. Acesso em 21 nov. 2021.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo rural:** práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001, p. 101-116.

ROQUE, A. M.; ALENCAR, E. **Turismo no espaço rural:** um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais. Tese de doutorado, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil. 2001.

ROQUE, A.. **Turismo Rural Brasileiro:** região sudeste. São Paulo: Turismo de Campo, 2004.

ROQUE, A.. **Turismo Rural:** do real ao imaginário. Projeto de Doutoramento. Portugal: Universidade de Aveiro, 2009.

SALLES, W. D. “os brincos das orelhas e as saias das viúvas”: a Bahia e a crise açucareira da segunda metade do século XVII. **Revista Expedições:** Teoria da História & Historiografia V. 4, N.2, Agosto-Dezembro de 2013.

SANTOS, A. A; ALCÂNTARA, V. C.; SILVA, E. A.. **Turismo rural e desenvolvimento local sustentável:** problemas, premissas e perspectivas teóricas rural. Administração Pública e Gestão Social- APGS, Viçosa, v.2, n.4, pp. 423-443, out./dez. 2010.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Coletânea. Brasília: Enap. 2006, p. 7-42.

SEBRAE. **Retrato do turismo rural no Brasil com foco nos Pequenos Negócios**. Brasília, DF. 2013.

SEI- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Atividades Econômicas da Bahia.** (2022).
Disponível em:<http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/sei-bahia>. Acesso em: 22 de Fev de 2022.

SILVA, T. N.; CASIMIRO FILHO, F.; LIMA, P. V. P. S. **Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento rural para o Assentamento Coqueirinho – Fortim/CE**. In: 48º Congresso SOBER, 2010, Campo Grande. Anais 48º SOBER, 2010. P. 1-20.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 15-62.

SILVA, L. P.; PENNA, J. B.; MEDEIROS, A. A. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável:** uma resenha a partir de Doris Van de meene Ruschmann**.** 2020. Disponível em:< https://core.ac.uk/download/pdf/236069501.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SIRIGADO, José Rafael. Espaço turístico e desenvolvimento no Cone Leste Paulista. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo Rural:** práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

SKYSCANNER. **Turismo rural o que e onde procurar**. (2018). Disponível em:<https://www.skyscanner.com.br/noticias/turismo-rural-o-que-e-onde-encontrar-no-brasil >. Acesso em: 20 Nov. 2021.

SOLLA, X. M. S.. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

SOUZA, A. C.. **A regionalização do turismo no litoral do Estado da Bahia.** 2021. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. 2021.

SOUZA, R. C. A.; GIUDICE, D. S. **A evolução do turismo rural na Bahia:** uma alternativa de desenvolvimento. [s.d.]. Disponível em:< http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/07.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SOUZA, M.; DOLCI, T. S.. **Turismo rural:** fundamentos e reflexões [recurso eletrônico]. – Dados eletrônicos . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

SOUZA, M.; KLEIN, A. L. Normativas, regulamentações e políticas públicas para o turismo rural. In: Souza, M.; Klein, A. L. (Orgs) **Turismo rural:** fundamentos e reflexões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 41-60.

SPINOLA, C. A. O turismo pós-moderno — um contexto paradoxal. **Revista Unifacs: Gestão & Planejamento,** São Paulo, v. 1, n. 3, p. 148-151, 2008. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/148/151. Acesso em: 20 Jun 2021. P. 148-151.

SZNAJDER, M.; PRZEZBÓRSKA, L.; SCRIMGEOUR, F.. **Agritourism**. Wallingford, UK; Cambridge, MA, USA: CAB International, 2009.

TRIPADVISOR. **Meu Café da manhã.** (2021). Disponível em:>https://www.tripadvisor.com.br/Restaurant_Review-g2349854-d5394451-Reviews-Restaurante_Meu_Cafe_da_Manha-Amelia_Rodrigues_State_of_Bahia.html>. Acesso em: 25 Set. 2021.

TROPIA. F. **Turismo no meio rural. Belo Horizonte:** Autêntica Editora, 1998.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph. Coleção ABC, 2003.

_____. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. **Teoria e prática do turismo no espaço rural.** Barueri, SP: Manole, 2010.

TURISMO DE VALOR. **Turismo rural no Brasil.** (2017). Disponível em: < .https://turismodevalor.com.br/turismo-rural-brasil/. >. Acesso em 21 Nov. 2021.

UOL. **Turismo Rural na Bahia.** (2018) Disponível em:<https://www.atarde.UOL.com.br/portalmunicipios/sul/noticias/1954848-costa-do-cacau-alavanca-o-turismo-rural-na-bahia>. Acesso em: 28 Ago. 2021.

VALLS, J. F. **Géstion de Destinos Turísticos Sostenibles.** Barcelona: Gestión, 2004.

VEZZANI, Marco Antônio. Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 8, núm. 1, 2008, pp. 27-39 Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. 2008.

VISITE A BAHIA. **Atrações Rurais**. (2004). Disponível em<:http://www.visiteabahia.com.br/visite/atracoes/rural/reconcavo/index.php>. Acesso em: 08 out 2021.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura,** 15, p. 87-145, out. 2000.

WTTC - WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Impactos Econômicos do Turismo**. (2021). Disponível em:< https://wttc.org/Research/Economic-Impact>. Acesso em: 22 mar.2021.